BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

3.º SUPLEMENTO

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República»**.

SUMÁRIO

Ministério das Obras Públicas e Habitação:

Diploma Ministerial n.º 258/2010:

Aprova o Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR).

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

Diploma Ministerial n.º 258/2010

de 30 de Dezembro

O Governo em resposta aos desafios para alcançar as metas dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODMs) para o Abastecimento de Água e Saneamento Rural, na base das recomendações das recentes avaliações do sector de Água e apoiado por alguns parceiros de Cooperação, elaborou o Plano estratégico de Água e Saneamento (PESA –ASR), para o período de 2006 – 2015.

Para garantir a operacionalização e implementação deste Plano, foi desenhado o Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR).

Assim, e, havendo necessidade de se aprovar o Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural, nos termos da alínea *a*) do n.º 4 do artigo 3 do Decreto Presidencial n.º 8/95, de 26 de Dezembro, o Ministro das Obras Públicas e Habitação determina:

Artigo 1. É aprovado o Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR), em anexo, que faz parte integrante do presente Diploma.

Art. 2. O presente Diploma entra imediatamente em vigor.

Ministério das Obras Públicas e Habitação, em Maputo, 23 de Março de 2010. — O Ministro das Obras Públicas e Habitação, *Cadmiel Filiane Mutemba*.

Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural

Anexos

Anexo 1 — Quadro de Políticas Nacionais e do Subsector e Planificação

Anexo 2— Matriz do Quadro Lógico

Anexo 3 — Assuntos Relevantes do Subsector de AASR

Anexo 4 — Acções Preparatórias do PRONASAR

Anexo 5 — Acções Preliminares para Início e Implementação do Programa

Anexo 6 — Modelo Proposto de Critérios de Selecção para a Afectação de Recursos

Anexo 7 — Pressupostos do Orçamento da Fase I

Anexo 8 — Análise do Fosso Financeiro

Anexo 9 — Plano de Procurement – Ano 1

Lista de Tabelas

Tabela 2-1 — Principais Metas do Programa

Tabela 2-2 — Objectivos e Estratégias do Programa

Tabela 2-3 — Componentes e Actividades do Programa – Fase I

Tabela 2-4 — Riscos do Programa e Medidas de Protecção

Tabela 3-1 — Calendário Anual de Planificação, Orçamentação e Análise

Tabela 5-1 — Bombas Manuais Usadas no Abastecimento de Água Rural em Moçambique

Tabela 6-1 — Matriz do Quadro Lógico (Resumida)

Tabela 6-2 — Responsabilidades pela Gestão e Transmissão dos dados

Tabela 6-3"Indicadores de Ouro" para o Subsector do AASR

Tabela 7-1 Metas de Desenvolvimento – DNA

Tabela 7-2 Actividades de formação e número do pessoal envolvido – DNA (2006-2010)

Tabela 8-1 Custos do Programa – FASE I

Tabela 8-2 — Gap no Financiamento Subsectorial (2009-2011)

Tabela 8-3 — Sumários de Financiamento Fase I

Lista de Figuras

Figura 2-1 — Elementos do Programa

Figura 2-2 — Grau de Alinhamento com o Sistema Nacional do subsector de ASR

Figura 3-1 — Esquema de Implementação do Programa
Figura 4-1 — Fluxo de Fundos em Cenários Alinhados
Figura 4-2 — Elementos da SWAP e Cenários de Financiamento do AASR
Figura 6-1 — Monitoria do PRONASAR e QAD
Figura 6-2 — Fluxo de Informação Indicativo no Subsector do AASR
Figura 6-3 — Quadro de Planificação, Monitoria, Revisão e Avaliação de Desempenho do PRONASAR
Figura 7-1 — Competências-chave da DNA
Figura 8-1 — Plano Preparatório do PRONASAR até meados de 2010
Figura 8-2 — Plano de Implementação do Programa Fase I.

Abreviaturas e Acrónimos

AAS — Abastecimento de Água e Saneamento
AASR — Abastecimento de Água e Saneamento Rural
AF — Agregado Familiar
PIA — Plano de Implementação Anual
AMU — Unidade de Gestão
AOE — Apoio ao Orçamento de Estado
AQL — Análise do Quadro Lógico
ARA — Administração Regional de Águas
ASAS — Apoio Sectorial ao Sector de Águas
ASNANI — Projecto Integrado de Abastecimento de Água e Saneamento para Nampula e Niassa
AT — Assistência Técnica
TA — Tribunal Administrativo
BAD — Banco Africano de Desenvolvimento
CCS — Conselho Coordenador Sectorial
CFDP — Contabilidade Financeira da Despesa Pública
CFMP — Cenário Fiscal de Médio Prazo
CFPAS — Centro de Formação Profissional de Água e Saneamento
CHAEM — Centro de Higiene Ambiental e Exames Médicos
CHF — Franco Suíço
CIDA — Agência Canadiana para o Desenvolvimento Internacional
CdC — Código de Conduta
CPAR — Relatório de Avaliação do Sistema Nacional de Procurement
CRA — Conselho de Regulação do Abastecimento de Água
CUT — Conta Única do Tesouro
CUT–ME — Conta Única do Tesouro – Multi-Moeda
DAF — Departamento de Administração e Finanças
DAR — Departamento de Água Rural
DAS — Departamento de Água e Saneamento
DES — Departamento de Saneamento
DFID — Departamento para o Desenvolvimento Internacional (Reino Unido)
IDS — Inquérito Demográfico e de Saúde
DNA — Direcção Nacional de Águas
DNT — Direcção Nacional do Tesouro
MISAU — Ministério da Saúde
MOPH — Ministério das Obras Públicas e Habitação
MPD — Ministério do Plano e Desenvolvimento
O&M — Operação e Manutenção
OBC — Organização de Base Comunitária
ODAMOZ — Ajuda Exterior a Moçambique/ ODA Mozambique (base de dados)
ODM — Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OE/OGE — Orçamento do Estado
OIIL — Orçamento de Investimento de Iniciativa Local
ONG — Organização Não-Governamental
PA — Política de Águas (2007)
PAP — Parceria de Apoio ao Programa
PARPA — Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PARS — Programa de Água Rural e Saneamento
PDD — Plano Distrital de Desenvolvimento
MEC — Ministério da Educação e Cultura
PEC — Programa de Educação Comunitária
PES — Plano Económico e Social
PESA-ASR — Plano Estratégico do Sector de Águas – Água e Saneamento Rural
PESOD — Plano Económico e Social e Orçamento Distrital
PHAST — Transformação Participativa de Higiene e Saneamento
PIA — Plano de Implementação Anual
PIU — Unidade de Implementação do Projecto
PME — Pequenas e Médias Empresas
PMR — Planificação, Monitoria e Revisão (Análise)
PNA — Política Nacional de Águas (1995)
PRONASAR — Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural
PP — Princípio da Procura
PPFD — Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas
REO — Relatório de Execução Orçamental
CGP — Comité de Gestão do Programa
ACIS — Associação Comercial e Industrial de Sofala
APM — Associação de Perfuradores de Moçambique
CCD — Conselho Consultivo Distrital
CDL — Comité de Desenvolvimento Local
CDC — Comité de Desenvolvimento Comunitário
CAS — Comité de Água e Saneamento
CCPA — Conselho Consultivo de Posto Administrativo
IPCC — Instituições de Participação e Consulta Comunitária
QLP — Quadro Lógico do Programa
DPOPH — Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação
DRH — Departamento de Recursos Humanos
EA — Área de Enumeração
EPAR — Estaleiro Provincial de Água Rural
EPLM — Estaleiro Provincial de Latrinas Melhoradas
FIPAG — Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água
GAS — Grupo de Trabalho de Água e Saneamento
GBP — Libra Esterlina
GdM — Governo de Moçambique
GFP — Gestão das Finanças Públicas
GIS — Sistema de Informação Geográfica
GPC — Gabinete de Planificação e Controlo
GPS — Sistema de Posicionamento Global
HAUPA — Projecto para a Higiene Ambiental e Uso Produtivo de Água
HIV/SIDA — Vírus de Imunodeficiência Adquirida/Sindroma de Imunodeficiência Adquirida

HoC — Chefe de Cooperação
IAF — Inquérito aos Agregados Familiares
IGF — Inspecção-Geral de Finanças
INE — Instituto Nacional de Estatística
IPCC — Instituções de Participação e Consulta Comunitária
JMP — Monitoria Conjunta do Programa
JPY — Iene japonês
LNHAA — Laboratório Nacional de Higiene da Água e dos Alimentos
LOLE — Lei dos Órgãos Locais do Estado
Lppd — Litros por pessoa por dia
MAE — Ministério de Administração Estatal
MCC — Millennium Challenge Corporation
MdE — Memorando de Entendimento
MEC — Ministério da Educação e Cultura
MdF — Ministério das Finanças
MICS — Inquérito Agrupado de Indicadores Múltiplos
MIPAR — Manual de Implementação de Projectos de Abastecimento de Água Rural
MIS — Sistema de Informação de Gestão
PSAA — Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água
APEE — Associação de Professores e Encarregados de Educação
QAD — Quadro de Avaliação do Desempenho
QUIBB — Questionário dos Indicadores Básicos de Bem-Estar
SARAR — Metodologia de Formação Participativa
SASSM — Serviços de Acção Social, Saúde e Mulher
SDC — Corporação Suíça para o Desenvolvimento
SDPI — Serviços Distritais de Planificação e Infra-estruturas
SINAS — Sistema de Informação Nacional de Água e Saneamento
SISTAFE — Sistema de Administração Financeira do Estado
SKAT — Centro Suíço de Desenvolvimento de Recursos
STLC — Saneamento Total Liderado pela Comunidade
SWAP — Abordagem Sectorial Abrangente à Programação
SWOT — Análise dos Pontos Fortes e Fracos, Oportunidades e Ameaças
TdR — Termos de Referência
TI — Tecnologias de Informação
UFSA — Unidade Funcional de Supervisão de Aquisições
UGEA — Unidade Gestora e Executora das Aquisições
UNICEF — Fundo das Nações Unidas para a Infância
USD — Dólar americano
UTRAFE — Unidade Técnica para a Reforma da Administração Financeira do Estado
VLOM — Operação e Manutenção ao nível da Comunidade
WASHCost — Custos de Água, Saneamento e Higiene
WatSan — Água e Saneamento
WSP — Programa de Água e Saneamento – Banco Mundial
WSUP — Água e Saneamento para a População Pobre das Áreas Urbanas
ZAMWAT — Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e Abastecimento de Água Rural na Bacia do Rio Zambeze
PD — Parceiro do Desenvolvimento
EIP — Equipa de Implementação do Programa
IPCC — Instituições de Participação e Consulta Comunitária

Sumário Executivo

O Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR) é um esforço conjunto entre o Governo de Moçambique (GdM), os parceiros de desenvolvimento, as organizações não-governamentais (ONGs), o sector privado, os membros da comunidade e outras partes interessadas aos níveis central, provincial, distrital e local, para acelerar as coberturas de água e saneamento no meio rural com vista a atingir as metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) de 70% de cobertura para o abastecimento de água rural e 50% de cobertura do saneamento rural a nível nacional e posterior acesso universal.

O Programa enquadra a operacionalização e implementação do Plano Estratégico do Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PESA-ASR) para 2006-2015, dos Pilares Estratégicos do sector de Água e Saneamento no âmbito do Plano Quinquenal (2010-2014), e do pilar do Capital Humano do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta II (2004-2011) (PARPA II.

O Programa ocupar-se-á dos desequilíbrios na cobertura dentro das províncias e distritos e promoverá a harmonização da ajuda e a reforma institucional no subsector do Abastecimento de Água e Saneamento Rural (AASR), com enfoque particular no desenvolvimento da capacidade aos níveis distrital e local por forma a assegurar-se uma provisão de serviços e cobertura de abastecimento de água e saneamento rural sustentáveis.

Foi elaborado e assinado um Código de Conduta (CdC) para o sector de Águas entre o Governo e um número crescente de parceiros de desenvolvimento. O CdC permanece aberto a novos signatários. O Fundo Comum do AASR será um importante mecanismo de financiamento e serão promovidas estruturas de gestão e alinhamento com os sistemas do Governo para a planificação, orçamentação, "procurement", gestão, monitoria e prestação de contas.

Mais 4.5 milhões de habitantes da população rural de Moçambique serão beneficiados através do aumento da actual cobertura do Abastecimento de Água Rural (AAR) de 54% para 70% até 2015, o que requer a disponibilização de até 12.000 fontes de água novas ou reabilitadas e 120 pequenos sistemas de abastecimento de água, assim como para aumentar a cobertura actual de saneamento de 39% para 50% no mesmo período é preciso a construção de até cerca de 400.000 latrinas melhoradas pelas famílias para beneficiar cerca de 2 Milhões de pessoas.

Prevê-se que o Programa inicie em Abril de 2010 e será implementado em duas fases: Fase I (2010-2012) e Fase II (2013-2015).

Na Fase I do PRONASAR, a prioridade será atingir-se uma efectiva sustentabilidade das infra-estruturas de água e saneamento, de modo a que os cerca de 8.0 milhões de pessoas que actualmente têm acesso efectivamente "usem" o serviço de abastecimento de água ao seu dispor. Isto será atingido, através de uma descentralização e gestão efectivas do parque actual pelo Distrito, incluindo a reabilitação de fontes não operacionais, melhor gestão e boas práticas de higiene pelas comunidades. Estas acções serão combinadas com um aumento acelerado na construção de novas fontes principalmente na Fase II. Para além do horizonte de 2015, o PRONASAR propõe-se continuar a envidar esforços para se atingir o acesso universal de água segura nas zonas rurais de Moçambique.

Do ponto de vista financeiro, julga-se ser necessário um investimento total da ordem de 272.6 milhões de USD para as duas Fases. Para a Fase I será necessário um investimento total de 132.1 milhões de USD[1], devido aos investimentos iniciais em capacitação, equipamento e outros.

Os valores de investimento serão revistos após o efectivo início do PRONASAR e a consequente confirmação dos investimentos por parte do Governo e dos Parceiros de Desenvolvimento.

O objectivo de desenvolvimento do Programa é contribuir para a satisfação das necessidades humanas básicas, melhorar o bem-estar e contribuir para a redução da pobreza rural em Moçambique, através do acesso melhorado aos serviços de abastecimento de água e saneamento.

O programa é composto de quatro componentes seguintes:

(1) Apoio ao aumento sustentável da cobertura do AASR;

(2) Desenvolvimento de tecnologias apropriadas e opções de gestão para o subsector do AASR;

(3) Capacitação institucional e desenvolvimento dos recursos humanos no subsector do AASR;

(4) Apoio à planificação, gestão, monitoria e financiamento descentralizados das actividades do AASR.

A Direcção Nacional de Águas (DNA) será responsável pela implementação do Programa a nível central. A coordenação será feita pelo Departamento de Água Rural (DAR) com o envolvimento de outros departamentos da DNA. A coordenação multissectorial do PRONASAR será feita através do Comité Técnico de Águas que é presidido pelo Director Nacional de Águas.

A Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação (DPOPH), através do Departamento de Água e Saneamento (DAS), será responsável pela implementação do Programa a nível provincial, a este nível, a implementação será liderada pelo Director Provincial das Obras Públicas e Habitação e deverá também ser posto em funcionamento o Forum Provincial de Coordenação Interssectorial[2].

A nível distrital, o governo distrital através da unidade responsável pelo abastecimento de água rural, saneamento, mobilização da comunidade e promoção da saúde será responsável pela implementação das actividades do Programa. Além disso, serão criados ou operacionalizados Grupos de Trabalho de Água e Saneamento e Fóruns de Água e Saneamento (GAS) como corpos consultivos e de aconselhamento para apoiar as actividades do AASR aos níveis provincial e distrital, respectivamente.

A nível local, serão criados e apoiados os Comités de Abastecimento de Água Rural e Saneamento para participar no processo de planificação distrital e local e gerir, manter e monitorar as infra-estruturas seguras de água e saneamento.

A assistência técnica (AT), a formação, o equipamento e outro apoio serão dados a todos os níveis quando necessário.

O Programa será implementado com prioridade nas províncias e distritos que correspondam aos critérios acordados, os quais incluem as actuais taxas de acesso e de uso de AASR, os níveis de pobreza, pessoal adequado, presença de outros programas ou projectos de AASR.

[1]Inclui 124.6 Milhões de USD para Fontes Dispersas, 42.3 Milhoes de USD para Saneamento e 10.0 Milhões de USD para PSAA.

[2]Este forum está previsto no MIPAR e tem como mandato fazer a avaliação e orientar estrategicamente as acções do PRONASR ao nível da província.

O Documento do Programa apresentará e descreverá os seguintes aspectos do PRONASAR:

— A Organização e Gestão do Programa, que apresenta e descreve o quadro organizacional, os papéis e as responsabilidades pela implementação do Programa. As matrizes da análise do quadro lógico (AQL) e do quadro de avaliação do desempenho (QAD) também serão apresentadas;

— As Estratégias de Implementação, que descrevem as estratégias que orientarão e apoiarão a implementação do Programa;

— A Gestão Financeira, com o enfoque no uso dos diferentes sistemas nacionais de gestão financeira e num Fundo Comum do AASR para canalizar a ajuda no subsector do AASR;

— A Planificação, a Monitoria e a Gestão da Informação, com particular referência ao papel da planificação e monitoria descentralizadas e aos requisitos para o desenvolvimento da base de dados e a gestão da informação no subsector do AASR;

— As necessidades de Capacidade e Formação, o que inclui uma discussão sobre a actual capacidade, as actividades correntes e as futuras necessidades de capacidade a todos os níveis para apoiar a implementação do Programa;

— O Plano e o Orçamento para a Fase I (2010-2012), que apresenta um quadro temporal para a preparação e implementação do Programa e os custos estimados do Programa.

O Programa foi apresentado e discutido em reuniões de consulta ao nível central e provincial durante 2008 e 2009, e será sujeito a avaliações[3] conjuntas pelo Governo e parceiros de desenvolvimento a partir de 2010 após a sua aprovação e lançamento.

Os procedimentos detalhados da implementação e os planos de formação são apresentados no Manual de Operações do Programa, que acompanhará este Documento do Programa e orientará a implementação do Programa a todos os níveis. O Manual de Operações fará referências cruzadas a manuais como o MIPAR e outros, para informação específica e directivas e procedimentos de implementação em áreas seleccionadas.

1. Introdução e Antecedentes

1.1. Introdução

O Ministério de Obras Públicas e Habitação (MOPH) recebeu, através da DNA uma doação do *African Water Facility* para preparar o Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR) para ajudar o Governo de Moçambique a alcançar as metas nacionais do AASR e as metas relevantes dos ODMs para o abastecimento de água e saneamento rural. A seguir apresenta-se o Documento do Programa do PRONASAR.

O Documento do Programa é acompanhado por um Manual de Operações do Programa para orientar a sua implementação. O Documento do Programa será ainda complementado por MdEs para os projectos actualmente em implementação e para o Fundo Comum do PRONASR. O PRONASAR será orientado com base nos resultados dos trabalhos sobre o uso da Conta Única do Tesouro (CUT) para a canalização da ajuda dos doadores, do CPAR[4], do PPFD II[5] e de outras actividades importantes.

[3]As avalições serão feitas duas vezes ao ano no âmbito da Revisão Conjunta.

[4]Relatório de Avaliação do Procurement do País.

[5]II Programa de Descentralização da Planificação e Finanças (em preparação).

1.2. Antecedentes

1.2.1 O contexto internacional

Os acordos internacionais mais importantes que deram forma ao quadro político actual para o subsector do AASR são os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas – ODMs (2000), o Acordo de Roma sobre a Harmonização (2003) e a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda (2005).

— A Meta 7 dos ODMs apela para que, em 2015, se reduza para metade a população que em 1990 não tinha acesso a água potável e a saneamento adequado. Os ODMs foram incorporados no quadro da planificação nacional e sectorial através do Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) e dos planos a médio prazo e anuais;

— O Acordo de Roma visa harmonizar a ajuda com as Abordagens Sectoriais Abrangentes à Programação (SWAPs) conduzidas pelo país, fortalecer a gestão e melhorar a eficácia da ajuda.

— As metas da Declaração de Paris para 2010 pretendem harmonizar a ajuda com a resposta às prioridades a longo prazo do país e ao uso dos sistemas internos para se evitar estruturas de implementação paralelas.

1.2.2 O contexto nacional

Ao longo da última década, o Governo tem feito esforços consideráveis na reforma do sector público e na descentralização, incluindo reformas no sector de Águas. Há um enquadramento da política nacional e sectorial e da planificação, através dos processos de planificação e revisões conjuntas anuais, a médio e longo prazo, orientados por compromissos mútuos apoiados pelos Parceiros de Ajuda ao Programa (PAP) enquadrados pelo PARPA II. (Para informação adicional sobre o quadro da política e da planificação nacional, ver o Anexo I).

Instrumentos relacionados com o PRONASAR

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) – endossados por mais de 180 Estados Membros, incluindo Moçambique, na Assembleia Geral das Nações Unidas em Setembro de 2000, os ODMs possuem oito objectivos, 18 metas e 48 indicadores. São relevantes para o sub-sector de AASR no que respeita à cobertura em 70% no fornecimento de água potável e 50% nos serviços de saneamento.

Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) – o quadro de implementação da estratégia do Governo para a redução da pobreza absoluta, incluindo um Pilar do Capital Humano que reconhece a importância da expansão do acesso à água potável e a serviços de saneamento na redução da pobreza.

Política de Águas 2007 – promove os princípios de: aumentar a cobertura para alcançar as necessidades básicas em termos de água e saneamento, especialmente para grupos rurais pobres; participação dos beneficiários; descentralização e mobilização de recursos locais, redefinindo o papel do Governo como facilitador, aumentando o papel do sector privado, o investimento e a capacitação a todos os níveis.

Estratégia de Abastecimento de Água e Saneamento Rural – 2006-2015 – parte de um processo mais amplo denominado Roteiro dos ODMs, que define a visão a médio e longo prazos, os objectivos e as orientações estratégicas para o subsector de AASR.

Código de Conduta para o Sector de Águas (2008) – aplica ao sector de Águas em Moçambique os princípios da Declaração de Paris sobre a harmonização da ajuda, assinado pelo Governo e por um número crescente de parceiros de desenvolvimento.

Fundo Comum de AASR (2010) – um mecanismo de financiamento para a canalização da ajuda ao subsector AASR, para apoiar o PRONASAR e outras iniciativas.

As metas dos ODMs e do PARPA II, em particular o Pilar do Capital Humano, reconhecem os grandes benefícios sociais e económicos decorrentes de instalações de abastecimento de água e saneamento melhoradas, incluindo:

— Melhorar a saúde, com a redução das doenças motivadas pela água, especialmente das mães, das crianças, dos idosos e dos afectados pelo HIV/SIDA;

— A igualdade do género e social, com a redução do tempo para ir buscar água, o que permite que as raparigas frequentem a escola e as mulheres realizem mais actividades produtivas;

— Aumentar a produtividade dos agregados familiares, melhorando o acesso à água.

Nos últimos anos o Governo e alguns parceiros de desenvolvimento têm investido recursos financeiros, técnicos e humanos substanciais no subsector do AASR. Para além do Governo, as actividades do subsector do AASR são apoiadas por alguns parceiros de desenvolvimento, entre os quais se destacam a Holanda, DFID, UNICEF, BAD, MCC, CIDA, Irlanda, SDC, UE, Áustria, Water Aid, CARE, Índia e Banco Mundial. O objectivo comum desta cooperação é acelerar o ritmo das acções planificadas e melhorar a qualidade da prestação de serviços, para se alcançar as metas dos ODMs de uma cobertura do abastecimento de água rural de 70% e uma cobertura do saneamento rural de 50%, em 2015.

Apesar dos progressos recentes na taxa de acesso de água e saneamento rural, estima-se que esta seja de 54% para o Abastecimento de Água Rural (AAR) e 39% para o saneamento Rural (DNA, 2009). Ainda há uma grande lacuna entre a taxa actual e as metas dos ODMs de respectivamente 70% e 50% de taxa de acesso. Para além disso, considera-se que os dados de base usados para o cálculo ainda não são fiáveis devendo ser melhorados progressivamente, com o envolvimento das partes interessadas.

Com a implementação do PRONASAR e outras acções em curso, estima-se que mais 4.5 milhões de habitantes da população rural de Moçambique serão beneficiados através do aumento da actual cobertura do abastecimento de água rural de 54 % para 70% até 2015, o que requer a disponibilização de até 12.000 fontes de água novas ou reabilitadas e 120 pequenos sistemas de abastecimento de água, assim como para aumentar a cobertura actual de saneamento de 39% para 50% no mesmo período é preciso a construção de até cerca de 400.000 latrinas melhoradas pelas famílias para beneficiar cerca de dois milhões de pessoas.

As metas da Fase I até 2012 são as de disponibilizar até 5.000 fontes de água novas ou reabilitadas, 51 pequenos sistemas de abastecimento de água e 140.000 latrinas melhoradas a serem construídas.

Na Fase I do PRONASAR, a prioridade será atingir-se uma efectiva sustentabilidade das infra-estruturas de água e saneamento, de modo a que os cerca de 8.0 milhões de pessoas que actualmente têm acesso efectivamente "usem" o serviço de abastecimento de água ao seu dispor. Isto será atingido, através de uma descentralização e gestão efectivas do parque actual pelo Distrito, incluindo a reabilitação de fontes não operacionais, melhor gestão e boas práticas de higiene pelas comunidades. Estas acções serão combinadas com um aumento acelerado de novas fontes principalmente na Fase II. Para além do horizonte de 2015, o PRONASAR propõe-se continuar a envidar esforços para se atingir o acesso universal de água segura no mundo rural em Moçambique.

Do ponto de vista financeiro, estima-se ser necessário um investimento total da ordem de 272.6 milhões de USD para as duas Fases. Para a Fase I será necessário um investimento total de 132.1 milhões de USD[6], devido aos investimentos iniciais em capacitação, equipamento e outros.

Os valores de investimento serão revistos após o início efectivo do PRONASAR e a consequente confirmação dos investimentos necessários por parte do Governo e dos Parceiros de Desenvolvimento.

Para garantir que os investimentos sejam usados eficientemente e que as metas das taxas de acesso sejam alcançadas e sustentáveis será necessário resolver duas grandes deficiências no subsector do AASR, nomeadamente:

(1) O elevado número de furos negativos, até 50% em algumas áreas[7], que aumenta os custos dos furos e afecta a credibilidade das outras actividades junto das comunidades utentes, como por exemplo, as actividades de mobilização comunitária; e

(2) O número inaceitávelmente elevado de furos e sistemas de água inoperacionais, até 40% em algumas províncias, que afecta negativamente os benefícios e a cobertura do abastecimento de água melhorado.

A Política Nacional da Água de 1995 foi analisada tendo como base o contexto real actual e em Agosto de 2007 o Conselho de Ministros aprovou a nova Política de Águas. Esta política enfatiza o seguinte:

— O Princípio da Procura (PP) segundo o qual as comunidades escolhem níveis de serviço baseados na percepção das suas necessidades, capacidade e aptidão para pagar[8];

— Uma contribuição inicial para os custos do capital e a cobertura de todos os custos de operação e manutenção (O&M), para encorajar o sentido de posse das instalações melhoradas;

— Envolvimento dos beneficiários na planificação, concepção, construção, supervisão, monitoria e O&M, por intermédio dos comités e conselhos locais, das ONGs e do sector privado;

— Maximizar os benefícios para a saúde pela integração do abastecimento de água, saneamento e promoção da higiene e incluindo actividades baseadas na escola.

Para operacionalizar as políticas e harmonizar os procedimentos dos vários intervenientes no AAR, foi publicado em 2002 o Manual de Implementação de Projectos de Abastecimento de Água Rural – MIPAR. Subsequentemente, foram publicados pela DNA manuais que abrangem aspectos técnicos, sociais e institucionais do abastecimento da água rural e um manual separado para o saneamento[9].

Contudo, a implementação da Política de Águas e a disseminação e uso dos manuais relevantes têm tido falhas e devem ser melhoradas[10].

O Programa apoiará o uso das estratégias e acções acordadas para apoiar a implementação da política. Para além disso, o Manual de Operações do Programa ajudará a implementação do Programa a todos os níveis. Os manuais existentes serão analisados e, se necessário, complementados e disseminados para serem usados na implementação do Programa.

O MOPH/DNA adoptou e promoveu algumas estratégias e padrões técnicos para orientar as actividades do subsector do AASR. Os padrões técnicos incluem níveis de serviços, normas de cobertura, de qualidade da água e opções tecnológicas recomendadas. As estratégias incluem:

— A descentralização; a promoção do Princípio da Procura (PP);

— O alívio à pobreza;

— A gestão integrada da água, saneamento e promoção da higiene e da capacitação institucional ao nível da comunidade.

A bomba manual "Afridev" é o nível de serviços mínimos actual para o abastecimento da água rural. Contudo, há questões relativas à sustentabilidade da bomba manual "Afridev", principalmente devido à falta de redes de comercialização de produtos e serviços de apoio, tais como disponibilidade de peças sobressalentes, serviços técnicos para as grandes reparações e sistemas seguros de cobrança de tarifas de água para as despesas de O&M.

A DNA está a apoiar a testagem de tecnologias alternativas que sejam ajustadas às condições das comunidades rurais, tais como a Bomba de Corda, a Bomba Afrideep, Bomba Vergenet HP 100 e a Bomba Carrossel.

O Governo e alguns parceiros de desenvolvimento[11] têm apoiado a capacitação institucional do governo local em províncias piloto através do Programa da Planificação e das Finanças Descentralizadas (PPFD), que está proposto para ser alargado a todas as províncias e distritos num futuro próximo. Conforme especificado na Lei dos Órgãos Locais[12], as ONGs e os outros parceiros de desenvolvimento participarão na planificação distrital e os seus recursos serão incluídos nos planos e orçamentos distritais.

O sector de Águas em geral e o subsector de AASR em particular estão a adoptar a Abordagem Sectorial Abrangente (SWAP), conforme evidenciado por diversas iniciativas importantes. Para além da Política de Águas (2007) acima mencionada, temos:

— O Apoio Sectorial ao Sector de Águas (ASAS), que funciona desde 2002 e continua a servir como canal de ajuda da Holanda ao sector de Águas;

— O Plano Estratégico do Subsector de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PESA-ASR) para 2006-2015;

— O Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) 2009-2011 para o Sector de Águas (2008);

— O Código de Conduta para o Sector de Águas (2008);

— O esboço de MdE do Fundo Comum para o Abastecimento de Água e Saneamento Rural (2008).

---

[6]Inclui 124.6 milhões de USD para fontes dispersas, 42.3 milhões de USD para saneamento e 10.0 milhões de USD para PSAA.

[7]Lições apreendidas, DNA, projecto ASNANI, 2008.

[8]Para mais informação sobre o princípio da procura, ver abaixo a Secção 2.3.

[9]Implementação de Projectos de Água Rural: Manuais Social, Técnico e Institucional, DNA, 2003-04.

[10]As políticas e as estratégias existentes são analisadas no Anexo 1.

[11]Banco Mundial, PNUD, UNCDF e GTZ.

[12]Lei dos Órgãos Locais do Estado, Lei n.º 8/2003 de 5 de Abril.

O Código de Conduta (CdC) compromete o Governo e os signatários a criarem e aplicarem uma Abordagem Sectorial Abrangente à programação (SWAP) para o Sector de Águas, a criarem um Comité de Coordenação do Sector e um Secretariado na DNA, a adoptarem um mecanismo e um processo comuns de análise do desempenho e a gerirem a assistência técnica de uma maneira coordenada.

O Caso do PRONASAR

Moçambique está atrasado na prossecução das metas dos ODMs em termos de abastecimento de água e saneamento rural e precisa de um esforço acelerado e coordenado da parte do Governo, parceiros de desenvolvimento, ONGs, sector privado e outros, para recuperar o atraso.

A capacitação, tanto no sector público como no privado, continua a ser o constrangimento mais crítico na implementação dos programas de acesso à água potável e ao saneamento. Para se ultrapassar este constrangimento é necessária uma abordagem programática concertada em relação ao desenvolvimento da capacitação a todos os níveis.

A pobreza rural – como proporção da população total – continua a reduzir-se, mas a proporção dos pobres na população rural pode vir a crescer, uma vez que são os pobres que geralmente são esquecidos.

A contínua migração da população produtiva jovem para as cidades deixa para trás 'guetos' rurais de crianças e velhos, que estão dentre os grupos mais vulneráveis e dependentes, numa altura em que o Governo está a exortar a população nas zonas rurais a aumentar a produção de comida para reduzir a dependência na importação de bens alimentares. As facilidades de abastecimento de água potável e de saneamento são iniciativas importantes para as populações rurais e uma contribuição importante para a sua capacidade produtiva.

Existe um fosso no financiamento estimado em 56,8 milhões de USD para o período de 2009-2011.

Como mais um passo para a harmonização e alinhamento da ajuda ao subsector do AASR, foi preparado um draft do MdE para criar o Fundo Comum do AASR[13].

O Fundo Comum dará um mecanismo para canalizar a ajuda para o subsector do AASR com um elevado grau de alinhamento com as instituições de gestão financeira, os instrumentos e os procedimentos do Governo. A experiência com a implementação do Fundo Comum do AASR dará informação para as decisões futuras sobre o aumento do seu tamanho e âmbito, e sobre o possível uso do apoio ao orçamento pelo subsector do AASR. No Capítulo 4 e no Manual de Operações do Programa são discutidos com mais detalhe os mecanismos de financiamento.

1.2.3 Perspectivas para o Futuro

A preparação do Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural, o PRONASAR, do qual este Documento do Programa é parte essencial; a existência do Código de Conduta para o Sector de Águas; os esforços para criar o Fundo Comum do AASR e o apoio garantido para a sua implementação por alguns parceiros de desenvolvimento, são desenvolvimentos positivos para o subsector do AASR.

No capítulo seguinte, identifica-se um certo número de acções de preparação e de prontidão (factores de sucesso) que, uma vez concluídas, melhorarão ainda mais a possibilidade de sucesso da implementação do AASR e a realização das metas dos ODMs para o abastecimento de água e saneamento rural em Moçambique.

2. Descrição do Programa

O Governo, em resposta aos desafios para alcançar as metas dos ODMs para o abastecimento de água e saneamento rural, na base das recomendações das recentes avaliações do sector e apoiado por alguns parceiros de desenvolvimento, solicitou e recebeu em 2007 o apoio da *African Water Facility*, para preparar o Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR).

O PRONASAR enquadra a aplicação dos princípios da Declaração de Paris para o subsector de Água e Saneamento Rural (AASR), a implementação do Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Saneamento Rural[14], o cumprimento dos compromissos do Código de Conduta e proporciona o cenário para a introdução do Fundo Comum do AASR. Assim, o PRONASAR promoverá a harmonização da ajuda dos parceiros de desenvolvimento ao subsector, bem como o alinhamento com os sistemas nacionais de planificação, orçamentação, *procurement*, gestão, monitoria e relatórios. Os sistemas nacionais relevantes serão apresentados e aprofundados no Capítulo 4 e Anexo 1.

2.1 Objectivos, Componentes e Metas do Programa

O objectivo de desenvolvimento do PRONASAR é contribuir para a satisfação das necessidades humanas básicas, melhorar o bem-estar e reduzir a pobreza rural, através do aumento do uso e acesso aos serviços de abastecimento de água e saneamento. O objectivo intermédio do Programa é aumentar o acesso sustentável ao abastecimento de água e ao saneamento para respectivamente pelo menos 70% e 50% da população rural em 2015.

O desenvolvimento do Programa e os objectivos intermédios são apoiados por quatro objectivos imediatos:

1. Melhorar a qualidade e aumentar a cobertura e a sustentabilidade dos serviços do AASR;
2. Alargar o leque de opções tecnológicas e modelos de gestão;
3. Descentralizar e fortalecer as instituições e os recursos humanos do subsector;
4. Fortalecer a relação entre a planificação, o financiamento e a descentralização.

Os resultados associados aos objectivos acima mencionados são apresentados na Matriz do Quadro Lógico do Programa, de forma resumida no Capítulo 2 e no seu todo no Anexo 2.

O PRONASAR lidará com um certo número de questões-chave do subsector, incluindo:

— A sustentabilidade das instalações de abastecimento de água concluídas;
— A segmentação das actividades no subsector do AASR;
— A capacidade das instituições e actores do subsector do AASR;
— A capacidade do sector privado e as ineficiências da relação mercado/rede de comercialização;
— A qualidade e a precisão dos dados e do sistema de informação;
— A qualidade da construção e das actividades do PEC.

O debate detalhado destes e de outros assuntos relacionados está apresentado no Anexo 3.

[13]Draft do MdE para a Criação de um Fundo Comum de Apoio ao Programa de Abastecimento de Água e Saneamento Rural, Outubro de 2008.

[14]Plano Estratégico do Sector de Águas – Água e Saneamento Rural (2006-2015), DNA, 2006.

As quatro componentes do Programa, correspondentes aos seus objectivos imediatos, são as seguintes:

(1) Aumentar a sustentabilidade do abastecimento de água e a cobertura do saneamento e melhorar a qualidade dos serviços: A falta e os desequilíbrios no acesso a um abastecimento de água e saneamento melhorados serão resolvidos apoiando o alcance das metas relevantes dos ODMs a todos os níveis. O Programa apoiará o melhoramento da monitoria e da apresentação de relatórios, das auditorias independentes e do controlo de qualidade do *procurement*, da implementação, da gestão do contrato e da construção das infra--estruturas. Os pacotes de negócios serão concebidos para que sejam atractivos economicamente para o sector privado e para as ONGs. As parcerias tipo *joint venture* serão encorajadas a melhorarem a capacidade de implementação e a qualidade dos serviços.

(2) Alargar a gama de opções técnicas e de modelos de gestão: Enfrentar as ameaças à sustentabilidade e melhorar o custo-eficácia dos sistemas de abastecimento de água, por intermédio de testagem de tecnologias apropriadas, de modelos de gestão e sistemas de comercialização de peças sobressalentes e da expansão das experiências sucedidas. As tecnologias, os modelos de gestão e os sistemas de comercialização de peças sobressalentes serão adaptados às condições, capacidades e preferências locais;

(3) Fortalecimento das instituições e dos recursos humanos: Apoiar os esforços de capacitação institucional do sector público, com particular ênfase ao nível distrital e local, do sector privado e da sociedade civil, para oferecer bens e serviços de qualidade aceitável. Este é talvez o maior desafio do PRONASAR e está estreitamente ligado à componente seguinte;

(4) Apoiar a descentralização da planificação, da gestão e das finanças: Apoiar a implementação descentralizada promovendo a planificação inclusiva, da base para o topo, e o melhoramento da exactidão e comunicação da informação para a planificação, orçamentação e gestão das actividades do AASR. O Programa também promoverá e apoiará abordagens transversais complementares, tais como o alívio à pobreza, a boa governação e a igualdade do género.

O Programa apoiará a análise, a revisão e a disseminação de manuais de implementação, o uso de um conjunto de indicadores comuns para avaliar o desempenho, estudos sobre o valor pelo dinheiro e avaliações periódicas. Será ainda apoiada a conclusão e actualização dos planos directores provinciais de AASR e dos planos e orçamentos distritais de AASR, que servirão de base para a planificação e a orçamentação ao nível nacional, assim como de pontos de partida para a avaliação do desempenho.

As principais metas do PRONASAR estão apresentadas na Tabela 2.1 abaixo.

Tabela 2.1 – Principais Metas do Programa

Cobertura
Progresso significativo na realização dos ODMs relevantes e na redução das falhas e desequilíbrios na cobertura do AASR entre e dentro das províncias e distritos, incluindo o fornecimento de 12,000 furos de água novos ou reabilitados, 120 pequenos sistemas de abastecimento de água para 4.5 milhões de pessoas vivendo nas zonas rurais e de 400.000 instalações sanitárias melhoradas, beneficiando 2 milhões de habitantes das zonas rurais.
Diminuição significativa do número e da percentagem dos sistemas de abastecimento de água rurais inoperacionais.
Harmonização e alinhamento
Aumento significativo do uso dos sistemas nacionais para a planificação, a orçamentação, a gestão financeira, a contratação de obras, bens e serviços, a monitoria e a apresentação de relatórios.
Gestão do Programa
Redução significativa do tempo de preparação e de processamento das actividades do AASR.
Redução significativa do tempo exigido para a contratação de obras, bens e serviços de bens, obras e serviços.
Aumento significativo na capacidade de planificar, orçamentar, gerir, supervisionar, monitorar e reportar a todos os níveis.
Apoio ao Programa
Aumento da quantidade e qualidade de bens e serviços prestados pelo sector privado.
Aumento da precisão, uso e utilidade dos dados e sistemas de informação.
Melhoramento das condições de mercado para o fornecimento dos inputs principais (bens, obras e serviços).

Para avaliar o desempenho do Programa, é apresentado na Tabela 6.3 um conjunto de "Indicadores de Ouro". O quadro lógico de planificação, monitoria e relatórios (PMR) e o Quadro de Avaliação de Desempenho (QAD) são apresentados no Capítulo 6.

2.2. Princípios do Programa

No contexto dos princípios da Declaração de Paris, o Programa enquadrará o futuro desenvolvimento do SWAP, com ênfase na realização das metas dos ODMs e na redução da pobreza rural.

Durante a primeira fase do Programa (2010-2012), as actividades do AASR em curso serão harmonizadas e alinhadas progressivamente com os objectivos e abordagem do Programa. Este processo será facilitado através da:

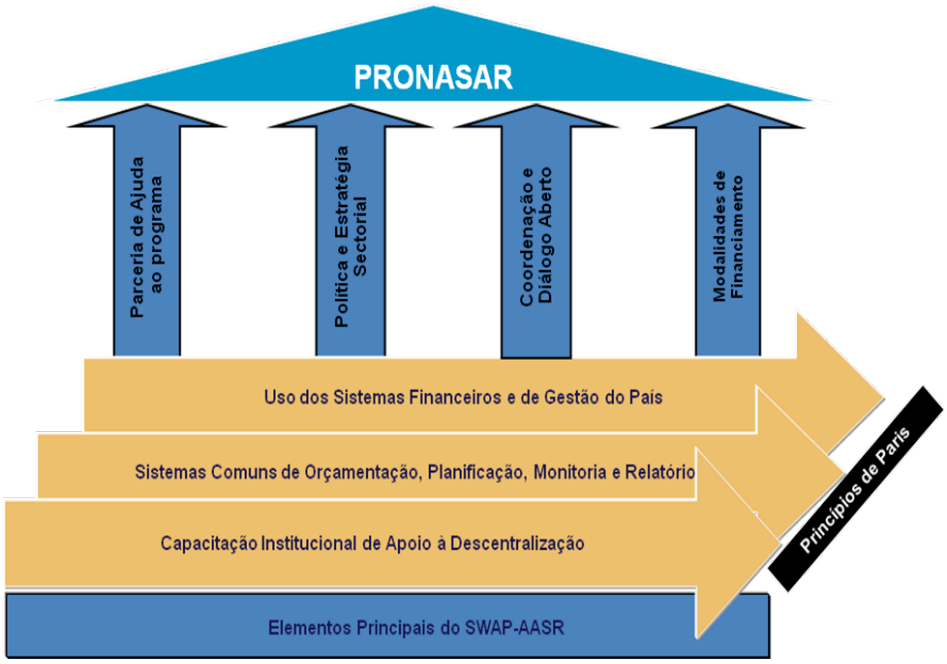
1) Capacitação institucional extensiva para apoiar a descentralização da planificação, da implementação, da gestão e da monitoria das actividades e instalações de AASR;
2) Promoção e apoio ao uso de sistemas comuns de planificação, orçamentação, apresentação de relatórios e monitoria; e
3) Melhoria da qualidade dos sistemas nacionais de planificação, orçamentação, gestão financeira, *procurement* e monitoria no subsector do AASR.

As actividades do Programa apoiarão e serão apoiadas por:

1) Parceria de Apoio ao Programa (PAP);
2) Política de Águas;
3) Plano Estratégico do AASR;
4) Uma SWAP do sector para melhorar a coordenação e a comunicação; e
5) Um Fundo Comum do AASR como canal de ajuda ao subsector do AASR.

Os elementos principais do Programa podem ser representados por quatro pilares apoiados em três fundações, conforme se apresenta Figura 2.1 abaixo.

Figura 2 – 1 Elementos do programa


PRONASAR
Parceria de Ajuda ao programa
Política e Estratégia Sectorial
Coordenação e Diálogo Aberto
Modalidades de Financiamento
Uso dos Sistemas Financeiros e de Gestão do País
Sistemas Comuns de Orçamentação, Planificação, Monitoria e Relatório
Capacitação Institucional de Apoio à Descentralização
Elementos Principais do SWAP-AASR
Princípios de Paris

Três dos quarto pilares já estão bem estabelecidos e funcionais. A PAP é um instrumento estabelecido para planificação, financiamento, monitoria e avaliação do PARPA II. A PAP facilitou a preparação de um Código de Conduta - CdC para o sector de Águas e de uma versão preliminar de Memorando de Entendimento – MdE para um Fundo Comum de AASR. A política do sector e a estratégia do AASR já foram elaboradas. O pilar da "coordenação e diálogo aberto" melhorará a credibilidade e a confiança entre as partes interessadas a todos os níveis.

O quarto pilar modalidades de financiamento - requer mais elaboração do MdE para o Fundo Comum do AASR e a sua consideração pelo Governo e pelos parceiros do desenvolvimento, incluindo as principais ONGs a nível provincial e/ou distrital. O Fundo Comum será um mecanismo importante no subsector de AASR, mas não o único. O funcionamento das modalidades de financiamento é detalhado no Capítulo 4 e no próprio MdE.

É importante que as actividades, incluindo as planificadas e realizadas pela sociedade civil e pelo sector privado, estejam alinhadas com as políticas e estratégias relevantes e com os procedimentos e instrumentos de planificação, monitoria e relatórios. Para isso, os acordos bilaterais existentes e as actividades planificadas e a decorrer serão analisadas e, onde for possível, revistas para alinhá-las com as abordagens e procedimentos do Programa. Espera-se que os MdEs e acordos bilaterais entrados em vigor após o início do Programa estejam de acordo com os objectivos, abordagens e procedimentos do Programa.

As futuras actividades do AASR estarão, na máxima extensão possível, incluídas no plano e no orçamento e, quando possível, usarão o Fundo Comum do AASR, que representa o grau máximo de concordância com os sistemas e procedimentos nacionais. No fim da Fase I em 2012, espera-se que as actividades de AASR estejam em concordância com os princípios e abordagens do Programa. Este processo será estreitamente monitorado, reportado e analisado durante a Fase I.

A Figura 2-2 abaixo mostra as modalidades que representam vários graus de alinhamento com os sistemas nacionais. Estas modalidades são descritas com maior detalhe no Capítulo 4 e no Manual de Operações do Programa.

Figura 2-2 – Graus de Alinhamento com os Sistemas Nacionais no subsector de ASR

	Grau de Alinhamento	Nível		
		Nacional	Provincial	Distrital
1	Dentro-da-CUT-ME, Dentro-do--e-SISTAFE e Dentro-do-AIP/ PES/CFMP	Apoio Geral ao Orçamento	Alocações anuais do MOPH	Alocações anuais dos fundos do OE e OIIL
2		Apoio ao Orçamento Sectorial	Alocação anual da DNA	Alocação anual da DNA
3	Como acima, com uma conta dedicada ao AASR, documento/ /orçamento do Programa, autorização prévia (no-objection) para o *procurement* com valor acima dos limites acordados, auditoria externa	Fundo Comum do AASR	Apoio externo consignado às actividades do AASR, de acordo com o plano acordado	Apoio externo consignado às actividades do AASR, de acordo com o plano acordado
4	Dentro-do- e-SISTAFE e Dentro--do-AIP/PES/CFMP	Programa/projecto externo, implementado por uma agência nacional	Programa/projecto externo implementado por um departamento provincial	Programa/projecto externo implementado por unidades distritais do governo
5	Dentro-da-CUT-ME/ Dentro-do--AIP/PES/CFMP	Programa externo com certas componentes/actividades implementadas por uma agência nacional	Programa externo com certas componentes/ actividades implementadas por um departamento provincial	Programa externo com certas componentes/ /actividades implementadas por unidades distritais
6	Dentro-do-orçamento (OE)/ /Dentro-do-AIP/PES/CFMP	Programa/projecto/com UGP/ AT (financiamento paralelo)	Projecto/programa com UGP (financiamento paralelo)	Unidades de implementação distrital
7	Dentro-do-AIP/PES/CFMP	Linha de Crédito/UGP/AT	UGP/AT	Actividade única com escritório separado

2.3. Estratégias do Programa

As estratégias do Programa estão estreitamente relacionadas com e apoiam a realização dos objectivos imediatos do Programa. As estratégias são apresentadas na Tabela 2-2 e detalhadas nos Capítulos 5, 6 e 7.

Tabela 2-2 Objectivos e Estratégias do Programa

Objectivo de Desenvolvimento	Objectivo Intermédio	Objectivo Imediato	Estratégias
Contribuir para a satisfação das necessidades humanas básicas, melhorar o bem-estar e lutar contra a pobreza rural, através do aumento do uso e acesso aos serviços de abastecimento de água e saneamento	Aumentar o acesso sustentável ao abastecimento de água e ao saneamento por pelo menos 70% e 50% da população rural em 2015, respecti-vamente.	1. Melhorar a qualidade e aumentar a cobertura e a sustentabilidade dos serviços do AASR.	1. Incentivar pacotes de negócios para o sector privado 2. Marketing social, PEC tradicional, PEC zonal, direccionado à pobreza e equidade de género 3. Reforço da capacidade de supervisão 4. Rectificar os desequilíbrios na cobertura 5. Dar apoio pós-construção
		2. Alargar o leque de opções tecnológicas e de modelos de gestão.	6. Promover a testagem de novas tecnologias, serviços e modelos de gestão 7. Aplicar o PP a nível distrital e local
		3. Descentralizar e fortalecer as instituições e os recursos humanos do subsector.	8. Apoiar um ambiente favorável e o desenvolvimento de capacidades de planificação, gestão e monitoria a todos os níveis 9. Fornecer AT, formação e outro apoio
		4. Fortalecer a relação entre a planificação, o financiamento e a descentralização.	10. Apoiar a planificação, orçamentação e monitoria abrangentes e da base para o topo 11. Aumentar a precisão, a utilidade e o fluxo da informação 12. Promover o uso de um Fundo Comum do AASR e dos sistemas nacionais para a planificação, orçamentação, *procurement* e gestão financeira

Abordagem do Princípio da Procura (PP)

Existem quatro princípios fundamentais:

- a água deve ser gerida como um bem económico, assim como um bem social
- a gestão deve estar focalizada no nível mais baixo apropriado
- deve ser aplicada uma abordagem mais abrangente no uso dos recursos hídricos
- as mulheres devem desempenhar um papel fundamental na gestão da água.

As principais características do Princípio da Procura são:

1. Os membros da comunidade fazem escolhas conscientes sobre:

- Se devem participar no projecto ou não
- Opções sobre o nível de tecnologia e de serviços, baseadas na sua vontade de pagar pelos vários níveis (níveis de serviço mais altos são mais caros)
- Quando e como os seus serviços serão providenciados
- Como são geridos os fundos e a respectiva prestação de contas
- Como é que os seus serviços são geridos e mantidos.

2. O Governo desempenha o papel de facilitador, estabelece políticas e estratégias nacionais claras, encoraja as consultas entre os diversos parceiros e facilita o processo de capacitação e de aprendizagem.

3. É criado um ambiente facilitador da participação de uma vasta gama de provedores de bens, serviços e assistência técnica às comunidades, incluindo o sector privado e ONGs.

4. É garantido à comunidade um adequado fluxo de informação e são adoptados procedimentos para facilitar a tomada de decisões e acções colectivas, dentro da comunidade e entre a comunidade e outros actores.

2.4. Âmbito e Conteúdo do Programa

O Programa será implementado em Províncias, Distritos e comunidades qualificadas[15], inicialmente em duas fases entre 2010 e 2015, da seguinte forma: a Fase I de 2010 a 2012 e a Fase II de 2013 a 2015. A Fase II pode ser estendida ou seguida de fases adicionais, desde que haja suficiente necessidade/demanda e haja interesse e apoio do Governo e dos parceiros de desenvolvimento.

O Programa apoiará os quatro objectivos imediatos através das componentes e das actividades associadas apresentadas na tabela 2-3 abaixo:

Tabela 2-3 – Componentes e Actividades do Programa – Fase I

Componente 1 – Melhorar a qualidade e aumentar a cobertura e a sustentabilidade
1.1 Aumentar a capacidade, a qualidade e o fornecimento atempado de serviços de perfuração e outros serviços relacionados, por intermédio processos públicos e de parcerias do tipo *joint-venture* com fornecedores locais de bens e serviços, para 12.000 fontes de água rurais
1.2 Construir instalações sanitárias nas escolas e centros de saúde
1.3 Reparar/reabilitar instalações de abastecimento de água viáveis a nível distrital
1.4 Promover a construção de até 400.000 latrinas melhoradas, acompanhadas pela promoção da higiene nos agregados familiares e nas escolas
1.5 Aumentar a eficácia e a eficiência do PEC e utilizar o marketing social e a promoção da higiene para aumentar a demanda de serviços, a cobrança de taxas sobre a água e melhorar a O&M
Componente 2 – Alargar a série de opções técnicas e de modelos de gestão
2.1 Testar, promover e adoptar tecnologias alternativas para níveis de água superficial e de profundidade
2.2 Usar serviços eficazes de manutenção e reparação para melhorar a O&M das instalações
2.3 Promover a criação de redes eficazes de fornecimento de bens, peças sobressalentes e serviços de reparação e dar apoio pós construção para as comunidades
2.4 Priorizar, para efeitos de implementação, os distritos e localidades com cobertura mais baixa e níveis de pobreza mais elevados e que satisfaçam os critérios de prontidão
Componente 3 – Descentralizar e fortalecer as instituições e os recursos humanos
3.1 Promover a SWAP do AASR e o Fundo Comum aos níveis nacional, provincial e distrital, com procedimentos alinhados pelas políticas, estratégias, instrumentos e procedimentos do Governo.
3.2 Coordenar, partilhar informação e promover a participação das partes interessadas, incluindo a sociedade civil, nas revisões anuais e semestrais, na planificação e na implementação da SWAP do AASR
3.3 Advogar a mobilização de recursos do GdM, dos parceiros de desenvolvimento e do sector privado
3.4 Capacitar o sector privado local para a construção de instalações de abastecimento de água e saneamento
3.5 Fazer capacitação institucional contínua, particularmente dos governos locais, da sociedade civil e do sector privado a todos os níveis
Componente 4 – Fortalecer a relação entre a planificação, o financiamento e a descentralização
4.1 Implementar os planos do AASR distrital com recursos descentralizados, incluindo o Fundo Comum, PPFD e outros recursos governamentais e não governamentais
4.2 Elaborar/actualizar planos directores de AASR e planos de AASR distritais
4.3 Promover, implementar e monitorar a planificação distrital e local participativa
4.4 Operacionalizar o SINAS e as bases de dados com ele relacionadas aos níveis nacional, provincial e distrital
4.5 Realizar revisões conjuntas sectoriais, avaliações e auditorias, e implementar as recomendações.

[15]O âmbito do Programa inclui todas as áreas rurais, exceptuando-se as 68 vilas e 23 cidades presentemente classificadas como urbanas pelo Ministério da Administração Estatal.

2.5. Acções Preparatórias para o Arranque e Implementação do Programa

Um quadro de incentivos constitui uma parte integrante da concepção do Programa e consiste em objectivos, metas, produtos, financiamento e outros insumos, apoiados por instrumentos formais como acordos de ajuda, CdC e MdEs, e actividades específicas como supervisão, monitoria, análises e auditorias. Incentivos adicionais provêm do uso de contratos baseados no desempenho. Do mesmo modo, serão usados desincentivos para os prestadores de serviços, distritos e comunidades com mau desempenho.

Para o Programa fornecer os benefícios que pretende e servir como um condutor eficaz da reforma do subsector de AASR, os seus gestores e implementadores precisam de ter a capacidade, recursos e instrumentos necessários para apoiar a implementação eficaz do Programa. Para dar incentivos para orientar o Programa e garantir a "qualidade no momento do início", é necessário concluir certas acções prévias antes do arranque do programa. Três conjuntos de acções foram identificadas: 1) Acções prévias para o arranque/eficácia do Programa; 2) Acções prévias para a implementação do Programa; e. 3) Resultados que facilitarão o arranque da Fase II.

Os recursos para implementar actividades, que vão para além do que já se encontra financiado e em andamento na altura da efectividade do Programa e que são necessários para satisfazer os critérios de prontidão para a implementação, podem ser providenciados pelo Fundo Comum do AASR.

Acções Preliminares para o Início e Implementação do Programa

As Acções a serem executadas pela DNA, parceiros de desenvolvimento e DPOPHs para o início do Programa foram identificadas e são apresentadas no Anexo 4. Adicionalmente, foram identificadas as acções necessárias para iniciar a implementação actual a todos os níveis e são apresentadas no Anexo 5.

Acções Intermediárias (durante o Ano 1)

— Na altura da Avaliação Anual do Sector do PES 2010, a despesa do GdM com os sectores prioritários do PARPA deve ser desagregada pelo MdF para mostrar as despesas com o abastecimento de água rural e com o saneamento rural como *itens* separados das despesas.

— No plano e orçamento anuais para 2011, a DNA deve preparar a estratégia, plano e orçamento de Pesquisa e Desenvolvimento para apoiar o desenvolvimento de novas tecnologias, produtos e processos.

Resultados que facilitarão o arranque da Fase II

As realizações da Fase I do PRONASAR apresentadas abaixo facilitarão a transição para a Fase II:

— Metas da Fase I substancialmente realizadas;

— Planos Directores do AASR para todas as províncias concluídos e/ou actualizados, consistentes com os princípios, objectivos, metas e abordagens do Programa, e aceites pela DPOPH, DNA e parceiros do desenvolvimento mais importantes, incluindo ONGs;

— Planos e orçamentos do AASR Distrital preparados nos distritos onde as actividades do AASR estão a ser implementadas;

— A UGEA e o e-SISTAFE funcionam em pleno na DNA;

— O SINAS e as respectivas bases de dados estão operacionais, recebem e fornecem informa-ção de e para todas as províncias e distritos;

— Estudo de verificação e estudo do valor pelo dinheiro, relacionados com a cobertura, utilização e custo das instalações da Fase I, concluídos com resultados satisfatórios;

— Auditoria técnica às infra-estruturas construídas durante a Fase I concluída com sucesso;

— Planos e orçamentos da implementação e do *procurement* preparados para a Fase II;

— Planos e orçamentos provinciais e distritais de implementação para a Fase II aprovados;

— Apreciação(ões) e avaliação(ões) da Fase II concluída(s) com resultados satisfatórios;

— Compromissos financeiros verificados e adequados para satisfazer os custos estimados da Fase II;

— Análise do funcionamento do Fundo Comum do AASR concluída com resultados satisfatórios.

2.6 Pressupostos e Riscos

Os principais Pressupostos subjacentes ao Programa incluem o seguinte:

• O Governo aumentará a prioridade e o apoio ao subsector do AASR, ao mesmo tempo que os parceiros do desenvolvimento mantêm e progressivamente coordenam e harmonizam o seu apoio;

• O Governo continuará a promover e a apoiar a reforma do sector público e a descentralização, incluindo a alocação de orçamento e de recursos humanos adequados ao nível distrital;

• A DNA, o DAS e os governos distritais aumentarão a sua capacidade e recursos, para serem capazes de desempenhar o seu papel no subsector do AASR;

• As novas tecnologias, produtos e serviços continuarão a evoluir para responder às condições físicas e às exigências de melhor qualidade, desempenho e custo-eficácia;

• Os sectores público e privado são capazes de identificar, criar e manter redes eficazes de fornecimento de bens e serviços para manter as instalações de abastecimento de água.

Os riscos incluem o fiduciário, o *procurement*, a sustentabilidade das instalações, a falta de capacidade a todos os níveis, os desastres naturais e os factores ambientais (por exemplo, degradação, mudança climática, seca prolongada, etc.), bem como os riscos de saúde pública resultantes da falta de atenção pelos factores que afectam a qualidade da água.

Os constrangimentos incluem o não-aumento pelo Governo do financiamento e outro apoio ao subsector do AASR, a falta de capacidade para atrair e reter pessoal qualificado e falta de ambiente para aumentar o papel do sector privado no subsector do AASR. Os riscos estão apresentados na tabela abaixo, junto com as medidas que o Programa apoiará para resolver e mitigar os riscos.

Tabela 2.4 – Riscos do Programa e Medidas de Protecção

Risco	Descrição	Medidas de Protecção
Fiduciário e de *Procurement*	Riscos devidos à capacidade e controlos e gestão financeira, ao *procurement*, à gestão do fluxo de dinheiro, à supervisão, monitoria, prestação de contas e ao cumprimento a todos os níveis.	A DNA terá uma UGEA em funcionamento e usará o e-SISTAFE. Serão feitas Avaliações conjuntas do sector, Avaliações da Responsabilidade Financeira da Despesa Pública, auditorias independentes e análises do procurement. O pessoal relevante será formado em gestão do fluxo de dinheiro.
Sustentabilidade técnica, de gestão e financeira das instalações	Riscos associados à adequação da tecnologia, disponibilidade e custos da gestão e manutenção, disponibilidade de serviços de reparação e de peças sobressalentes, etc. Prevê-se que este risco diminua durante a Fase I, como consequência das medidas de protecção e das actividades de capacitação institucional.	Serão contratadas agências de monitoria independentes para assegurar a qualidade da implementação do programa, do equipamento e construção. Será feita gestão pós-construção e será dado apoio técnico aos distritos e às organizações de gestão do abastecimento de água.
Ambiente	Riscos relacionados com o impacto da degradação do ambiente, da variabilidade climática, das secas prolongadas e acontecimentos graves tais como cheias e ciclones, nas fontes de água e instalações de abastecimento de água. Inversamente, prevê-se que o abastecimento de água rural tenha um impacto insignificante sobre o ambiente.	A avaliação do risco ambiental será feita como parte da avaliação dos recursos hídricos e será acompanhado durante a monitoria pós-construção. Nas áreas vulneráveis, podem ser necessárias zonas de protecção à volta das fontes de água e medidas de protecção e reabilitação ambiental, para proteger a qualidade da água e melhorar a sustentabilidade das fontes de água. As instalações de abastecimento de água e de saneamento não serão construídas em zonas propícias a cheias, inundações e/ou intrusão de água salgada.
Saúde pública	A água subterrânea geralmente satisfaz os padrões de água potável segura. Em algumas zonas a água subterrânea pode conter níveis elevados de salinidade, de nitratos, de fluoretos e outros minerais, e pode ocorrer contaminação de fontes durante as cheias ou nos poços pouco profundos devido ao escoamento vindo das latrinas próximas.	Será feita a avaliação e a testagem da qualidade da água, durante os estudos iniciais e pelos perfuradores para os furos. Posteriormente será feita a monitoria da qualidade da água nas zonas de risco elevado ou problemáticas, identificadas durante os estudos iniciais.
Políticos	Riscos associados à mudança na liderança política do governo e às mudanças das políticas, estratégias e prioridades. De importância particular é o seu efeito no ambiente de negócios e no ritmo da descentralização.	O GdM é signatário das Declarações de Paris e de Roma, dos acordos e do processo de revisão do PARPA e do AOE, do Código de Conduta, do Acordo do Fundo Comum, dos MdEs e Compromissos bilaterais estabelecidos para as reformas políticas em curso (por ex., PSI), que serão monitorados e analisados continuamente.

3. Organização do Sector e Gestão do Programa

Embora as infra-estruturas do abastecimento de água e do saneamento e a prossecução em 2015 dos ODMs relevantes sejam uma grande prioridade para o Governo, ao mesmo tempo representam um importante desafio organizacional, de gestão e de financiamento, tanto para o Governo como para as instituições do sector de águas. Isto é particularmente verdade nas áreas de planificação, gestão, *procurement*, capacidade de implementação e gestão da coordenação e informação a todos os níveis, particularmente aos níveis distrital e local. O sucesso do Programa dependerá em grande medida de como as instituições do sector respondem a este desafio.

Este capítulo apresenta e descreve o contexto institucional e estruturas organizacionais do PRONASAR.

3.1. Contexto Institucional – Instituições do Sector Público

3.1.1 A Nível Central

Ministério das Obras Públicas e Habitação

O Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH) é o ministério do governo central responsável pela preparação, aprovação e implementação de políticas, estratégias, planos, programas e projectos ligados ao abastecimento de água e saneamento rural, gestão dos recursos hídricos, construções públicas, estradas, habitação e desenvolvimento urbano. O MOPH é constituído pelas seguintes unidades subordinadas:

— Direcção Nacional de Águas;
— Administração Nacional de Estradas;
— Direcção Nacional de Habitação;
— Direcção Nacional de Urbanização;
— Direcção de Economia;

— Direcção dos Recursos Humanos
— Departamento de Administração e Finanças
— Inspecção das Obras Públicas

Direcção Nacional de Águas

A Direcção Nacional de Águas (DNA) insere-se no Ministério das Obras Públicas e Habitação e é a agência do governo central responsável pelas questões de águas, incluindo o abastecimento de água rural e urbana, a gestão dos recursos hídricos e as questões de águas internacionais.

A DNA tem as seguintes funções principais:

a) Promover e implementar políticas, planos e decisões relativos ao abastecimento de água potável e saneamento e ao desenvolvimento dos recursos hídricos;

b) Fazer avaliações das necessidades de água e recursos hídricos a nível nacional, regional, provincial e de bacia e criar e manter um sistema de informação apropriado;

c) Promover e implementar estudos, pesquisa e actividades piloto para melhorar a planificação, gestão, implementação e desempenho dos programas e actividades das águas;

d) Promover e gerir os investimentos nos programas, projectos, planos e outras actividades relevantes, para melhorar as instalações de água e de saneamento e a infra-estrutura;

e) Promover a formulação e implementação de legislação, regulamentos e outros instrumentos legais relacionados com a gestão, uso, protecção, qualidade e acordos internacionais das águas.

Dentro da DNA, o Departamento de Água Rural (DAR), o Departamento de Saneamento (DES), o Gabinete de Planificação e Controlo (GPC), o Departamento de Recursos Humanos (DRH), o Departamento de Administração e Finanças (DAF) e a Unidade Gestora e Executora das Aquisições (UGEA) têm importância particular para a implementação do PRONASAR.

Para além da DNA, o sector de Águas possui as seguintes instituições autónomas:

- Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG);
- Conselho de Regulação do Abastecimento de Água (CRA);
- Administrações Regionais de Águas (ARAs);
- Centro de Formação Profissional de Água e Saneamento (CFPAS).

3.1.2 A Nível Provincial

A nível provincial, o MOPH opera por intermédio das Direcções Provinciais de Obras Públicas e Habitação (DPOPH), dentro das quais os Departamentos de Água e Saneamento (DAS) são responsáveis pelo abastecimento de água rural e pelas actividades de saneamento.

A DPOPH, por intermédio do DAS, é responsável pela planificação, orçamentação, contratação, construção, supervisão e garantia da qualidade, assim como pela monitoria, recolha de dados e prestação de contas relacionados com o abastecimento de água rural e saneamento.

Além disso, os Estaleiros Provinciais de Água Rural (EPAR), unidades paraestatais, construíam e reabilitavam poços pouco profundos e furos abertos à mão. Na província da Zambézia, o EPAR recebeu da Cooperação Japonesa dois equipamentos de perfuração em 2002 e abre furos para clientes privados e ONGs. Decidiu-se recentemente reestruturar ou encerrar os EPARs, mas os seus bens, que em algumas províncias incluem equipamentos de perfuração mecânicos, terão de ser realocados e/ou vendidos.

3.1.3 A Nível Distrital

O governo distrital actualmente é constituído pela Administração distrital, unidades técnicas (serviços) e Conselhos Consultivos Distritais. Estes conselhos aprovam o Estatuto do Distrito e outros instrumentos legais, e participam na planificação e aprovação das actividades de desenvolvimento.

As Administrações distritais, operando por intermédio dos Serviços Distritais de Planificação e Infra-estruturas (SDPI) e dos Serviços de Acção Social, Saúde e Mulher (SASSM), são responsáveis pelo abastecimento de água rural, saneamento e promoção da saúde e da higiene.

A estratégia de descentralização do Governo identifica o distrito como ponto focal para o desenvolvimento local e atribui fundos de desenvolvimento local descentralizados e apoio técnico para permitir que os Distritos desempenhem um papel maior na planificação, implementação, gestão e monitoria das actividades de desenvolvimento.

As directivas para a elaboração dos Planos Distritais de Desenvolvimento (PDD) reforçam o papel dos Distritos como unidades focais para o desenvolvimento local. As leis actuais permitem a for-mação de conselhos consultivos locais fazendo a ligação entre o público e as autoridades distritais. As leis e regulamentos existentes permitem a formação de fóruns locais, comités comunitários e fundos de desenvolvimento comunitários.

O Administrador Distrital é responsável pela criação de conselhos consultivos a nível do distrito e a níveis mais baixos, incluindo ao nível de aldeia/comunidade. Os novos conselhos incluem os representantes das autoridades comunitárias (chefes tradicionais e/ou secretários) e grupos económicos, sociais e culturais seleccionados pelos conselhos de nível mais baixo e/ou fóruns. Pelo menos 30% dos membros devem ser mulheres. Estes conselhos podem variar entre 30 e 50 membros a nível do distrito e 10 a 20 membros a nível local e espera-se que se ocupem do desenvolvimento local, infra-estrutura, serviços sociais e questões de educação cívica.

Os Distritos também trabalham com pequenos empreiteiros, fornecedores e artesãos. Actualmente os Distritos têm capacidade limitada para planificar, realizar o procurement, supervisar a construção, gerir contratos, inspeccionar e aprovar as obras e monitorar o progresso. O Programa, em estreita coordenação com o Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas (PPFD), apoiará as actividades de capacitação institucional relevantes nestas e noutras áreas relacionadas.

3.2. Planificação, Orçamentação e Gestão Financeira do Sector Público

A planificação, orçamentação e gestão financeira do sector público são implementadas por intermédio do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), criado pela Lei do SISTAFE n.º 9/2002, de 12 de Fevereiro posteriormente desenvolvido na Lei do SISTAFE de Dezembro de 2007. O SISTAFE compõe-se de cinco módulos, que também são elementos principais da Reforma da Gestão das Finanças Públicas (GFP):

– Organização e preparação do orçamento;
– Contabilidade pública;
– Operações de tesouraria;
– Sistemas públicos de *procurement*;
– Controlos internos.

O Governo funciona ao abrigo de um sistema de planificação e orçamentação unificado, descrito no Anexo 1. As actividades do Governo aos níveis central, provincial e distrital estão inseridas no Plano Económico e Social (PES) e no Orçamento de Estado (OE) a ele associado.

O PES consolida os planos sectoriais e provinciais que, cada vez mais, são elaborados com base nos planos distritais. Para melhorar a exactidão e a inclusão da planificação distrital e provincial, as actividades relevantes das ONGs, do sector privado e outros devem ser captadas e incluídas nos planos, orçamentos, monitoria e actividades de prestação de contas. Isto requer procedimentos eficazes de recolha de dados, com base em monitoria regular, fluxos de informação e relatórios entre comunidades, distritos, províncias, DNA, Governo, parceiros de desenvolvimento e outros.

O PES e o OE do Governo reflectem as prioridades tal como definidas no Plano Quinquenal do Governo, que desde 2006 é operacionalizado por intermédio do PARPA II. Além disso, a elaboração tanto do PES como do OE têm em conta as projecções financeiras do Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), que fornece o envelope financeiro a médio prazo para todos os programas do governo e faz a ligação entre os planos e orçamentos anuais e a médio prazo.

A planificação e orçamentação para o sector público são da responsabilidade do Ministério do Plano e Desenvolvimento (MPD) e do Ministério das Finanças (MdF). O MPD é responsável pela supervisão da planificação do sector público em todos os sectores e níveis de governação. O MPD define as directivas de política estratégica nacional, por intermédio do Plano Quinquenal do Governo que se baseia no manifesto político do governo, o PARPA, as políticas e recursos sectoriais e as projecções de crescimento. O MPD também coordena a planificação a médio prazo e os instrumentos de orçamentação, PARPA e CFMP, prepara o PES e os relatórios de desempenho anuais e semestrais.

Em princípio, esses planos baseiam-se nos planos de implementação anuais (PIAs) que contêm todas as actividades de um dado sector ou subsector. Estes planos são então consolidados nos PES distritais, provinciais e por último num PES nacional. Consequentemente, os seus orçamentos e planos anuais devem ser vistos como uma parte integrante do PES e do Orçamento do Estado, de acordo com o princípio da universalidade orçamental, de modo a que todas as intervenções realizadas a esses níveis sejam inseridas no PES e no Orçamento de Estado.

O Ministério das Finanças é responsável pela elaboração do orçamento anual e pela gestão financeira e *procurement* públicos. Desde 2006 que o Orçamento de Estado é elaborado com base no envelope geral de recursos definido pelo CFMP e na informação sobre a disponibilidade de financiamento externo. Usando esta informação, o MdF define os tectos orçamentais para as componentes principais com financiamento interno dos orçamentos de investimento e de funcionamento: salários, bens, serviços etc. Estes tectos são definidos para cada ministério sectorial, governo provincial, administração distrital e município e constituem a base para o exercício de planificação e orçamentação anual a esses níveis.

A tabela abaixo mostra a planificação e orçamentação anual e o calendário de revisão utilizados pelo Governo e parceiros de desenvolvimento que dão apoio ao Orçamento do Estado (OE) ao abrigo do PAP e que apoiam o PARPA, os SWAPs sectoriais, programas sectoriais e/ou territoriais importantes e outras actividades importantes. Sendo um grande programa do Governo, o PRONASAR seguirá o calendário de planificação, orçamentação e revisão mostrado abaixo.

Tabela 3-1 Calendário Anual de Planificação, Orçamentação e Revisão

Mês	Actividades	Responsável
Janeiro	1. Encerrar as contas do ano financeiro anterior. 2. Preparar os relatórios do Plano Económico e Social (PES) e da Execução Orçamental (REO).	Instituições do sector de Águas do GdM MOPH
Fevereiro	3. Realizar a Reunião do Conselho Coordenador do Sector (CCS) 4. Relatório de Execução Orçamental emitido	MOPH e Parceiros Ministério das Finanças
Março	5. Realizar a segunda Reunião do CCS para coincidir com a Revisão Anual Conjunta das actividades do Sector do ano anterior, usando os indicadores do PARPA e a análise dos relatórios do PES e REO e de outros documentos da DNA, MOPH e Ministério das Finanças.	DNA, MOPH. MdF e Parceiros
Abril	6. Iniciar a auditoria externa do Fundo Comum do AASR referente ao ano anterior.	MOPH com auditores externos
Maio	7. Comunicação dos Parceiros ao GdM sobre os seus compromissos anuais e multianuais para com o sector. 8. Preparar estimativas orçamentais a nível distrital.	Parceiros Distritos
Junho	9. Indicar o envelope orçamental do Ministério das Finanças, i.e., o tecto orçamental para o sector de Águas. 10. Realizar a terceira reunião do CCS.	MdF MOPH e Parceiros
Julho	11. Preparar as propostas de Orçamento do Estado para o sector, com alocações nacional, provinciais e distritais. Consolidar o Orçamento a nível central, incluindo o financiamento interno e externo.	MOPH, DPOPHs e Administrações distritais, em consulta com os parceiros
Agosto	12. Preparar os documentos para a revisão semestral, por ex. o PES e o orçamento para o ano seguinte. 13. Reunir o CCS para preparar a revisão semestral. 14. Submeter o Orçamento ao MdF e ao MPD.	DNA/MOPH MOPH, DNA e parceiros MOPH
Setembro	15. Realizar a reunião do CCS e a revisão semestral. 16. Submeter o Orçamento do Estado ao Conselho de Ministros.	MOPH e parceiros MdF
Outubro	17. Preparar o Plano de Implementação Anual.	DNA, em consulta com os parceiros
Novembro	18. Realizar a sexta e última reunião do CCS no ano 19. Eleger a *troika*. 20. Aprovar os relatórios de auditoria referentes ao ano anterior	MOPH, DNA e parceiros MOPH e parceiros CCS
Dezembro	21. Aprovar o Plano Económico e Social (PES) e o Orçamento do Estado para o ano seguinte.	Assembleia da República

3.3. Papéis e responsabilidades

O Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH), operando por intermédio da Direcção Nacional de Águas (DNA), a DPOH operando por intermédio do Departamento de Água e Saneamento (DAS) e as Administrações distritais operando por intermédio dos serviços/unidades relevantes, são responsáveis pela implementação do Programa nos seus níveis respectivos.

3.3.1- Nível Central

A nível central a DNA, por intermédio do Departamento de Água Rural, será responsável pela planificação e implementação da monitoria do Programa. Os principais departamentos da DNA envolvidos na execução do Programa são:

— O Departamento de Água Rural (DAR), responsável pela promoção e apoio ao abastecimento sustentável de água para a população rural e pela definição e implementação de políticas, estratégias, directivas, mobilização de recursos e monitoria no subsector de abastecimento de água rural. O DAR também é responsável pela supervisão da elaboração dos planos directores de AASR e pela coordenação entre as partes interessadas. O DAR é ainda responsável pela criação e gestão do Sistema de Informação Nacional de Água e Saneamento (SINAS);

— O Gabinete de Planificação e Controle (GPC), responsável pela planificação, monitoria e controlo dos programas de desenvolvimento e investimentos sob responsabilidade da DNA. O GPC é responsável pela planificação dos investimentos anuais e a médio prazo e pelas alocações orçamentais para os níveis central, provincial e distrital, tanto do Orçamento de Estado como dos recursos externos;

— O Departamento de Saneamento (DES), responsável pela promoção e monitoria do saneamento nas áreas rurais, urbanas e periurbanas e trabalha em estreita ligação com o DAR na orientação, coordenação e monitoria da implementação das actividades de saneamento e promoção da higiene do Programa;

— O Departamento de Administração e Finanças (DAF), elabora e executa os planos financeiros e orçamentos, recebe, desembolsa e contabiliza os fundos e elabora relatórios financeiros. O DAF assessora e recebe orientação e aprovações do Departamento de Planificação e Investimento do MOPH e da Direcção Nacional de Planificação do MPD. O seu trabalho é estreitamente coordenado com o do DAF do MOPH e com a Direcção Nacional de Contabilidade Pública e a Direcção Nacional do Tesouro do MdF;

— A Direcção de Recursos Humanos (DRH), responsável pelo desenvolvimento institucional e de recursos humanos e pela capacitação institucional, incluindo os níveis provincial e distrital. O Programa assistirá a implementação pela DRH de actividades de capacitação institucional nas províncias e distritos para apoiar a implementação descentralizada (ver o Capítulo 6 para mais detalhes);

— A Unidade Gestora e Executora das Aquisições (UGEA), uma nova unidade em criação na DNA responsável pela planificação e gestão das aquisições (procurement) de bens, obras e serviços, utilizando as directivas para aquisições públicas estabelecidas pelo MdF. A UGEA prestará contas directamente ao Director da DNA.

A implementação do Programa requer um certo número de adaptações organizacionais importantes, mas necessárias, na DNA, tais como delegar responsabilidade da coordenação do Programa para um membro sénior do pessoal da DNA, criar uma unidade de saneamento rural no DES, introduzir o e-SISTAFE, criar uma UGEA, um Comité de Gestão do Programa e uma Equipa de Implementação do Programa e melhorar a recolha e a gestão dos dados. O Programa apoiará a capacitação institucional e dará assistência técnica para apoiar essas actividades.

Outras organizações

Outras organizações que realizam funções e prestam serviços no sector de Águas são:

— O Centro de Formação Profissional de Águas e Saneamento (CFPAS), um centro de formação profissional e vocacional autónomo para a água e o saneamento. A sua missão é prestar serviços educacionais, formação formal e não formal e treino de actualização dos profissionais e técnicos de água e saneamento e sectores relacionados. O CFPAS tem sede em Maputo e delegações na Beira e Nampula;

— O Laboratório Nacional de Higiene da Água e dos Alimentos (LNHAA) do Ministério da Saúde, testam a qualidade da água para proteger e melhorar a saúde pública. Em todas as províncias os Laboratórios Provinciais de Água são os principais responsáveis pela testagem e análise da água potável sendo as amostras recolhidas pelos Inspectores provincias. Aos níveis distrital e local, as amostras são recolhidas pelos Inspectores distritais e analisadas nos *Kits* portáteis, todos os distritos têm Kits Portáteis de Análise de Água.

— A Unidade Funcional de Supervisão de Aquisições (UFSA), uma divisão do Ministério das Finanças, responsável pela supervisão e qualidade das aquisições públicas. A UFSA também planifica e implementa a formação em procedimentos de *procurement* público para o pessoal do sector público. A UFSA supervisiona o funcionamento das unidades de *procurement* (UGEAs) nos ministérios sectoriais e unidades orçamentais. A UFSA publicou documentos padrão para concursos, vinculativos para o *procurement* público[16];

— A Inspecção-Geral das Finanças (IGF), realiza e supervisiona as auditorias internas às contas anuais dos ministérios, departamentos e agências governamentais, incluindo as contas pro-vinciais e distritais e prepara relatórios de auditoria para as unidades e sectores do Governo. A IGF realiza auditorias periódicas do sector de Águas e partilha esses relatórios com os par-ceiros de desenvolvimento relevantes;

— O Tribunal Administrativo (TA), a instância mais alta nas questões de administração pública, planifica, realiza e supervisiona auditorias externas das instituições governamentais, julga as acções contra actos administrativos, órgãos ou agentes da autoridade pública, acções de indivíduos ou concessionários, impostos e taxas aduaneiras e os recursos contra as decisões da IGF e as disputas resultantes do *procurement* público. O TA também revê e dá parecer sobre os documentos de concurso, procedimentos e contratos relacionados com o procurement público.

Conselho Coordenador do Sector de Águas e Secretariado

O Conselho Coordenador do Sector de Águas (CCSA), tal como descrito no Código de Conduta do Sector de Águas[17], será criado na DNA antes do início do Programa e pode facilitar e apoiar o começo e a implementação do programa, tomar decisões e coordenar os insumos das instituições governamentais e parceiros de desenvolvimento para resolver as questões que se levantarem durante a implementação do Programa. Para apoiar o trabalho do CCS, o CdC também recomenda que seja criado um Secretariado na DNA. Espera-se que o Secretariado possa apoiar e facilitar a implementação do Programa. Para mais informações sobre a composição e funções do CCS e do Secretariado consultar o Código de Conduta do Sector de Águas.

Grupo de Trabalho de Água e Saneamento

O Grupo de Trabalho de Água e Saneamento (GAS) é um dos cinco grupos de trabalho[18] do Pilar Capital Humano do PARPA. O GAS é presidido pelo Director da DNA e a participação é aberta, consistindo numa vasta gama de organizações e indivíduos. É um fórum útil para a troca de conhecimento e experiências no sector de Águas e espera-se que jogue um papel importante na troca de conhecimento e experiências de relevância para o PRONASAR.

3.3.2 Papel das organizações provinciais e distritais

De acordo com o princípio da implementação descentralizada, as organizações ao nível provincial e distrital são importantes para a execução com sucesso do Programa e desempenharão as seguintes funções:

— Gerir e justificar os fundos e outros recursos importantes para as actividades do AASR;

[16]Manual de Procedimentos, Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens, Prestação de Serviços ao Estado, Unidade Funcional de Supervisão de Aquisições, Ministério das Finanças, 2007.

[17]Código de Conduta do Sector de Águas.

[18]Os outros grupos de trabalho são: saúde, educação, mulher, protecção social e *habitat*.

— Disseminar e garantir a conformidade com as políticas, estratégias, padrões e procedimentos;

— Preparar planos e orçamentos anuais e a médio prazo que reflictam as necessidades e as prioridades locais;

— Planificar, contratar e gerir contratos usando as directrizes do *procurement* público;

— Planificar e participar em actividades de formação e de capacitação institucional;

— Supervisar a construção e garantir a qualidade dos bens, obras e serviços;

— Promover o fornecimento de bombas manuais, peças sobressalentes e serviços de reparação pelo sector privado;

— Promover e apoiar as ONGs locais, as pequenas empresas e os artesãos, para prestarem serviços de construção, manutenção e reparação;

— Promover a troca de experiências e de boas práticas entre os distritos e comunidades.

Ao nível provincial, o governo provincial por intermédio da DPOPH-DAS será responsável pela implementação do Programa. Ao nível distrital, a administração do distrito será responsável pela implementação, por intermédio dos serviços relevantes responsáveis pelo abastecimento de água, saneamento e saúde. A colaboração com as ARAs pode ser necessária para a avaliação, monitoria e gestão dos recursos hídricos, questões relacionadas com a qualidade da água e poluição, licenças para perfuração e abstracção e assuntos relacionados.

Ao nível distrital as actividades do Programa serão incluídas nos planos estratégicos anuais e a médio prazo. Onde necessário, os Distritos serão apoiados na preparação de planos, orçamentos e actividades de monitoria do AASR, em estreita colaboração com o PPFD, os principais parceiros do desenvolvimento e ONGs.

3.3.3. Papel dos parceiros do desenvolvimento

Para além de mobilizar e providenciar fundos, os parceiros do desenvolvimento (PDs) desempenham um papel importante apoiando na definição de políticas, na planificação nacional e sectorial, na gestão e coordenação, garantindo o compromisso político e os recursos e apoiando na capacitação institucional.

No subsector do AASR os PDs têm demonstrado um compromisso e apoio consistentes, como é evidenciado pelas suas contribuições financeiras e outras, pelo apoio ao Código de Conduta do Sector de Águas e ao Fundo Comum[19] do AASR, análises, apreciações e avaliações e participação no Core Group e no GAS. Os PDs do sector de Águas são representados por uma troika constituída por quatro PDs, um dos quais é presidente e rotativamente substituído anualmente. Uma série de parceiros de desenvolvimento apoiam o website e a base de dados da ODAMOZ *(www.odamoz.org.mz)*, que é um instrumento útil para monitorar os compromissos, fluxos de ajuda e desembolsos por sector, fonte de fundos e localização geográfica das actividades.

3.3.4 Papel do sector privado

A capacidade do sector privado para fornecer produtos e serviços atempadamente e de qualidade é importante para a execução com sucesso das actividades do AASR. O próprio Programa representa um grande mercado que dará ao sector privado novas oportunidades de negócios. O Programa encorajará o sector privado, incluindo as pequenas empresas e os artesãos, para produzirem e comercializarem uma vasta gama de produtos e de serviços. Isto incluirá consultorias, estudos geofísicos, perfuração, construção, fabrico e fornecimento de bombas manuais, peças sobressalentes e outro equipamento, formação incluindo formação em trabalho, auditoria e outros serviços.

O sector privado será utilizado para realizar testes-piloto, produzir e comercializar tecnologias alternativas, tais como a bomba de corda, recolha de água da chuva e bombas de água movidas por energia solar ou eólica, quando estes produtos tenham sido suficientemente testados e aprovados para uso mais amplo.

Os fornecedores de serviços do PEC pertencentes ao sector privado ajudarão as comunidades na formação de comités de água e saneamento, na planificação, escolha de tecnologias e de modelos de gestão, na recolha de fundos, nas acções de O&M e no apoio à gestão e apoio técnico pós-construção às organizações ao nível da comunidade.

Onde a capacidade do sector privado for insuficiente, o Programa apoiará no fornecimento de formação e de capacitação institucional em áreas como concursos, padrões de qualidade, gestão de contratos e comercialização de peças sobressalentes. O Programa apoiará ainda a entrada de novas empresas no subsector do AASR e fará pacotes de contratos para encorajar as parcerias do tipo *joint ventures*, as associações e outras formas de cooperação entre entidades do sector privado.

O Programa também apoiará a formação dos artesãos--locais, que serão encorajados a oferecer serviços para apoiar a construção, funcionamento e manutenção das instalações de abastecimento de água rural e saneamento rural. O Programa dará oportunidades para o sector privado investir, gerir e operar pequenos sistemas de água canalizada.

3.3.5 Função das ONGs

Há vários tipos de ONGs que jogam um papel importante no subsector do AASR: (1) ONGs internacionais com actividades em Moçambique; (2) Parceiros moçambicanos de ONGs internacionais; e (3) ONGs locais aos níveis provincial, distrital ou local. Os dois primeiros grupos podem também dar financiamento e assistência técnica directamente às províncias, aos distritos e às comunidades, e implementam projectos e actividades com os seus próprios recursos ou com recursos externos.

As ONGs podem contribuir para o desenvolvimento do subsector do AASR da seguinte maneira:

- Financiar e fornecer assistência técnica para a capacitação institucional para a descentralização da planificação, orçamentação, gestão, supervisão e monitoria aos níveis provincial, distrital e local, assim como formação e apoio a ONGs locais/OBCs, pequenas empresas e artesãos;
- Supervisar e/ou realizar as actividades do PEC – mobilizando, formando e organizando as comunidades, incluindo apoio aos comités de água e saneamento na mobilização e gestão das contribuições para os custos de capital e de O&M, e na escolha de modelos de gestão e arranjos de comercialização de peças sobressalentes e serviços de reparação;
- Implementar campanhas de *marketing* social e campanhas de consciencialização para a promoção da higiene e saneamento, aconselhar, prestar assistência técnica para a criação de centros de demonstração de saneamento, fóruns distritais de água e saneamento e outras actividades;
- Apoiar testes-piloto e promover tecnologias e modelos de gestão alternativos;
- Documentar e disseminar as melhores práticas, manuais e outros produtos do conhecimento.

[19]Os actuais compromissos financeiros de diversos parceiros do desenvolvimento estão apresentados no Anexo 8.

O Programa apoiará a participação de ONGs no SWAP e nas estruturas do fundo comum ao nível nacional, provincial e distrital. As principais ONGs serão convidadas a participar nos fóruns distritais de água e saneamento e serão encorajadas a tornarem-se signatárias do Código de Conduta do Sector de Águas.

3.3.6 Função das localidades e das comunidades

De acordo com o Princípio da Procura (PP), as comunidades serão encorajadas a expor as suas prioridades e procurar serviços melhorados de AAS, terão um papel central nas actividades de planificação e implementação participativas e escolherão como querem gerir e pagar para pôr todas as instalações a funcionar e de forma a que os mais pobres e as mulheres sejam beneficiados.

Está previsto que as comunidades contribuam para os custos de construção, gestão e manutenção dos melhoramentos do AAS, através de dinheiro, trabalho e/ou outras contribuições em espécie, e assumam a responsabilidade pela posse e/ou gestão e manutenção das suas instalações.

As comunidades conduzirão uma campanha de saneamento total para garantir que os fornecedores de serviços locais promovem tecnologias apropriadas e estruturas financeiras que respondam às realidades culturais e económicas locais, para garantir a conformidade com o processo.

Em resumo, prevê-se que as localidades/comunidades:

— Interajam activamente com o pessoal do distrito e outros para planificar, implementar e monitorar as actividades do AASR;

— Providenciem informação sobre a cobertura do abastecimento de água e saneamento, níveis de pobreza e outros dados;

— Identifiquem as necessidades e as preferências em abastecimento de água e saneamento;

— Formem organizações comunitárias;

— Identifiquem e mobilizem os agregados familiares para melhorarem as suas instalações sanitárias;

— Aceitem e exerçam a responsabilidade pela O&M das instalações melhoradas;

— Contribuam para os custos de capital e contribuam com 100% dos custos de operação e manutenção;

— Participarem na tomada de decisões relativas à selecção dos comités de água e saneamento, localização das instalações, escolha da tecnologia, modelos de gestão, cobrança e uso das taxas de água e assuntos relacionados;

— Participem nas actividades de formação e de capacitação institucional.

3.3.7 Princípios e quadro legal para a posse e uso das instalações de água

São necessários princípios claros para a posse, controlo e uso dos recursos e instalações de água, para o desenvolvimento e gestão eficientes da água e da infra-estrutura com ela relacionada. Os princípios[20] existentes são os seguintes:

1. Os recursos hídricos estão na esfera de acção do Estado e são por ele regulados.

2. O Estado pode conceder licença a indivíduos e empresas para abstrair, usar e descarregar água, em certas condições e sujeita a certos limites estabelecidos na licença e ao pagamento de taxas à autoridade relevante.

3. As instalações, equipamento e estruturas associados a actividades legalmente autorizadas ao abrigo do item (2) acima podem pertencer ao detentor da licença e ser operados por ele ou por um agente devidamente designado. As licenças podem ser emitidas a favor de indivíduos, empresas, instituições públicas ou outras entidades legalmente reconhecidas. Os furos com bomba manual estão isentos dessa autorização e de taxas. Futuramente os furos com bombas submersíveis ou outras bombas eléctricas podem não estar isentos destas licenças e taxas.

4. O mau uso ou o dano propositado feitos a instalações públicas de abastecimento de água ou a recursos hídricos/fontes de água podem estar sujeitos a multas e penalizações.

É necessário um quadro legal para a participação da comunidade, para que as organizações comunitárias representem e ajam em nome dos membros da comunidade em assuntos como compromissos obrigatórios com as autoridades públicas e entidades privadas, cobrança e gestão de fundos, movimentando uma conta bancária, fazendo compras e pagamentos e estabelecendo acordos com os governos locais, negociantes, fornecedores, empreiteiros e outros.

Duas leis, a Lei n.º 15/2000, de 20 de Junho, que define as autoridades comunitárias e as suas relações com as entidades do Estado, e a Lei n.º 8/91, de 18 de Julho, que define as condições para se criarem associações legalmente reconhecidas, formam o quadro legal para o funcionamento das organizações baseadas na comunidade. Estas leis podem ser aplicadas separada ou conjuntamente, para dar uma base legal ao funcionamento dos comités de água e saneamento.

3.3.8 Esquema da Implementação e Coordenação

Implementar um Programa do âmbito e da complexidade do PRONASAR exigirá uma coordenação eficaz dentro e entre as unidades de implementação a todos os níveis. Com este fim serão criados Comités de Gestão do Programa (CGPs) e Equipas de Implementação do Programa (EIP) ao nível central, provincial e distrital. Serão criados Grupos de Água e Saneamento (GASs) ao nível provincial e Fóruns de Água e Saneamento ao nível distrital.

Ao nível central, será criado um Comité de Gestão do Programa na DNA, presidido pelo Coordenador do Programa, com membros da DNA, um representante do MISAU e parceiros de desenvolvimento.

A EIP, ao nível central, será chefiado pelo Coordenador do Programa na DNA e composta por membros do GPC, DAR, DES, DAF, DHR e UGEA. A EIP será apoiado pela AT quando necessário.

Serão criadas EIPs ao nível provincial, presididas pelo Chefe da DPOPH-DAS. Os membros da EIP provincial incluirão um funcionário técnico responsável pelo abastecimento da água rural, uma pessoa da área do saneamento rural e representantes da UGEA, da Direcção do Plano e Finanças e da Direcção Provincial de Saúde.

Serão criados GAS provinciais nas províncias onde ainda não existem. Os GAS provinciais serão semelhantes no objectivo e organização ao GAS actual ao nível nacional, para servirem de fórum de comunicação e troca de informação e de experiências entre as partes interessadas. Os GAS provinciais serão presididos pelo Chefe do DAS e a participação estará aberta a organizações e individuos interessados em melhorar os serviços de abastecimento de água e saneamento.

Serão criadas EIPs ao nível distrital, nos distritos onde as actividades do AASR são planificadas ou implementadas. A EIP será presidida pelo chefe do serviço de infra-estruturas e será composta por membros desse serviço, pelo responsável do serviço de acção social, saúde e mulher e pelo gabinete do secretariado distrital, sendo apoiada por pessoal contratado e

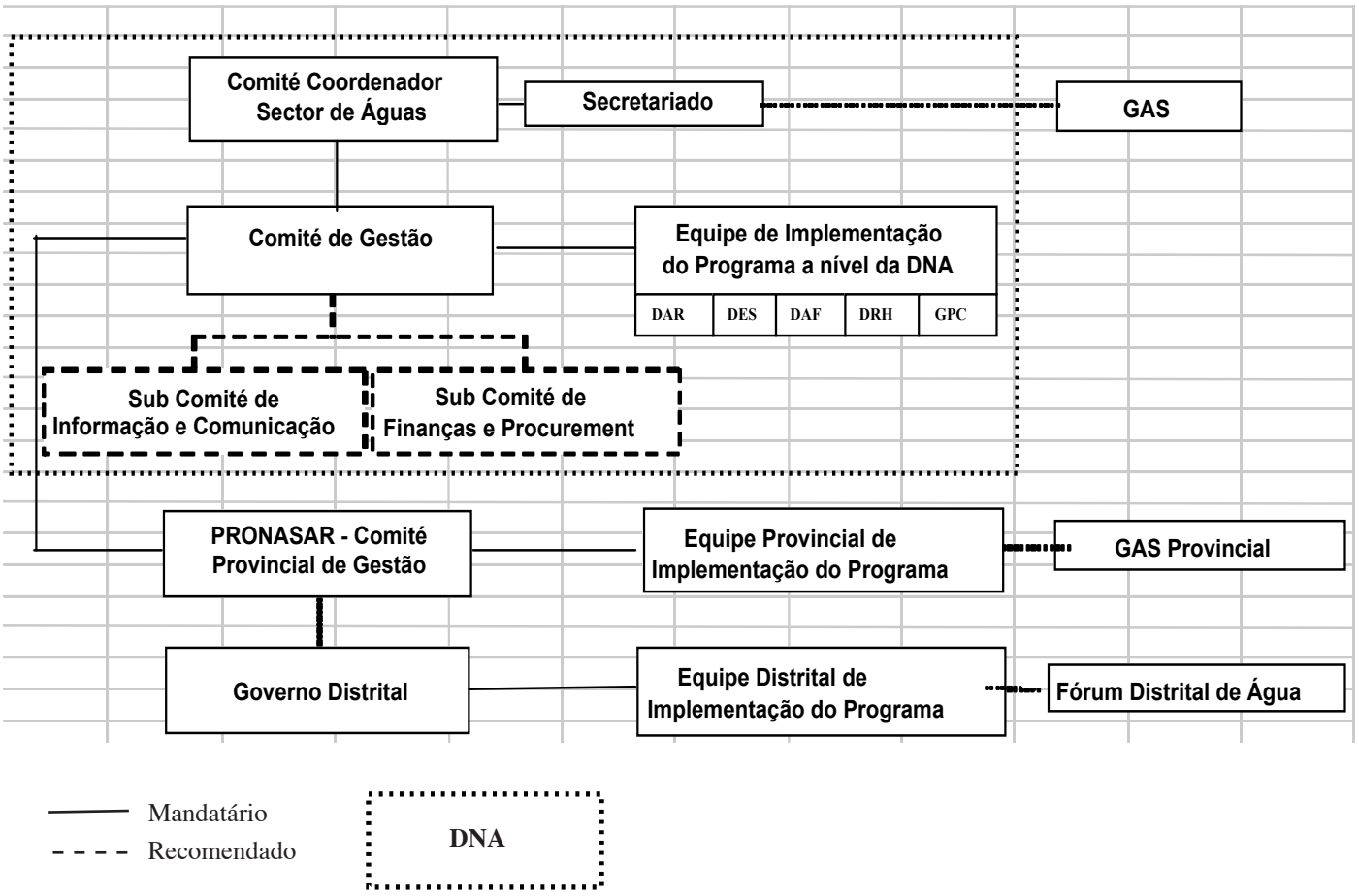
[20]Assistencia Estratégica sobre os Recursos Hídricos em Moçambique, Banco Mundial, 2007

pela AT quando necessário. Pelo menos um membro da EIP distrital será designado como ponto focal para o saneamento. Representantes das princpais ONGs e/ou do sector privado também podem ser convidados a juntarem-se à EIP por períodos mais longos ou mais curtos.

Serão criados Fóruns Distritais de Água e Saneamento, nos Distritos onde as actividades do AASR são planificadas ou implementadas, como plataforma para encorajar a participação das partes interessadas ao nível local e para servirem de ligação entre os governos locais, ONGs, comités de água, consumidores de água e outras partes interessadas, em assuntos relacionados com a planificação, desenvolvimento, implementação, gestão e funcionamento do abastecimento de água e saneamento. A filiação está aberta a organizações e indivíduos que tenham interesse em melhorar os serviços de abastecimento de água e saneamento.

A implementação e as estruturas de coordenação do Programa, as suas ligações com a gestão do sector de Águas e o processo de análise estão apresentados na Figura 3.1 abaixo.

Figura 3-1 – Esquema da Implementação do Programa



3.4 Apoio à implementação

A implementação do PRONASAR vai requerer vários tipos e modalidades de apoio a todos os níveis. Este apoio consistirá de assistência técnica, equipamento, financiamento e outros recursos. O apoio à implementação será gerido pela DNA ao nível central, pela DPOPH-DAS ao nível provincial e pela Administração distrital ao nível distrital.

3.4.1 Assistência Técnica

O Programa prestará assistência técnica para apoiar a planificação, implementação, monitoria e verificação da qualidade das actividades do Programa. O papel da AT será o de aconselhar e apoiar as unidades e responsáveis pela gestão e implementação do Programa, não tendo responsabilidades directas de gestão nem funções executivas. O Comité de Gestão do Programa a nível Central será responsável por planificar e coordenar a AT contratada pela DNA com os recursos do Fundo Comum com a AT oferecida através de financiamento paralelo e outros arranjos aos níveis central, provincial e distrital.

O apoio à implementação do Programa consistirá na seguinte Assistência Técnica:

Assistência Técnica a longo prazo

1. Gestão do Programa;
2. Gestão das Aquisições/Contratos;
3. Gestão Financeira;
4. DRH/Capacitação Institucional.

Assistência Técnica a curto prazo

1. Desenvolvimento de Negócios/Redes de Comercialização
2. Desenvolvimento de Tecnologia;
3. Mobilização da Comunidade e Promoção da Higiene;
4. Monitoria/Criação de Base de Dados/SIG;
5. Hidrogeologia/Mapeamento da água subterrânea;
6. Mapeamento da pobreza/objectivos;
7. Análise e revisão dos manuais de implementação.

Periódica

1. Estudos sobre o valor pelo dinheiro;
2. Auditorias financeiras e técnicas independentes;
3. Avaliações da capacidade em *procurement;*
4. Monitoria externa e verificação da qualidade dos produtos do Programa.

Para além disso do apoio acima mencionado, o Programa fornecerá recursos para um fundo comum de AT a ser especificado, para apoiar a DNA, a DPOPH e as Administrações distritais na implementação do Programa, à medida que as necessidades surgirem e com base em Termos de Referência (TdRs) específicos. O uso da assistência técnica ficará sujeito à aprovação do Comité de Gestão do Programa, sendo contratado e gerido pela DNA.

3.4.2 Pessoal contratado

Também serão disponibilizados recursos para contratar pessoal profissional e técnico, com contratos renováveis com duração de até um ano, ao nível provincial e distrital. A necessidade deste pessoal ao nível distrital será normalmente identificada pela administração distrital, recomendada pela DPOPH e aprovada pelo CGP a nível central. A necessidade deste pessoal ao nível provincial será identificada pelo DAS, recomendada pela DPOPH e aprovada pelo CGP a nível central. Os termos e as condições desses contratos serão equivalentes aos do pessoal do governo com qualificações e experiência semelhantes. O pessoal contraado não será utilizado ao nível central.

3.4.3 Equipamento

Serão fornecidos veículos, computadores e periféricos, equipamento de escritório, GPS e *software* de SIG, onde e quando forem requeridos. Os detalhes estão apresentados no Anexo 7.

4. Gestão Financeira

4.1 Introdução

O Governo e alguns dos Parceiros de Desenvolvimento do sector de Águas acordaram mudar para a Abordagem Sectorial Abrangente (SWAP)[21], para melhorar a coordenação da planificação e gestão, melhorar o domínio do país sobre a implementação e melhorar a transparência e responsabilidade. Para solidificar o SWAP, em 2008 iniciou-se o processo que levou à assinatura de um Código de Conduta (CdC) para o Sector de Águas pelo Governo e por um número crescente de Parceiros de Desenvolvimento. Entre os objectivos estabelecidos pelo CdC está aumentar o alinhamento da ajuda ao sector de Águas, ao mesmo tempo que se fortalece o *procurement* e a gestão das finanças públicas. Isto implica que as modalidades e os mecanismos de financiamento sejam progressivamente harmonizados e alinhados com os instrumentos relevantes do Governo, tais como o Orçamento do Estado, a CUT e o SISTAFE[22].

Presentemente há uma variedade de arranjos de financiamento e gestão financeira no subsector do AASR, que variam desde o ASAS (como apoio ao orçamento do sector e muito alinhado com os sistemas do Governo) até à linha de crédito *offshore* (em que a maior parte das transacções financeiras se realizam fora de Moçambique). Para além disso, algumas agências dão apoio ao orçamento, fundos consignados, AT e outras contribuições directas aos níveis provincial e distrital.

Simultaneamente com o CdC, no subsector do AASR foi preparada uma versão preliminar final do MdE para o Fundo Comum do AASR, esperando-se que seja finalizada em breve. A partir de 2010 o Fundo Comum será um mecanismo de financiamento importante para canalizar a ajuda para o subsector do AASR. O Programa não promoverá o uso de mecanismos de financiamento paralelos, fora do orçamento e do SISTAFE.

Embora promova o aumento do uso do Fundo Comum como uma modalidade de financiamento para o subsector do AASR, o Programa continuará a acomodar os arranjos de ajuda e financiamento existente, incluindo o financiamento paralelo de programas e projectos, empréstimos e créditos, AT individual ou através de um fundo comum para AT, entre outros mecanismos, até estes expirarem. Contudo, as actividades aprovadas depois de começar o PRONASAR serão tanto quanto possível harmonizadas com os princípios e abordagens do Programa, prevendo-se que satisfaçam os princípios e objectivos do CdC do sector de Águas e do PRONASAR. Novos MdEs entre o Governo e os Parceiros serão necessários, para serem consistentes com os princípios e abordagens do Programa, incluindo o aumento do uso dos sistemas nacionais para a orçamentação, gestão financeira e prestação de contas.

4.2. Iniciativas da DNA

Para gerir o PRONASAR ao nível central, a DNA terá de fortalecer a sua capacidade e competências de gestão financeira e de *procurement*. A DNA identificou os seguintes desafios[23] relacionados com as suas funções de gestão financeira e *procurement*:

- Falta de instrumentos e procedimentos adequados de planificação financeira e controlo;
- Limitações para gerir o *procurement*;
- Problemas de liquidez/fluxo de dinheiro, o que afecta a implementação das actividades planificadas.

Para resolver estas questões, a DNA está a introduzir o e-SISTAFE e a criar a Unidade de Gestão do Procurement (UGEA). Embora estas iniciativas sejam úteis para a resolução das questões acima mencionadas, a questão da liquidez e gestão do fluxo de dinheiro continuará provavelmente a ser um problema sério e deve ser tratada com medidas específicas relacionadas com a gestão do contrato e os desembolsos/pagamentos. O Programa apoiará medidas relacionadas com a gestão dos contratos e os desembolsos/pagamentos. O Programa apoiará medidas para melhorar a gestão dos contratos e os pagamentos aos fornecedores de serviços.

4.3 Elementos da Gestão Financeira

Os elementos essenciais de uma gestão financeira sólida incluem:

1. Orçamentação baseada nas políticas, compromissos, padrões e procedimentos do Governo;
2. Validade e credibilidade do orçamento;
3. Universalidade, abrangência e transparência;
4. Contabilidade, registo e prestação de contas exactos e atempados;
5. Auditoria e análise.

Estes elementos são desenvolvidos abaixo.

1. Orçamento baseado nas políticas do governo e em padrões de qualidade – O orçamento é preparado e executado com base nos planos e objectivos do Governo a médio e longo prazos. A preparação do orçamento é guiada por tectos orçamentais, pelo CFMP, pelas metas do Plano Quinquenal, pelos compromissos dos doadores e planos provinciais e distritais. Em Moçambique o processo de elaboração do orçamento segue um calendário anual estabelecido na lei.

[21]Mid-year Report, Water and Sanitation Working Group, 2006.
[22]Sistema de Administração Financeira do Estado.
[23]Relatório Anual de 2007, Departamento de Água Rural, DNA, 2008.

2. Validade e credibilidade do orçamento – O orçamento deve reflectir a realidade e ser executado de uma maneira atempada e transparente. Apesar dos melhoramentos recentes esta é ainda uma área de preocupação, dado que o subsector do AASR tem um fraco desempenho na execução orçamental. Para resolver esta questão é importante que a DNA use o apoio disponibilizado pelos seus parceiros, e que os parceiros e outros actores garantam que os seus planos e recursos são incluídos nos planos e orçamentos anuais aos níveis distrital, provincial e/ou nacional, assim como no CFMP.

3. Universalidade, abrangência e transparência – O Orçamento –Programa articulará a tomada de decisões a curto prazo com a planificação fiscal a médio e longo prazos e apoiará a planificação e a gestão integrada ao fazer a articulação entre os orçamentos aos níveis central, provincial e distrital. O Governo tentou reduzir as actividades fora do orçamento criando a Conta Única do Tesouro (CUT) e promovendo e participando nos SWAPs e fundos comuns em sectores como a saúde, educação e agricultura. A informação sobre as fontes de fundos, orçamentos e execução orçamental deveria ser mais amplamente acessível.

4. Contabilidade, registo e prestação de contas exactos e atempados – A introdução do e-SISTAFE na DNA e num número crescente de Distritos melhorará a exactidão, a abrangência, a oportunidade da informação financeira e dos relatórios. Os outros departamentos da DNA devem ter acesso, como "utilizadores passivos", à informação do e-SISTAFE, para localizarem a disponibilidade orçamental, os compromissos contratuais, as despesas e responsabilidades.

5. Auditoria e análise – Estão estipuladas auditorias regulares internas e externas dos fundos, operações e bens do Programa ao nível central, provincial e distrital, conduzidas ou supervisionadas pela IGF e TA, assim como auditorias externas (conjuntas) independentes do Fundo Comum do AASR e de outros recursos externos. Para além dos relatórios de auditoria, os estudos de valor-pelo-dinheiro, as auditorias técnicas, as análises *in loco*, as Avaliações da Despesa Pública e da Responsabilidade Financeira e actividades relacionadas darão informação e farão a análise dos problemas em apoio a práticas confiáveis de gestão financeira.

4.4 Mecanismos de Financiamento e Fluxo de Fundos

4.4.1 Mecanismos de Financiamento

O Governo tem expressado uma preferência clara por ajuda externa para o subsector do AASR que seja consolidada e gerida através da CUT e contas e linhas orçamentais a ela associadas aos níveis central, provincial e distrital. A passagem da ajuda para dentro-da-CUT pode minimizar a sobrecarga administrativa do Governo e dos Parceiros de Desenvolvimento, que lidam com diversos arranjos de gestão financeira paralelos e algumas vezes duplicados.

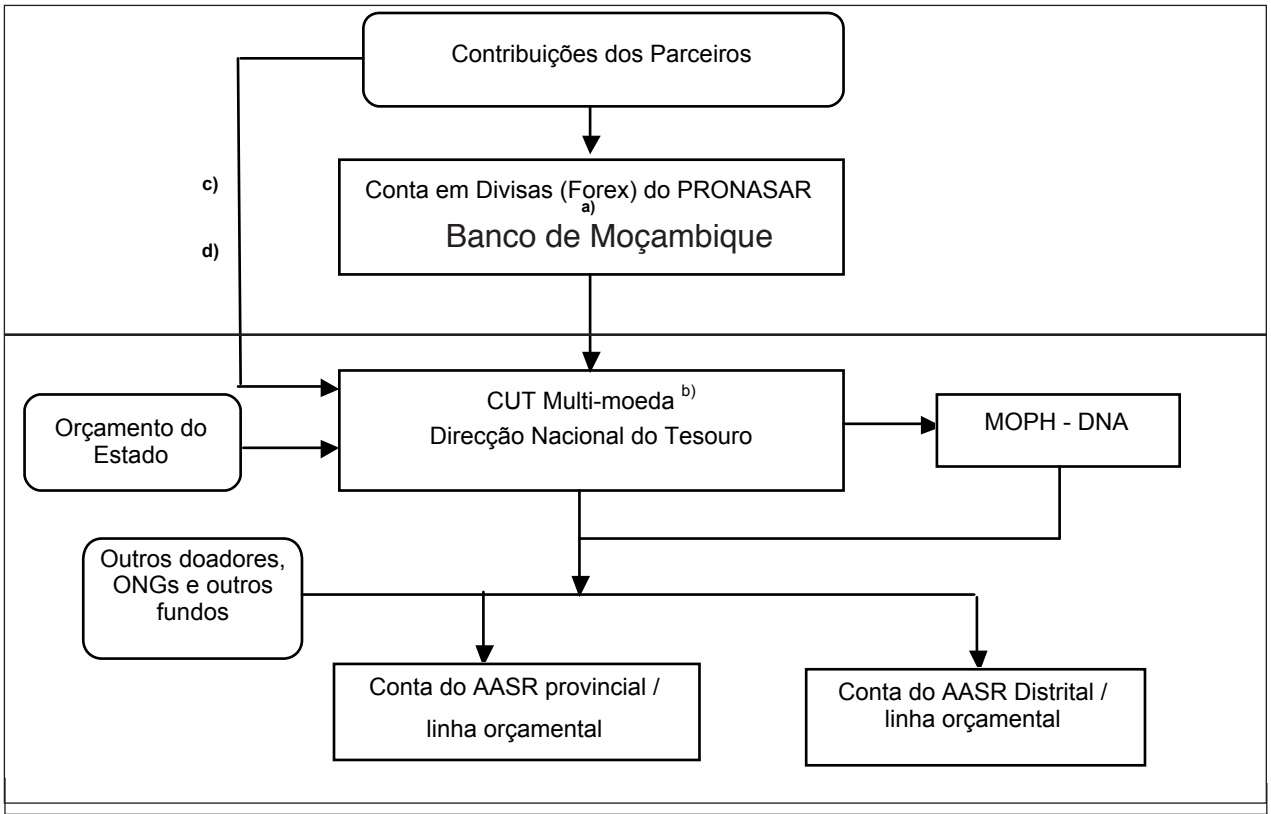
Em segundo lugar, depois dos fundos da CUT estarem "circunscritos", o Governo e os parceiros do desenvolvimento podem localizar as contribuições e a execução orçamental aproximadamente em tempo real, sem terem que esperar até que uma actividade seja concluída ou pelos relatórios da execução orçamental. Isto permitirá às agências de implementação e aos parceiros do desenvolvimento monitorar mais de perto a situação financeira das actividades importantes e garantir que os fundos sejam desembolsados para o fim previsto.

O Governo criou a CUT multi-moeda (CUT-ME), que permite que os pagamentos sejam feitos em moeda estrangeira. A CUT-ME é particularmente importante para o *procurement* internacional e para o pagamento a consultores e empreiteiros estrangeiros e outras actividades onde os pagamentos são feitos em moeda estrangeira. Um diploma ministerial que entrará em vigor em 2010 permitirá pagamentos em moeda estrangeira a consultores, assessores e outro pessoal.

4.4.2 Fluxo de Fundos

Prevê-se que o PRONASAR comece em 2010, o que coincide com o Decreto sobre a CUT multi-moeda. O diagrama abaixo indicado mostra um fluxo dos fundos projectado para o subsector do AASR que não envolve uma conta transitória, a conversão de moeda externa para Meticais ou moeda externa detida pelo MdF. Este arranjo permite fazer pagamentos em moeda externa que cumprem com os regulamentos de controlo da moeda externa.

Figure 4-1 – Fluxo de Fundos num Cenário Alinhado


Contribuições dos Parceiros
c)
d)
Conta em Divisas (Forex) do PRONASAR a)
Banco de Moçambique
Orçamento do Estado
CUT Multi-moeda b)
Direcção Nacional do Tesouro
MOPH - DNA
Outros doadores, ONGs e outros fundos
Conta do AASR provincial / linha orçamental
Conta do AASR Distrital / linha orçamental

Notas Explicativas[24]

a) Dentro de 48 horas (2 dias úteis) após a recepção do SWIFT, o Banco de Moçambique reproduzirá o movimento creditando a mesma quantidade de fundos da conta em divisas (conta *Forex*) para uma conta CUT específica na respectiva moeda, enquadrada na Conta CUT multi-moeda do PRONASAR;

b) Com a CUT multi-moeda não há necessidade de uma conversão imediata dos fundos de contrapartida nem de uma conta de trânsito no Ministério das Finanças;

c) Todos os depósitos serão feitos na Conta Única do Tesouro (CUT) com moedas relevantes incluindo o Metical, de acordo com o plano de tesouraria, e serão usados como receita do orçamento do MOPH e como tal registados na conta do Estado. Todos os juros recebidos serão adicionados ao Orçamento de Estado;

d) Podem também ser feitos depósitos directos em moeda local.

As contribuições podem ser feitas por transferência directa de fundos, em Meticais ou em moeda externa, para a conta em divisas (*Forex*) do PRONASAR em Euros, USD ou outra moeda aprovada e detida pelo Banco de Moçambique.

As auditorias das contas e dos registos financeiros identificarão a contribuição feita por cada Parceiro de Desenvolvimento para a conta em divisas (Forex), a data da transacção e a quantia desembolsada da conta *Forex* do PRONASAR para a CUT Multi-moeda correspondente.

Serão disponibilizadas ao nível provincial e distrital contas e linhas orçamentais dedicadas ao AASR, para receberem fundos de fontes externas para as actividades do AASR em províncias e distritos específicos. Embora estes fundos não passem fisicamente pela CUT ao nível central, serão registados e acompanhados através do e-SISTAFE e sujeitos ao mesmo registo, controlo e procedimentos de prestação de contas que os fundos provenientes do Orçamento do Estado.

4.4.3 Arranjos para financiamento paralelo

Alguns parceiros de desenvolvimento ainda não aceitaram nem usam a CUT para canalizar a ajuda, por várias razões: os requisitos para o empréstimo e o crédito, padrões de gestão financeira diferentes, compromissos actuais para o financiamento de projectos/programas, políticas da agência, entre outras. Por conseguinte, será acomodado o financiamento paralelo por doadores, ONGs e outros actores aos níveis central, provincial e/ou distrital.

Presentemente essas transacções estão fora do controlo directo ou do acompanhamento pelo e-SISTAFE. Contudo, estas contribuições podem ser registadas no nível em que entraram e ser incluídas nos planos e orçamentos anuais e respectivos relatórios. As entidades de implementação ao nível central, provincial ou distrital entregarão o balancete da execução financeira à DNA, DPOPH ou Administração distrital e aos serviço(s) responsáveis pelo abastecimento de água e saneamento rural, para os saldos serem lançados e-SISTAFE e se evitarem lacunas entre os orçamentos e a sua execução. A execução orçamental dos Distritos que não estão dentro do e-SISTAFE será tratada através do sistema de adiantamentos.

A opção de financiamento fora-da-CUT e os mecanismos de financiamento paralelos serão gradualmente abandonados, à medida que o e-SISTAFE avance para todos os níveis administrativos, incluindo nos Distritos, e à medida que aumente a confiança no sistema e instrumentos da gestão financeira pública.

[24]Estas notas e o diagrama anterior foram adaptados dos Documentos Técnicos da Versão Preliminar do MdE para a Criação do Fundo Comum de Apoio ao Abastecimento de Água e Saneamento Rural, de Dezembro de 2008.

4.4.4 Acções Preliminares

A implementação eficaz do Programa exige que a DNA aumente a sua capacidade de gestão financeira e *procurement*, através das seguintes actividades:

1) Criar a Unidade de Gestão do Procurement (UGEA), o que exige que a DNA:

- Adquira computadores e outro equipamento em conformidade com o e-SISTAFE;
- Seleccione o pessoal a formar em e-SISTAFE, para fazer a execução orçamental, a execução financeira, o controlo interno e relatórios financeiros. O SISTAFE exige a segregação das funções financeiras, isto é, execução orçamental, execução financeira e controlo interno, com o respectivo pessoal e descrições do trabalho;
- Crie a UGEA como uma unidade separada da DNA, para separar as funções de *procurement* e de pagamento anteriormente realizadas pela DNA–DAF.

2) Introduzir o e-SISTAFE no DAF e a nova UGEA e pedir que se abra uma janela no e-SISTAFE para que outros departamentos da DNA com responsabilidades de gestão, como o GPC, o DAR, o DES e o DHR, monitorem a disponibilidade orçamental, os compromissos e a execução orçamental. Deve ser dada atenção especial à identificação e inclusão dos fundos de todas as fontes, incluindo ONGs e sector privado.

Ao nível distrital, devido à falta de electricidade e/ou bancos e comunicações em alguns Distritos, a contabilidade usando o e-SISTAFE será feita através da DPOPH. Alternativamente, as transacções com esses Distritos serão feitas pela Direcção Provincial de Finanças usando o sistema dos adiantamentos.

4.4.5 Mecanismos de financiamento

As principais fontes de financiamento do subsector do AASR serão: o Orçamento do Estado, que inclui o apoio geral ou sectorial ao orçamento, os fundos comuns (pooled) e financiamentos paralelos. Os fundos do Orçamento do Estado estão dentro-da-CUT e do SISTAFE e estão circunscritos, isto é, só podem ser usados para o fim para o qual foram originalmente alocados.

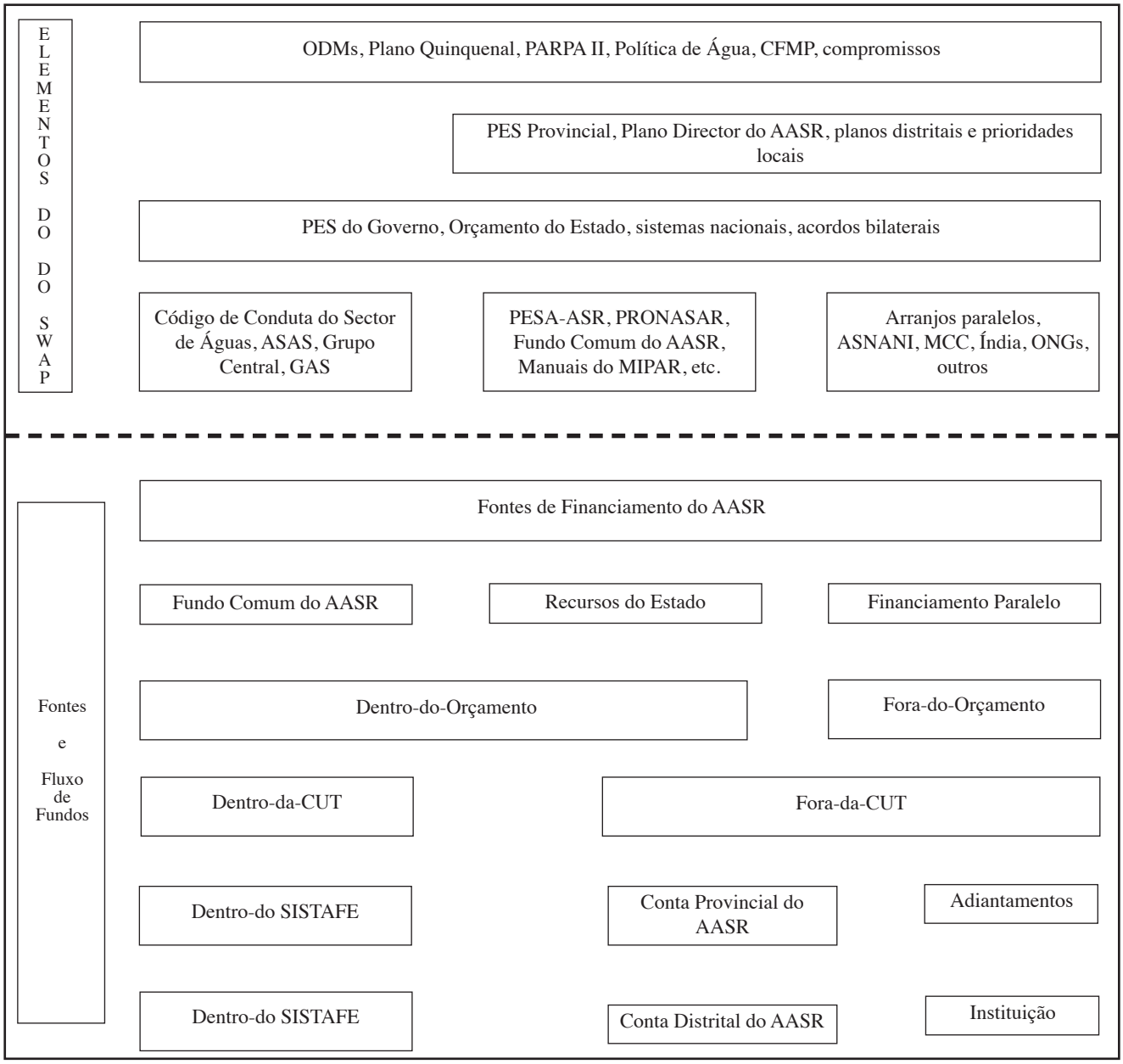
Os fundos para as actividades do AASR podem ser alocados e desembolsados ao nível central, provincial e/ou distrital. Os fundos comuns (pooled) desembolsados ao nível central ficam dentro-da-CUT e do SISTAFE e também gozam da garantia de estarem circunscritos. Ao mesmo tempo, um certo número de organizações doadoras alocam e desembolsam fundos directamente para contas da DPOPH ou das Administrações distritais. Os fundos comuns (pooled) desembolsados ao nível provincial e distrital ficam fora-da-CUT, mas podem estar dentro-do-SISTAFE e também gozam da garantia de estarem circunscritos.

Os fundos desembolsados aos níveis provincial e distrital e que estão dentro-do-SISTAFE também devem ser acompanhados pela DNA e DPOPH. O objectivo é com o tempo ir reduzindo os arranjos fora-do-orçamento e o financiamento paralelo ao longo do tempo, ao mesmo tempo que aumenta o número e o volume de actividades dentro-do-orçamento, da CUT e do SISTAFE.

Os riscos fiduciários relacionados tanto com os arranjos alinhados como com os paralelos serão avaliados pelos Parceiros de Desenvolvimento antes do começo do PRONASAR.

A Figura 4.2 abaixo apresenta os elementos do SWAP e os cenários de financiamento do subsector do AASR.

Figura 4.2 – Elementos do SWAP e Cenários de Financiamento do AASR


ELEMENTOS DO SWAP
ODMs, Plano Quinquenal, PARPA II, Política de Água, CFMP, compromissos
PES Provincial, Plano Director do AASR, planos distritais e prioridades locais
PES do Governo, Orçamento do Estado, sistemas nacionais, acordos bilaterais
Código de Conduta do Sector de Águas, ASAS, Grupo Central, GAS
PESA-ASR, PRONASAR, Fundo Comum do AASR, Manuais do MIPAR, etc.
Arranjos paralelos, ASNANI, MCC, Índia, ONGs, outros
Fontes e Fluxo de Fundos
Fontes de Financiamento do AASR
Fundo Comum do AASR
Recursos do Estado
Financiamento Paralelo
Dentro-do-Orçamento
Fora-do-Orçamento
Dentro-da-CUT
Fora-da-CUT
Dentro-do SISTAFE
Conta Provincial do AASR
Adiantamentos
Dentro-do SISTAFE
Conta Distrital do AASR
Instituição

4. 5. ***Procurement***

O *procurement* público é regulado pelo Decreto n.º 42/89, de 28 Dezembro. A adequação do procurement e gestão de contratos da DNA será avaliada antes do início do PRONASAR. A análise do *procurement* da DNA foi planificada para o fim de 2008. O cumprimento das recomendações desta análise será importante para as decisões sobre a efectividade do Programa e o apoio por parte dos Parceiros do Desenvolvimento.

Para além disso, a aplicação do Decreto n.º 54/2005 de 13 de Dezembro, introduziu maior transparência no procurement público, no que respeita ao anúncio e abertura em público das propostas.

De acordo com a informação de uma missão do CPAR[25], o Tribunal Administrativo (TA) adicionou em média 90 dias aos 65 do processo de *procurement*, conforme reportou uma UGEA em 2007. A DNA deve obter do TA informação sobre os requisitos do processo de procurement, antes do início do Programa, para evitar atrasos durante a implementação do mesmo.

O *procurement* eficiente é um grande desafio, dadas as capacidades limitadas existentes, especialmente ao nível central e distrital. Uma capacitação institucional eficaz em *procurement* e gestão de contratos é crucial para o sucesso do Programa a estes níveis. O Programa promoverá a formação do pessoal do sector público em *procurement* público, usando os procedimentos e as directrizes da UFSA, e em gestão de contratos. Como se prevê oferecer pequenos contratos de até 10.000 USD (Contratos de Pequena Dimensão) aos pequenos contratantes, o Programa apoiará a formação dos pequenos contratantes para melhorarem a sua capacidade de concorrer a estes contratos.

O procurement e contratação de entidades para o PRONASAR será feito pela DNA-UGEA, DPOPH e Administrações distritais, usando as directrizes e procedimentos do *procurement* público

[25]Aide Memoire, Missão de Actualização do CPAR, Março de 2008.

descritos no Manual do Procurement Público editado pelo MdF[26]. O Programa não promoverá a criação de novas unidades de *procurement* que estejam fora da competência destas entidades. Serão usadas as estruturas paralelas existentes até que expirem os acordos estabelecidos que as governam. Depois disso espera-se que o *procurement* obedeça às leis, regulamentos e normas do *procurement* público, embora possam ser aplicados certos princípios de autorização prévia.

4.6 Contabilidade e Auditoria

A informação financeira deve obedecer a padrões de contabilidade aceites para facilitar o acesso, controlo, relatório, tomada de decisões e gestão efectiva. A introdução do e-SISTAFE na DNA deve melhorar a contabilidade, registo e relatórios financeiros, e a criação da UGEA na DNA separará as funções de *procurement*, contratação, pagamento e controlo financeiro.

O e-SISTAFE permite um melhor controlo das despesas face ao cabimento orçamental. O e-SISTAFE contem normas e procedimentos que promovem a boa contabilidade, registo e relatórios (por exemplo, segregação de funções, autoridade e controlo e níveis de intervenção durante a execução orçamental). Todas as contas e registos de transacções financeiras estarão disponíveis e acessíveis para supervisão e auditoria internas e externas. Mais informação sobre os arranjos e procedimentos administrativos e de gestão financeira é apresentada no Manual de Operações do Programa.

As auditorias internas às contas públicas são realizadas pela Inspecção-Geral de Finanças (IGF) para a maior parte dos departamentos do Estado. As auditorias externas aos departamentos do governo a todos os níveis são realizadas periodicamente. Em 2006 a IGF realizou uma auditoria ao desempenho que abrangeu a DNA[27] e o subsector do AASR. O resumo das recomendações relevantes para o subsector do AASR refere:

- A norma de 500 pessoas por fonte de água, usada para calcular a cobertura da água rural, deve ser analisada e revista para reflectir o número real de pessoas servidas;
- Há necessidade de aumentar a capacidade técnica ao nível provincial e distrital para monitorar as actividades de abastecimento de água e saneamento rural;
- A auditoria recomendou que a DNA melhore as suas funções no que respeita a base de dados e prestação de contas;
- A DNA deve incluir todas as fontes de fundos, internas e externas, e os fundos dentro e fora do orçamento, nos seus orçamentos anuais e relatórios sobre o orçamento;
- A auditoria observou que o custo dos pontos de água rural em Moçambique está entre os mais altos da região da África Austral e recomendou que a DNA analise as causas dos elevados custos.

O PRONASAR ajudará a DNA e outros na implementação das recomendações acima mencionadas, assim como das recomendações de futuras auditorias. Contudo, como a IGF tem falta de pessoal e capacidade limitada para realizar auditorias anuais a todos os departamentos do governo, pode ser apoiada para contratar auditores qualificados para fazerem auditorias aos recursos do Programa.

O Tribunal Administrativo (TA) é responsável por garantir que os fundos do governo são utilizados devida e eficazmente e obedecem às normas e aos regulamentos financeiros aplicáveis. O TA funciona como auditor externo e analisa os procedimentos do *procurement*, promove a auditoria e avaliação de riscos na contratação.

A capacidade do TA para realizar auditorias externas tem aumentado significativamente nos últimos anos, mas ainda não é adequada para cumprir com todas as suas obrigações. Para fortalecer a sua capacidade de auditoria, o TA pode ser responsável pela auditoria externa das actividades do Programa realizada por auditores que trabalhem sob a autoridade e supervisão do TA. O TA pode assumir progressivamente mais responsabilidade na condução da auditoria, à medida que as suas capacidades forem aumentando, até que possa assumir toda a responsabilidade pela condução de auditorias regulares. O Programa apoiará este processo.

4.7 Anticorrupção

O Governo e os Parceiros de Desenvolvimento subscrevem a estratégia anticorrupção de tolerância zero. A Assembleia Nacional aprovou a Lei n.º 6/2004 de 17 de Junho de 2004, que introduz mecanismos adicionais para se lutar contra a corrupção. Esta lei estabelece os procedimentos para responsabilização, participação da comunidade e transparência, através da divulgação pública obrigatória a todos os níveis.

Há um quadro institucional no qual os possíveis casos de corrupção são investigados e, se necessário, processados pela Unidade AntiCorrupção, que presta contas directamente ao Procurador Geral da República. A Unidade anticorrupção é mandatada para prevenir e tomar medidas necessárias e eficazes para prevenir a corrupção em ou envolvendo órgãos públicos; receber e investigar queixas de suspeitas ou alegadas práticas de corrupção e investigar a conduta de qualquer funcionário público que possa estar envolvido ou conspirar com outros para se envolverem em práticas de corrupção. Para além disso, a Lei n.º 4/90 de 26 Setembro, estabelece um Código de Conduta, incluindo os direitos e deveres dos funcionários do Estado.

A Associação Comercial e Industrial de Sofala (ACIS), em colaboração com o Center for International Private Enterprise (CIPE), produziu um conjunto de ferramentas para combater a participação dos negócios privados na corrupção[28]. Essas ferramentas incluem Códigos de Ética para trabalhadores e fornecedores, um código de princípios de negócio, uma análise da legislação existente e estudos de caso para treino.

O Programa promoverá e apoiará a implementação e o cumprimento da estratégia e leis anticorrupção relevantes do Governo, assim como as contidas no Código de Conduta do Sector de Águas e nos MdE e acordos bilaterais entre o Governo e os Parceiros de Desenvolvimento. Contratantes, consultores, fornecedores e outros concorrentes para obras ou fornecimento de bens e serviços serão informados sobre as secções relevantes do Código de Conduta, ética no negócio e medidas anticorrupção em todos os documentos de concurso e contratos, e medidas para detectar possíveis práticas de corrupção serão incluídas nos TdR para as auditorias externas aos recursos do Programa.

[26]Manual de Procedimentos, Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens, Prestação de Serviços ao Estado, Unidade Funcional de Supervisão de Aquisições, Ministério das Finanças, 2007.

[27]Auditoria da Inspecção-Geral de Finanças – Plano de Implementação das Recomendações, 2007.

[28]Combating Business Participation in Corruption in Mozambique, A Toolkit, ACIS, 2006.

5. Estratégias de Implementação

5.1 Princípios e Abordagem

A Política Nacional de Águas em 1995, e a Política de Águas em 2007, adoptaram uma série de políticas e princípios directamente relacionados com o abastecimento de água e o saneamento rural[29] que são parte integrante deste Programa, nomeadamente:

Políticas	Princípios
A satisfação das necessidades básicas	Enfoque na mulher como grupo alvo e activo
Os utilizadores são envolvidos no planeamento, gestão e manutenção	O Princípio da Procura que deve ser sujeito à avaliação contínua para garantir a sustentabilidade dos serviços
A água é considerada um bem com valor económico e social	As mensagens de promoção da higiene são comuns ao abastecimento de água e ao saneamento
Os utilizadores contribuem para os custos de construção e cobrem os custos de operação e manutenção	O abastecimento de água é parte integrante do fornecimento de meios de saneamento, da educação sanitária e conservação ambiental
Fortalecimento da desconcentração e descentralização O sector privado é encorajado a prestar serviços relevantes às comunidades	Enfoque nas províncias e distritos com mais baixa cobertura e maior grau de pobreza.

Tipo de serviços	Nível mínimo de serviço
Poços e furos equipados com bomba manual; sistemas de captação de água de chuvas e nascentes protegidas	Uma fonte com bomba manual servindo 500 pessoas com um consumo mínimo de 20 litros/pessoa/dia.
Pequenos (mini) sistemas de abastecimento de água, servindo pequenos aglomerados populacionais	
Latrina tradicional melhorada Latrina melhorada Retrete com autoclismo	Latrina Tradicional Melhorada, sendo consideradas outras opções e tecnologias consoante as condições e capacidade local.

O PRONASAR inclui os seguintes princípios e abordagens:

- Abordagem baseada nos Direitos Humanos: tem como objectivo criar sinergias entre três aspectos principais: *a*) um ambiente favorável em que os provedores de serviços locais dão opções de escolha aos beneficiários; *b*) responsabilidade governamental e processos orientados para a inclusão da população e dos fornecedores de serviços; *c*) as pessoas conhecem os seus direitos e obrigações e como exercê-los;
- Abordagem pró-pobre: visa harmonizar o atendimento dos mais pobres, maioritariamente mulheres chefes de família e grupos vulneráveis, como idosos, pessoas vivendo com HIV/SIDA, deficientes ou pessoas com doenças crónicas, e promove mecanismos participativos que favoreçam tomadas de decisão mais equitativas e sensíveis às necessidades dos grupos mais desfavorecidos;
- Parcerias Público-Privado e com ONGs: visa promover maior coordenação e colaboração entre o sector privado, ONGs e o sector público, para melhorar a capacidade de implementação, gestão e partilha de conhecimentos, assim como o acesso sustentável a produtos e serviços relacionados com a água, higiene e saneamento.

5.2 Módulos de Intervenção

Visto a capacidade e prontidão para implementar actividades de AASR variar entre as províncias e distritos, o Programa terá um enfoque geográfico e estratégico, sendo implementado através de três tipos de intervenções:

1) Módulo Descentralizado: Um pacote completo com um conjunto completo de actividades em áreas prioritárias, focado no nível distrital, incluindo:

- Integradas com descentralização para o governo do distrito
- O Princípio da Procura, em que os comités de água e saneamento são incluídos na planificação distrital e estão ligados às IPCCs (instituições de participação e consulta comunitária);
- Pacotes de negócios para a construção dos furos e PEC Zonal para apoiar a implementação contínua e integrada de água, higiene e saneamento total nas áreas geográficas prioritárias;
- Criação de capacidade no sector privado local para fornecer serviços de água e saneamento, como a comercialização de peças sobressalentes; gestão, manutenção e reparação das fontes de água; fabrico, venda e construção de produtos relacionados com a higiene e o saneamento;
- Promoção da higiene e saneamento em escolas e postos de saúde;
- Intervenções integradas incluindo abastecimento de água, promoção de higiene e saneamento ao nível da comunidade.

2) Módulo de Sustentabilidade: em áreas onde já há uma cobertura razoável de água mas com baixa cobertura de saneamento, ou que beneficiaram de um projecto de emergência de água e saneamento, o Programa promoverá o saneamento e fortalecerá a organização comunitária com modelos de gestão que apoiem a sustentabilidade a longo prazo da cobertura de água e saneamento.

- Criação de capacidade no sector privado local para fornecer serviços de água e saneamento, como a comercialização de peças sobressalentes; gestão, manutenção e reparação das fontes de água; fabrico, venda e construção de produtos e utensílios de higiene e saneamento;
- Abastecimento de água, promoção de higiene e saneamento nas escolas e postos de saúde;
- Promoção da higiene e saneamento nas comunidades.

3) Módulo Básico de Água, Saneamento e Promoção da Higiene: praticamente business as usual, com:

- Abastecimento de água e promoção da higiene e saneamento nas escolas e postos de saúde;
- Intervenções integradas de abastecimento de água, saneamento e promoção da higiene nas comunidades.

[29]Para uma explicação mais detalhada favor ver a Resolução sobre a Política de Águas n.º 46/2007 de 21 de Agosto e o PESA-ASR 2006-2015 de 2007.

Estas intervenções serão acompanhadas pela comercialização de peças sobressalentes, dependendo do número e tipo de fontes existentes no distrito e da capacidade dos fornecedores aos níveis distrital e provincial. Por exemplo: a província de Inhambane tem uma cobertura de água acima da média, baixo saneamento e fraca O&M devido à fraca/deficiente comercialização de peças sobressalentes e resposta a avarias de grande porte. Neste caso, a província beneficiará da segunda intervenção, focalizada em PSAAs, saneamento, fortalecimento dos comerciantes existentes e modelos de gestão mais apropriados, criando mercados de peças sobressalentes e operadores/gestores privados de acordo com a realidade de cada distrito.

5.3 Descrição das Estratégias

Mais de 10 anos de experiência na implementação do PP em Moçambique mostraram que numerosos factores influenciam a sustentabilidade das fontes dispersas.

As estratégias de implementação do Programa descritas no Capitulo 2 são complementares e visam responder aos problemas mais importantes do subsector de água e saneamento rural (ver no Anexo 3 uma discussão detalhada destes assuntos). O seu objectivo é assegurar maior eficiência, reduzir custos e ter um impacto significativo na sustentabilidade a longo prazo dos serviços e instalações de água e saneamento.

5.3.1. Redução dos custos e aumento da qualidade das infra-estruturas

Para reduzir os elevados custos de construção e reabilitação de furos e poços e melhorar a qualidade dos mesmos, propõe-se uma estratégia com quatro abordagens complementares:

1. Negociação eficiente dos contratos e comparação de custos unitários

A DNA-DAR e as DPOPH-DAS, serão apoiadas para produzirem um boletim informativo com os custos unitários, o desempenho e o progresso dos contratos em curso em cada província. Este boletim será partilhado com as outras províncias e agências, para melhorar a tomada de decisões e fortalecer as bases para a negociação dos contratos.

A recolha e partilha de informação também é relevante para o trabalho do PEC. Como parte dos critérios para negociar contratos, os boletins informativos podem apoiar as DPOPH-DAS na: 1) ponderação dos contratos vigentes de diversos empreiteiros e avaliação do desempenho consoante o contrato; 2) avaliação da capacidade técnica, financeira e logística dos empreiteiros para responderem aos seus compromissos contratuais, incluindo contratos vigentes com outros clientes; e 3) avaliação da qualidade das obras executadas em contratos anteriores, usando critérios como o rácio entre furos positivos e negativos, a qualidade das obras e a resposta às reclamações durante o período de garantia.

O custo dos furos em Moçambique está entre os mais elevados na África Austral. O custo médio de um furo, segundo um estudo recente, era de 6,393US$[30] . Custos recentes referidos pelo Asnani mostram um aumento de 23% em 2008[31], enquanto o UNICEF conseguiu negociar custos mais baixos devido a economias de escala entre outros factores.

Isto evidência a importância da DNA como agência responsável por uma boa coordenação e comunicação entre as diferentes agências implementadoras e por uma visão global dos contratos disponíveis, para ser capaz de influenciar os preços dos produtos e serviços. Custos elevados e crescentes irão prejudicar os esforços para alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milénio. Porém, a DNA e os DAS têm um importante papel na monitoria dos preços de cada agência implementadora, para assegurar que o Programa atinge a eficiência de custos.

Os modelos de contratos existentes e as directrizes para avaliação de concursos devem ser revistos para incluir estes procedimentos e aplicar multas mais significativas, por forma a assegurar a entrega atempada das obras.

2. Pacotes de Negócios para promover economias de escala

As DPOPH-DAS e os Distritos adoptarão pacotes de negócios com um número mínimo de furos/fontes de água numa área geográfica, para permitir que os empreiteiros concentrem os seus esforços em uma ou mais localidade(s) ou posto(s) administrativo(s), por forma que a deslocação dentro do(s) distrito(s) e entre comunidades seja economicamente viável para os empreiteiros e fiscais. Contratos multianuais, renovados anualmente de acordo com o desempenho e entrega atempada das fontes, podem vir a dar uma perspectiva de longo prazo ao negócio e contribuir para melhorar ao longo do tempo a qualidade e eficiência do serviço.

Contratos renováveis com empreiteiros e fiscais encorajarão uma melhor logística e lucratividade e aumentarão o conhecimento das condições hidrogeológicas da zona, o que aumentará o rácio de furos positivos.

O Programa deve considerar apoiar a Associação de Perfuradores de Moçambique (APM) para elevar a sua capacidade e a qualidade do trabalho dos seus membros. Será promovida e apoiada a colaboração entre a APM, a DNA, os bancos comerciais e os doadores interessados em promover a capacitação do sector privado, através de assistência técnica, crédito alargado, financiamento de contratos e outros meios que ajudam a melhorar os serviços financeiros às empresas perfuradoras locais.

O Programa deve criar oportunidades para associações entre empresas perfuradoras nacionais e regionais. Os contratos maiores podem ir a concurso internacional, assegurando que as empresas per-furadoras nacionais são fortalecidas através da transferência de "know-how", práticas melhoradas de gestão de contratos e melhor acesso ao financiamento e equipamento.

3. Aumento da qualidade dos empreiteiros e fiscais

Os factores que se seguem podem influenciar a eficiência dos perfuradores e dos estudos geofísicos, reduzindo assim a percentagem de furos negativos[32].

Actualização dos mapas hidrogeológicos. A DNA receberá apoio para contratar, ao longo do primeiro ano de actividades, um consultor para a actualização dos mapas hidrogeológicos, por forma a permitir aos empreiteiros a selecção adequada do equipamento, pessoal e métodos geofísicos. A DNA-DAR e as DPOPHs-DAS, com a colaboração dos parceiros, agências implementadoras, especialistas em água subterrânea e empresas perfuradoras, irão recolher informação sobre os furos existentes e novos. A coordenação entre o DAR e o Departamento de Gestão dos Recursos Hídricos é importante para a actualização da informação. A colaboração com a Direcção Nacional de Geologia, que recentemente elaborou um estudo dos recursos hídricos a nível de todo país[33], é igualmente importante.

As DPOPHs serão responsáveis por assegurar que a informação do Programa na província é sistematizada e canalizada para DNA-DAR, para que possa ser actualizada a informação resultante do estudo. Os mapas hidrogeológicos podem ser vendidos às partes interessadas em formato digital.

[30]Avaliação da Capacidade Nacional do Sector de Perfuração para o Abastecimento de Água Rural em Moçambique, DNA-WSP, 2006.

[31]Informação proveniente do Projecto ASNANI, 2008.

[32]O ASNANI reportou uma taxa de furos negativos de 28%, equivalente a 726 furos negativos até Junho de 2008, de acordo com a informação contida em Resultados e Lições Aprendidas, ASNANI, 2008.

[33]Assistência Estratégica aos Recursos Hídricos em Moçambique, Banco Mundial, 2007.

A DNA analisará e, quando necessário, fará a revisão das especificações técnicas dos furos, de acordo com as diversas condições hidrogeológicas, e a identificação das áreas geográficas para a sua utilização. Isto contribuirá para a redução dos custos de perfuração e a melhor planificação, por forma a satisfazer as necessidades reais de abastecimento de água de cada distrito.

Aumento da disponibilidade de pessoal técnico capacitado para o subsector: O Programa fomentará o aumento dos recursos humanos para estudos geofísicos, fiscalização, garantia de qualidade, perfuração, construção civil, assim como gestão de contratos e PEC. É importante estabelecer ligações entre empresas perfuradoras, a APM e as instituições de ensino a nível básico, médio e superior, assim como criar estágios nas empresas nacionais e internacionais relevantes. (ver também o Capítulo 7)

Melhor garantia de qualidade das obras: O Programa promoverá a contratação de empresas em vez de fiscais independentes para elevar o profissionalismo, independência e eficiência da fiscalização e a qualidade dos furos. As DPOPH-DAS e agências implementadoras devem especificar no contrato o equipamento necessário no local de construção, para não depender do empreiteiro, e garantir que o pessoal de campo do empreiteiro tem capacidade para gerir as operações de perfuração e participar nas decisões sobre aspectos técnicos durante a perfuração.

Recomenda-se que a DNA-DAR estabeleça uma parceria com a Faculdade de Geologia da Universidade Eduardo Mondlane, para assegurar que os estudantes têm aulas práticas e estágios de um mínimo de seis meses em actividades relevantes para o abastecimento de água rural. Do mesmo modo, as DPOPHs deverão disponibilizar ao nível das províncias cursos de orientação para perfuradores, antes do início das obras[34].

A DNA-DAR deve rever os modelos de contratos de fiscalização e incluir cláusulas que garantam a boa qualidade, as quais poderão ser usadas para tratar e corrigir as deficiências identificadas durante a fiscalização. Esta garantia deverá manter-se até à entrega formal da obra no fim do período de garantia.

4. Gestão eficiente de contratos e pagamentos:

Os atrasos nos pagamentos têm um efeito significativo na eficiência e nos custos das infra-estruturas. É importante que os empreiteiros apresentem regularmente facturas para um número determinado de fontes finalizadas, para melhorar o seu fluxo de caixa e para manter o fornecimento atempado de materiais e o pessoal motivado. As facturas devem satisfazer todos os requisitos e ser verificadas pelos fiscais, para que as DPOPHs possam rapidamente autorizar e fazer os pagamentos.

Este melhoramento só é possível se as agências responsáveis pelos pagamentos aos empreiteiros se comprometerem a assegurar pagamentos atempados, adoptarem uma atitude proactiva na revisão dos documentos necessários e fornecerem um *feedback* atempado. O demorado processo de aprovação dos pagamentos contribui para o aumento dos custos unitários nos concursos. Estas demoras e obstáculos tendem a aumentar o custo dos trabalhos realizados para as agências e projectos do governo.

A DNA deverá analisar e, onde necessário, rever o modelo de contrato usado pelo governo, para assegurar a aplicação das normas e regras sobre pagamentos, suspensão ou cancelamento de contratos ou multas quando os empreiteiros e fiscais não satisfizerem as condições contratuais.

5.3.2 Maior impacto das actividades do PEC

No intuito de harmonizar as diferentes estratégias, abordagens e práticas utilizadas em Moçambique, apresenta-se a seguir uma estratégia generalizada para implementação de actividades do PEC, para aumentar o impacto das actividades promoção de água, higiene e saneamento.

A estratégia baseia-se em diferentes abordagens, metodologias e técnicas participativas, algumas das quais são amplamente conhecidas em Moçambique e outras têm sido promovidas por parceiros do subsector do AASR. De importância para a estratégia de PEC é que o Programa aborda de forma integrada o abastecimento de água, a promoção da higiene e o saneamento, e vê as três componentes como necessárias para promover as mudanças de comportamento desejadas. Contudo, a implementação das infra-estruturas pode incluir a água e o saneamento ou só o saneamento – este último caso quando as comunidades já têm fontes de água, mas precisam de melhorar a sua cobertura de saneamento.

A implementação está baseada nas estratégias definidas na Política de Águas, em particular o Princípio da Procura, na abordagem integrada da água, higiene e saneamento, para além da necessidade de favorecer os grupos mais vulneráveis. Contrariamente ao que tem sido prática comum no subsector (promover tipos de latrinas com desenhos técnicos), a estratégia do Programa baseia-se no fortalecimento e melhoramento dos desenhos técnicos, costumes, conhecimentos, materiais e capacidade local, seguindo o conceito da "escada de saneamento", o qual visa melhoramentos graduais de acordo a capacidade de cada agregado familiar, até atingir ou ultrapassar o nível de serviço mínimo estabelecido de uma latrina tradicional melhorada. Fortalecer-se-á a capacidade dos Distritos, comunidades e agregados familiares para analisarem os problemas existentes, procurarem soluções e estabelecerem prioridades em plano a curto e médio prazos.

O processo de análise de problemas e busca de soluções baseia-se nas metodologias PHAST, SARAR, Triple A e outras metodologias participativas que apoiam as soluções baseadas nas comunidades, para assegurar a curto prazo o sentido de posse das soluções implementadas e, a longo prazo, a sua sustentabilidade. Estas metodologias participativas não devem ser um fim em si próprias, mas são um meio para atingir os resultados desejados.

A estratégia do Programa contém três elementos: 1) a criação de um ambiente favorável; 2) o estímulo à procura; e 3) o fortalecimento da capacidade de oferta de serviços de AASR melhorados. Cada um destes elementos será discutido abaixo com mais detalhe.

1. Criação de um ambiente favorável

No contexto da descentralização e dos esforços para definir o papel do Governo Distrital no subsector[35], o Programa irá apoiar, em colaboração com o Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas, a elaboração de planos distritais de água e saneamento rural com definição clara de metas e mecanismos para promover novas fontes de água, manutenção melhorada das fontes existentes e a realização da cobertura por saneamento total.

Os planos distritais serão preparados de forma participativa, com metas distritais, indicadores para avaliação dos resultados, recursos, as medidas para pôr em andamento o plano e prémios que incentivem as comunidades para atingirem o saneamento total e a manutenção sustentável das fontes. Os Distritos contratarão actividades do PEC para ajudar a criar um ambiente favorável através do fortalecimento do sector privado local e da criação de procura.

[34]Os cursos serão discutidos no capítulo sobre capacitação do sector privado.

[35]Estratégia Institucional do Saneamento Rural, DNA 2007.

O PEC pode ser o PEC Zonal ou o PEC tradicional, dependendo do modelo de intervenção, isto é, do pacote descentralizado, pacote de sustentabilidade e pacote básico acima citados.

Nos Distritos onde o enfoque seja na sustentabilidade das infra-estruturas existentes de água e incremento da cobertura de saneamento, recomenda-se o PEC Zonal, que visa:

a) Promover a mudança de práticas de água, higiene e saneamento, através da participação da comunidade e nas escolas e centros/postos de saúde;

b) Procurar soluções alternativas para o sector privado local gerir, operar e manter as fontes de água;

c) Capacitar o sector privado local para fornecer serviços relacionados com água e saneamento, como a construção de latrinas, dispositivos para lavagem de mãos, contentores para armazenamento de água, peças sobressalentes, etc., numa perspectiva comercial

d) Implementar uma estratégia de *marketing* social que promova novos comportamentos motivados por benefícios como prestígio, segurança, conforto e conveniência, para além dos benefícios para a saúde

e) Replicar os casos de sucesso de sistemas de comercialização de peças sobressalentes, centros de demonstração de saneamento e modelos alternativos de gestão das fontes de água.

No pacote descentralizado a implementar em distritos onde as infra-estruturas de água e saneamento sejam abordadas ao mesmo tempo, as DPOPH-DAS, juntamente com os distritos, criarão pacotes de negócios para o PEC Zonal em um ou mais Distritos simultaneamente. Embora o PEC Zonal aparente ter custos contratuais anuais elevados para trabalhar num determinado distrito, o custo unitário por fonte de água e por latrinas mostra-se mais eficiente que o PEC tradicional contratado por fonte, quando o número de comunidades abrangidas por distrito ultrapassa as 30[36]. Trabalhando por um período de um a dois anos na mesma área, espera-se do PEC Zonal um maior impacto na mudança das práticas de higiene e na promoção do saneamento total.

A contratação ao nível distrital envolve concursos que podem fortalecer as ONGs locais através de parcerias com ONGs internacionais, permitindo a transferência do *know-how*, técnicas de gestão de contratos e tecnologia. Neste cenário o enforque das ONGs internacionais será mais no fortalecimento da capacidade dos parceiros locais do que na implementação directa.

No contexto do pacote básico, a DPOPHs-DAS e os Distritos contratarão o PEC tradicional para a mobilização e organização comunitária, apoiar a gestão, operação e manutenção das fontes e promover a higiene e saneamento. Formadores relevantes, como o CFPAS, a ADDP[37] e outros, podem apoiar o distrito capacitando os artesãos locais para a construção de latrinas e manutenção das fontes.

2. <u>Fortalecimento da capacidade do sector privado</u>

Através das actividades do PEC, os Distritos fortalecerão os artesãos locais apoiarão a formação em desenvolvimento de negócios e construção de tanques de água, latrinas, lavatórios para as mãos, lavadouros, bebedouros, tratamento da água, fossas sépticas e tecnologias de baixo custo para melhoramento de recolha, transporte e conservação da água. Os artesãos serão igualmente formados em reparação de bombas manuais.

Os governos distritais são responsáveis por apoiar a formação dos artesãos locais, através das ONGs envolvidas nas actividades de PEC ou por outros meios. Por exemplo, o Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas (PPFD) criou capacidade em Nampula onde, em parceria com a DPOPH, artesãos locais foram treinados e formaram associações que podiam concorrer a contratos dos governos distritais.

Para apoiar os artesãos locais, os governos distritais promoverão a formação de associações de artesãos locais ou micro-empresas rurais, para facilitar a sua participação em actividades de construção financiadas pelos governos distritais nos termos do Decreto n.º 54/2005[38].

A criação destas micro-empresas rurais promoverá a água e o saneamento como um negócio. Uma das opções de reestruturação dos Estaleiros Provinciais de Água Rural (EPARs)[39] e dos Estaleiros Provinciais de Latrinas Melhoradas (EPLMs) inclui apoiar a criação de Pequenas e Médias Empresas (PMEs). O Programa representa um potencial mercado para estas micro-empresas e PMEs fornecerem serviços de construção, venderem -produtos relevantes e manutenção das infra-estruturas.

Estas empresas podem construir latrinas em escolas e centros de saúde, reparação poços, proteger nascentes e construir instalações para na recolha da água das chuvas. O Programa encorajará os governos distritais a apoiarem a formação de associações de artesãos e fornecerem ferramentas e equipamento para o seu arranque.

De acordo com a estratégia nacional de saneamento[40], as autoridades locais apoiarão o estabelecimento de centros de demonstração perto dos beneficiários, promovendo tecnologias de saneamento apropriadas. Estas actividades serão complementadas pela disseminação de opções técnicas melhoradas para o saneamento doméstico. Nos termos do Manual Técnico de Saneamento da DNA[41], serão promovidas diferentes opções de latrinas. Estas opções técnicas tomam em consideração factores como as condições ambientais, os materiais e valores culturais.

Os centros de demonstração promoverão outras facilidades domésticas para além de promoverem opções de latrinas e peças sobressalentes para bombas manuais. Encorajarão feiras locais onde as tecnologias serão demonstradas pelos seus fabricantes e onde serão claramente descritas as oportunidades para a participação local no melhoramento do abastecimento de água.

3. <u>Estímulo à procura</u>

As actividades do PEC vão estimular a procura de serviços e produtos relacionados com a água, higiene e saneamento, através da sua promoção nas comunidades e escolas.

1) <u>Promoção nas Comunidades</u>: Para estimular a procura de produtos e serviços relacionados com a água, higiene e saneamento, o Programa recomenda a utilização da abordagem de Saneamento Total, preparando planos de acção ao nível de comunidade usando metodologias participativas como o PHAST, Triple A e SARAR. A DNA reproduziu o manual do PHAST[42], um recurso útil para os implementadores do PEC. Este manual pode ser complementado com o Kit do PHAST adaptado e reproduzido pelar Cruz Vermelha[43]. A DNA-DES está actualmente a traduzir um manual sobre Saneamento Total[44] que pode também ser uma ferramenta de grande utilidade para o pessoal de campo.

---

[36]O custo do PEC Zonal é aproximadamente USD 110,000 (informação da Iniciativa Um Milhão e do HAUPA, comunidades abrangidas pelo PEC tradicional a USD 2,200 por fonte).

[37]ADPP, Associação de Desenvolvimento de Povo para Povo.

[38]Decreto n.º 54/2005, Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviço ao Estado, Governo de Moçambique, 2005.

[39]Reforma dos Estaleiros Provinciais de Água Rural (EPAR), DNA, 2005.

[40]Estratégia Institucional de Saneamento Rural, DNA, 2007.

[41]Technical Guidelines on Rural Sanitation, DNA, 2006.

[42]Guia PHAST "Passo-a-passo": Uma abordagem participativa para o controlo das doenças diarréicas. OMS e outros 1998.

[43]Kit PHAST, Red Cross Mozambique 2006, unpublished eddition.

[44]Handbook on Community-Led Total Sanitation. Kamal Kar and Robert Chambers Plan International 2008.

As actividades do PEC criarão capacidade para implementar um plano de acção acordado com a comunidade, através da formação de promotores locais, membros influentes da comunidade como líderes e igrejas, associações de jovens e de mulheres, para desenvolverem actividades de promoção.

Para assegurar participação sem depender exclusivamente do esforço de voluntariado dos promotores locais, que pode afectar a economia familiar, os governos distritais fomentarão parcerias público-privadas e com ONGs para criar elos de ligação com empresas de produtos higiénicos ou lojistas locais, para que os promotores comunitários vendam produtos relevantes ao mesmo tempo que transmitem as mensagens sobre água, higiene e saneamento. Estas parcerias têm demonstrado ser eficazes na criação de quiosques de água e na promoção do saneamento em áreas periurbanas e é de interesse para certas empresas. Estas empresas podem dar capacitação em gestão de negócios, liderança na comunidade e *marketing*.

2) Promoção da Água, Higiene e Saneamento nas Escolas: A promoção da água, higiene e de saneamento nas escolas contém três componentes: 1) sensibilidade às questões de género nas instalações de abastecimento de água e na construção de latrinas; 2) formação de associações de professores e encarregados de educação (APEEs); 3) promoção do saneamento visando as escolas e a comunidade. Estes componentes complementam-se entre si, de modo a encorajar as crianças, professores e pais a adoptarem práticas de higiene melhoradas.

A criação e/ou fortalecimento de clubes de higiene para crianças, professores e pais promoverá comportamentos de higiene melhorados na comunidade e nas escolas. Serão desenvolvidos por intermédio de uma metodologia participativa (PHAST)[45], de teatro, dança, música e acompanhamento porta-a-porta, para promover a mudança dos comportamentos relacionados com a água, higiene e saneamento.

Saneamento Total Liderado pela Comunidade

Os elementos básicos do Saneamento Total são resumidos a seguir. O processo a nível da comunidade deve ser prático, dinâmico e atractivo, respondendo a três aspectos principais: 1) definição de prioridades, soluções e plano de promoção; 2) definição das metas esperadas e de indicadores; e 3) sistema de monitoria.

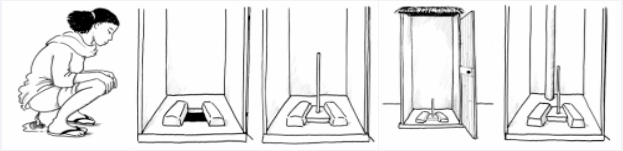
Para implementar o plano de acção a nível comunitário podem ser utilizadas quaisquer das metodologias participativas, iniciando por uma caminhada que permita identificar os maiores problemas com a água, higiene e saneamento a nível das famílias e da comunidade. A busca de soluções deve basear-se no uso de materiais locais e ser adaptada à cultura local. O plano de acção deve definir mecanismos dinâmicos para a promoção daemensagens para atingir 100% de cobertura de saneamento.

A promoção no seio das comunidades e agregados familiares deve ser realizada de formas diversas, para fazer chegar as mensagens e captar a atenção da maioria dos membros da comunidades, tais como:

- Actividades para promover a higiene comunitária, em pequenos grupos de 10-20 agregados familiares
- Actividades que promovem a higiene em igrejas, grupos de jovens, associações agrícolas, etc.
- Aconselhamento para pais, professores e alunos, promovendo actividades nos clubes das escolas
- Envolvimento dos líderes comunitários na monitoria e fortalecimento das mensagens
- Os membros dos governos local e provincial, ONGs e doadores disseminam as mesmas mensagens nos seus discursos e visitas.

É importante a criatividade na comunicação da mensagem e a sua diversidade, para manter a atenção da audiência e o seu interesse na adopção das práticas desejadas. Há uma grande diversidade de discursos, cartazes, técnicas participativas, teatro, música, dança, demonstrações práticas, que podem ajudar não só a chegar a todos, mas também a ilustrar que existem soluções que estão ao alcance de cada um e que há diferentes tipos de benefícios ligados ao status, conveniência e segurança. Estas diferentes maneiras de dar a conhecer os benefícios associados às novas práticas e comportamentos podem ajudar a captar a atenção das pessoas e a obter o seu compromisso para adoptar as mudanças.

No processo de planificação é importante definir os níveis desejados e como medir o alcance das metas: os elementos de uma latrina aceite por todos, e como identificar os diferentes graus de alcance das metas, tais como defecação a céu aberto, latrina com laje, latrina com laje e tampa, casota, casota com cobertura, latrina com ventilação.



A monitoria pública é um elemento básico para alcançar a cobertura por saneamento total.

O sistema de premiar a informação sobre o desempenho dos agregados familiares cria pressão entre vizinhos, o que faz com que muitos adoptem as práticas preconizadas para serem reconhecidos ou evitarem passar vergonha na comunidade. O sistema de visitas periódicas e premiar os melhores vizinhos também incentiva as pessoas a manterem as práticas adoptadas.

Fonte: *Taking the long view: Towards sustainability in rural water and sanitation work. WaterAid, Etiópia, 2007.*

[45]Participatory Hygiene and Sanitation Transformation.

Construção de Infraestruturas: As autoridades distritais, em coordenação com a DPOPH-DAS e a DPEC, seleccionarão as escolas prioritárias para iniciar um programa de disponibilização de fontes de água melhoradas, variando desde furos e reabilitados a cisternas para água da chuva. Serão providenciadas latrinas separadas para os rapazes e raparigas em conformidade com o Guião Técnico da DNA sobre Saneamento Rural[46]. Espera-se que com estas latrinas o número de raparigas nas escolas venha a crescer. Serão construídos lavatórios para as mãos próximo das latrinas. Serão criados mecanismos que assegurem o fornecimento periódico de sabão ou cinza nos lavatórios.

Para além disso, as escolas podem ser também utilizadas como centros de demonstrações da construção de latrinas domésticas com lavatórios, de modo a que os alunos e pais possam ver e aprender e perceber como podem replicá-las nos seus lares.

Formação de Professores e APEEs: Com vista a apoiar a criação de facilidades e promover o seu uso, as associações de professores e encarregados de educação participarão na planificação e construção e na orientação e formação para uma manutenção melhor das instalações.

A formação deve centrar-se nos benefícios e impacto de uma escola com saneamento melhorado, princípios relevantes e acções necessárias para o melhoramento do saneamento escolar, papel e responsabilidades dos principais intervenientes; gestão e uso das infra-estruturas e mobilização comunitária. Para além disso, da formação devem resultar planos de promoção da água, higiene e saneamento em escolas e comunidades, tendo como alvo a escola e a comunidade.

Saneamento Total Liderado pela Comunidade: A partir das experiências de promoção da higiene nas escolas, tornou-se evidente que a construção de latrinas e a formação na promoção de higiene não bastam para alcançar as mudanças comportamentais desejadas e respectiva sustentabilidade das instalações. Por isso o Programa, por intermédio dos governos distritais, promoverá advocacia contínua, monitoria e acompanhamento da utilização, operação, manutenção e sustentabilidade das instalações, por um período de até 2 anos em cada escola; focará também comportamentos-chave de higiene e a promoção do plano de acção ao nível comunitário, de modo a alcançar as metas desejadas.

As autoridades distritais deverão geralmente contratar artesãos locais para a construção das latrinas, com envolvimento das APEEs e de membros da comunidade para assegurar a manutenção das instalações pela escola.

Os alunos serão encorajados a monitorar as boas práticas de higiene nas suas famílias. Os Clubes de Escola agirão como monitores e são responsáveis por promover boas práticas de higiene entre os colegas da escola e os membros da comunidade. Os clubes serão responsável pela recolha do lixo, limpeza das latrinas e das áreas em redor dos fontanários, e assegurarão que essas áreas são mantidas limpas. Este processo incluirá mecanismos de monitoria para a melhoria das práticas de higiene e encorajará discussões sobre as razões pelas quais certos comportamentos tendem a não ser adoptados pelos alunos e membros da comunidade.

5.3.3 Melhoria dos benefícios para os mais Pobres com a aplicação do Princípio da Procura

Existe um receio generalizado de que a implementação do Princípio da Procura signifique que os grupos mais vulneráveis das áreas rurais terão acesso limitado aos benefícios do abastecimento de água e saneamento, devido às limitações da sua capacidade de comparticipar nos custos de capital e de manutenção. Para assegurar que o Programa apoia a estratégia de redução da pobreza do governo, promover-se-ão três abordagens complementares: 1) Enfoque na pobreza e equilíbrio do género; 2) Fomento da geração de receitas; e 3) Alternativas de produtos e serviços para os grupos vulneráveis.

1. Enfoque na pobreza e género:

Usando o quadro legal para a participação da comunidade contido no MIPAR e na LOLE e seus regulamentos, três factores contribuirão para que o Programa integre o enfoque na equidade e género: a priorização pelo distrito das áreas de acção do Programa, usando indicadores de pobreza e equidade; a priorização de áreas com baixa cobertura e elevada pobreza; e o fomento da participação activa das mulheres e grupos vulneráveis. O Programa levará a cabo esforços concertados para alcançar os grupos vulneráveis e aliviar a pobreza (como mulheres chefes de família, idosos, doentes crónicos e outros), usando métodos de planificação participativa distrital e promovendo os sistemas tradicionais de apoio social.

O Programa promoverá e apoiará o uso dos mapas da pobreza existentes, juntamente com métodos qualitativos a utilizar nos estudos de base, para identificar as áreas e agregados familiares mais pobres ao nível da comunidade/localidade, para monitorar, identificar e atender os grupos mais vulneráveis. Ao longo da Fase I do Programa, as DPOPHs e governos distritais identificarão e analisarão os indicadores de pobreza, mapearão a pobreza e as áreas com a menor cobertura por água e saneamento ao nível de posto administrativo e localidade, através da elaboração/revisão de planos de abastecimento de água e saneamento rural a nível provincial e distrital, i.e. Planos Directores Provinciais e planos estratégicos de AASR do distrito.

Os Distritos serão também responsáveis por assegurar transparência na priorização participativa nos planos de acção distritais, fortalecendo os processos de consulta às comunidades – desde os Conselhos Consultivos Distritais (CCD) até aos Comités de Desenvolvimento Local (CDLs), aos Comités de Desenvolvimento Comunitário (CDCs) onde os Comités de Água e Saneamento (CAS) são um importante grupo de interesses, e aos Conselhos Consultivos de Posto Administrativo (CCPAs) – para assegurar a identificação das áreas com mais baixa cobertura e maior pobreza.

As ONGs e outras organizações locais são responsáveis pelo uso de metodologias participativas, a nível comunitário, para identificar os factores que motivam ou limitam a participação da mulher e dos grupos mais vulneráveis na tomada de decisões. Encorajar-se-á a participação equitativa de mulheres nos Comités de Água e Saneamento (CAS). Contudo, mais importante do que o alcance de quotas numéricas é a necessidade de facilitar a participação activa das mulheres nas tomadas de decisões, por intermédio de capacitação.

A capacitação focará a criação de auto-estima, o fortalecimento da capacidade de analisar problemas e tomar decisões sensíveis ao género e equitativas, e a capacidade de negociação, argumentação e persuasão orientada para as mulheres e grupos vulneráveis. Os cursos podem ter mais impacto quando juntam a participação de mulheres e representantes de grupos vulneráveis. Recomenda-se que a capacitação se inicie com grupos de mulheres e grupos vulneráveis e gradualmente se alargue para incluir líderes com atitudes favoráveis à equidade de género e, por último, a grupos mistos. Este processo gradual permite que os grupos ganhem confiança e uma dinâmica mais equitativa nas reuniões dos CAS e na participação nos Conselhos Consultivos Distritais (CCDs).

[46]Guião Técnico do Saneamento Rural, DNA, 2006.

Os Governos Distritais são igualmente responsáveis por fomentar a participação das mulheres e grupos vulneráveis nos CAS, no processo de selecção e convite das IPCCs para participar nos Conselhos Consultivos Distritais. O Programa promoverá a participação de mulheres dinâmicas a nível comunitário, para que se tornem membros activos dos encontros de planificação e monitoria participativa ao nível distrital. A melhor maneira de motivar a participação das mulheres é através de pessoal feminino activo e competente a nível da função pública e das ONGs. É responsabilidade das ONGs, governos distritais, DPOPHs, DNA e parceiros encorajar a selecção equitativa do pessoal envolvido no Programa a todos os níveis e nas visitas às comunidades e Distritos onde há participação activa das mulheres e grupos vulneráveis.

2. Fomento de soluções locais para geração de receitas:

O Programa promoverá o uso produtivo de água ao nível comunitário, com o objectivo de melhorar a capacidade de geração de receitas dos agregados familiares mais vulneráveis e assegurar assim a sua capacidade de contribuir para os custos de operação e manutenção das instalações melhoradas de água e saneamento. O uso produtivo de água pode ser proveniente de fontes melhoradas ou fontes alternativas como albufeiras, lagoas, riachos ou fontes tradicionais. As actividades de geração de receitas podem incluir o processamento de alimentos como farinha de mandioca, criação de animais como aves e piscicultura, hortas e viveiros, cerâmica e produção de materiais como tijolos e blocos.

O governo distrital é responsável pela coordenação e apoio técnico à elaboração de propostas por quem pretenda beneficiar dos fundos do OIIL.

Os problemas das comunidades carentes e dos que têm dificuldade em angariar fundos para a comparticipação nos custos de capital ou de operação e manutenção, devem ser discutidos nos Conselhos Consultivos Distritais para se encontrarem soluções conjuntas. Os governos distritais devem promover a criação de capacidade local para fazer face a este tipo de participação, em vez de dar subsídios insustentáveis. Deste modo, os grupos necessitados de uma comunidade podem beneficiar desta iniciativa. Para resolver casos específicos de extrema carência e dificuldade por doença, os governos distritais e os comités de água e saneamento devem fomentar o uso de mecanismos tradicionais de apoio mútuo para lidar com casos específicos ou contribuir com apoio físico ou material.

A promoção de actividades de geração de receitas para apoiar a operação e manutenção sustentável das instalações de água pode ser utilizada como um incentivo para as comunidades e grupos vulneráveis adoptarem práticas higiénicas e de saneamento, monitorarem a construção de latrinas, a lavagem de mãos e o melhoramento da limpeza nos arredores, como resultado da promoção do saneamento total. As receitas provenientes das actividades de geração de receitas podem ser usadas para apoiar a manutenção das instalações de água e saneamento.

3. Alternativas de produtos e serviços

O Programa fomentará o envolvimento das micro-empresas ou PMEs no fornecimento de serviços e produtos diversos relacionados com água, higiene e saneamento, assegurando uma variedade de produtos e serviços compatíveis com as diferenças culturais e possibilidades económicas das famílias.

As micro-empresas ou PMEs podem fornecer serviços cujos custos se adaptem às preferências, capacidade e vontade de pagar dos consumidores.

Podem ajustar diferentes modalidades de pagamento dependendo das limitações dos consumidores, cobrando em dinheiro o preço total da construção de uma latrina, ou não cobrando em dinheiro e sim em materiais ou produtos agrícolas locais ou em trabalho de apoio à construção de outras latrinas para os vizinhos, permitindo que os grupos mais vulneráveis também possam ser beneficiados.

O desenho apropriado e a comercialização de serviços e produtos relacionados com a água, higiene e saneamento são importantes para assegurar o saneamento total ao nível da comunidade, tornando-os social, cultural, técnica e economicamente aceitáveis e sem excluírem os grupos mais vulneráveis.

O leque de serviços e produtos relacionados com água, higiene e saneamento incluirá mas não se limitará a:

Água: o serviço de fornecer água, quer gerindo a bomba ou transportando-a para tanques de armazenamento mais próximos aos agregados familiares mais afastados: peças sobressalentes, manutenção e reparação da bomba, produtos para transportar ou armazenar água como bidons, barris, captação de água da chuva, carrinhos para transportar bidons, etc.

Higiene: sabão, utensílios para lavagem de mãos, local para arrumo da loiça e panelas, lavatórios, cloro, pegas para manusear a água, bacias plásticas, etc.

Saneamento: diferentes tipos de latrinas, sanitas, fossas sépticas, cova para dreno de água, cova para o lixo, serviço de esvaziamento de latrinas para um grupo de aldeias, etc.

5.3.4 Opções tecnológicas e modelos de gestão adequados à realidade local

Por intermédio da DNA o Programa promoverá a testagem de tecnologias e modelos de gestão ligados à comercialização de peças sobressalentes.

1. Testagem de opções tecnológicas

Como uma estratégia para complementar a actualização da informação hidrogeológica, o Programa apoiará a testagem e aprovação de diferentes alternativas de bombas manuais, para identificar novos desenhos de bombas manuais adequados às diferentes profundidades e qualidade da água (ver abaixo a tabela 5.1)[47].

[47]Actas do GAS, Agosto de 2008.

Espera-se a aprovação pela DNA de bombas recentemente testadas, como a Bomba de Corda, a Bomba Carrossel e a Afrideep. De acordo com informação do GAS, a DNA identificou diversas bombas manuais alternativas à Afridev para uso em diferentes condições hidrogeológicas.

Promover-se-ão parcerias com organizações privadas e ONGs para testar três desenhos de bombas manuais com um mínimo de 100 unidades, e serão testados diferentes desenhos de latrinas para avaliar o seu desempenho e aceitação pela comunidade.

Testagem e disseminação noutras zonas do país – a DNA deve assegurar que os agentes testem e se comprometam a montar um mercado de peças sobressalentes e sistemas de gestão, manutenção, reparação e substituição das bombas. Esta

estratégia complementa e está enquadrada na estratégia de gestão e comercialização para os tipos de bombas manuais descritos neste capítulo.

2. Modelos de Gestão dos PSAAs

Segundo o Manual de Implementação das modalidades de gestão dos pequenos sistemas de abastecimento de água (PSAAs)[48], existem actualmente três tipos de PSAAs que não estão integrados no quadro da gestão delegada:

Nível	Descrição
I	Furo/poço, transporte, armazenamento, distribuição através de fontanários e um número limitado de ligações domiciliárias/torneiras de quintal (inferior a 50).
II	Furo/poço, transporte, armazenamento, distribuição através de fontanários e um número limitado de ligações domiciliárias/torneiras de quintal (entre 50 e 150).
III	Furo/poço, transporte, armazenamento, distribuição através de fontanários e um número limitado de ligações domiciliárias/torneiras de quintal (superior a 150, podendo mesmo ser superior a 500).

Estes PSAAs têm estado tradicionalmente sob a tutela do DAR mas, com o processo de criação de AIAS[49] previsto para as pequenas cidades/vilas classificadas como urbanas pelo Instituto Nacional de Estatística, serão transferidos para a tutela da AIAS. Até a AIAS se encontrar plenamente operacional, o DAR será ainda responsável pelas vilas rurais. Quando estas vilas forem reclassificadas como urbanas, serão transferidas para o DAU/ /AIAS.

De acordo com o manual supracitado, o DAR é responsável pela planificação e desenho dos pequenos sistemas, em conjunto com os governos distritais. O procedimento para a implementação das modalidades de gestão dos pequenos sistemas rurais segue os procedimentos estabelecidos no manual. Descreve-se a seguir os papéis e responsabilidades das entidades envolvidas.

As entidades envolvidas na gestão de pequenos sistemas são: MOPH representado pela DNA/DAR; Governo Provincial; Fórum Provincial; Governo Distrital/Autoridade local; Comissão Reguladora Distrital/Autoridade local; Concessionário; e Operador. As modalidades de gestão podem ser: autónoma, pública ou privada, com operadores comerciais, comunitários, das autoridades locais ou distritais.

Modelos de Gestão das Fontes Dispersas: O Programa promoverá modelos de gestão alternativos à gestão pela comunidade das fontes, para melhorar a sustentabilidade e criação de sinergias entre a gestão das fontes e a comercialização de bombas manuais e peças sobressalentes. A DNA será responsável pela revisão dos modelos propostos pelo ASNANI[50]. As alternativas privadas, público/privada e pública serão também analisadas, para identificar os factores que limitam ou favorecem a selecção de determinados modelos de gestão. Uma descrição mais detalhada dos modelos de gestão será apresentada na estratégia de comercialização de bombas e peças sobressalentes.

[48]Manual de Implementação das Modalidades de Gestão dos Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água, DNA, 2006.

[49]Fundo de Gestão da Água e Saneamento, anteriormente referido por Unidade de Gestão do Património.

[50]Modelos de Comercialização Alternativos para uma Rede de Peças Sobressalentes Sustentável, Projecto ASNANI, 2008.

Tabela 5.1 – Bombas Manuais usadas no Abastecimento de Água Rural em Moçambique

BOMBAS MANUAIS EM USO NO AAR EM MOÇAMBIQUE						
DESCRIÇÃO		**NIRA**	**CORDA Moz**	**AFRIDEV**	**AFRIDEV SB**	**INDIA MARK II**
	Profundidade máx.de instalação (metros)	15 m	25 m	45 m	80 m	80 m
Especificações técnicas	**Descarga na profundidade máxima**	20-25 litros/minuto	20-30 litros/minuto	12-15 litros/minuto	10-12 litros/minuto	0,22 litros/minuto
	Pessoas servidas	~300	~150	~500	~500	~300
	Tipo de fonte p/ instalação	Poço e Furo	Poço	Poço e Furo	Furo	Poço e Furo
	Modo de funcionamento	Manuseio da Alavanca: muito suave. A bombagem é vertical ao corpo da bomba - acção directa sob o pistão	Manuseio da Roda na posição vertical: necessária uma senhora ou criança para encher um recipiente de 20 litros num tempo médio de 1-1:20minutos sem paragem.	Manuseio da Alavanca na posição vertical. São necessárias duas senhoras para encher um recipiente de 20litros, com duração média de 2minutos sem paragem	Manuseio da Alavanca na posição vertical.	Manuseio da Alavanca na posição vertical.
Custo		~ 1,600 USD	~350 USD	~1,500 USD	>2,000 USD	4,000 USD
Fabrico Nacional		Não - Tanzania e Gana	Sim. (Niassa, C. Delgado e Zambézia)	Sim (Maputo - parte metálica e tubos de elevação)	Sim (Maputo - parte metálica apenas)	Não - India
Instalação		Fácil, não requer equipamento de apoio	Fácil, não requer equipamento de apoio	Fácil, não requer equipamento de apoio	Fácil, não requer equipamento de apoio	Requer equipe especializada e equipamento (tripé, chaves, guinchos, etc)
Manutenção		VLOM	VLOM	VLOM	VLOM	Não é VLOM
Acesso a peças sobressalentes		Importadas da Tanzania	Local	Local + importadas	Local + importadas	Importadas
Avarias frequêntes		Desaperto da anilha do pistão, rachas na alavanca da bomba, desligamento dos tubos em relacao a alavanca, entupimento da válvula de pé.	Quebra da corda, rápido desgaste dos pistões	Quebra ou desgaste dos tubos, quebra de varetas, soltura das sola "Ü".	Racha ou descolagem da tubagem, peso	Desgaste das solas, quebra da corrente, forte oxidação dos tubos e varetas.
Local de instalação		Cabo Delgado	Em teste em Cabo Delgado, Nampula, Niassa e Zambézia	Nacional	Em teste em Inhambane	Inhambane e Gaza
Observações			Projecto Piloto concluido. E necessário assegurar a produção local do pistão e dos tubos de elevação; melhorar o sistema de fixação dos pistões; protecção da bomba contra a corrosão.	Está em teste em Inhambane o uso da Afridev com varetas de fibra de vidro, que tornam a bomba mais leve e aplicável em profundidades acima de 45 m.	1.Suporte de base = contra-peso para suportar o peso da tubagem e coluna de água. 2. Usa varetas de rosca e nao de engate 3. Também está em teste nestas bombas o uso de varetas de fibra de vidro, com uma tubagem de diâmetro menor (48 mm contra 63 mm)	No início da década 90 o Sector abandonou o uso desta bomba por não se enquadrar na categoria VLOM

DESCRIÇÃO		VOLANTA	AFRIPUMP (Volanta Modificada)	PLAYPUMP	PAINEIS SOLARES
	Profundidade máx. de instalação (metros)	até 80m	100 m	80 m	>100 m
Especificações técnicas	**Descarga na profundidade máxima**	12-20litros/minuto	10 litros/minuto	36 litros/minuto	Depende da capacidade instalada (nr de paineis, capacidade do reservatorio, capacidade das bombas)
	Pessoas servidas	~300	~ 600	~2,500	
	Tipo de fonte p/ instalação	Furo	Furo	Furo	Furo
	Modo de funcionamento	Manuseio da Roda no sentido vertical	Manuseio da alavanca: pode ser comparado ao esforço feito numa Afridev com cilíndro aos 30-45m	Manuseio da Roda no sentido horizontal: pode ser manuseada por um mínimo de quatro crianças a brincar no carrocel	Energia Solar
Custo		8,000 USD	~4,600 USD	14,000 USD	
Fabrico nacional		Não -Holanda	Não - Holanda	Não - Africa do Sul	Não
Instalação		Requer equipe bem treinada	Fácil, não requer equipamento de apoio	Equipe especializada.	Equipe especilizada
Manutenção		VLOM (apoio do Mecânico)	VLOM	Não é VLOM	Não é VLOM
Acesso a peças sobressalentes		Importadas	Importadas - Holanda	Importadas - Africa do Sul	Importadas - Dinamarca
Avarias frequêntes		Fugas na tubagem e entupimento do cilindro de areia.	Fugas no cilindro.	Fugas na tubagem de elevação e no sistema de distribuição.	
Local de instalação		Gaza e Manica	Em teste em Gaza	Gaza e Maputo	Inhambane, Manica e Nampula
Observações		A Samaritan´s Purse está a testar em Gaza a Volanta com suporte de base, para evitar a distensão e oscilação da tubagem.	1. Do teste efectuado em Mapai, o caudal médio das 3 bombas instaladas é de < 7 litros/minuto 2. A partir dos 45 m a bomba requer a instalação de suporte de base. 3. Modificações com relação a Volanta: cabeça da bomba com alavanca ao invés de roda; pistã	Ideal para instalação em escolas primárias. Tecnologia não prática para uso pelas senhoras.	Ideal para grandes aglumerados populacionais onde as profundiades sejam elevadas.

5.3.5 Melhoria do acesso a peças sobressalentes

O Programa apoiará a indentificação de modelos alternativos para uma rede de comercialização de bombas manuais, peças sobressalentes e serviços associados para as fontes dispersas. A DNA será responsável pela contratação, durante a Fase I do Programa, de um estudo que terá como resultado esperado o desenho de uma estratégia que assegure o acesso sustentável a peças sobressalentes e serviços associados à gestão e manutenção das fontes. O estudo utilizará informação proveniente dos Planos Directores Provinciais sobre o número de fontes e o seu estado operacional, dados actualizados do sistema de informação geográfica e informação actualizada dos mapas hidrogeológicos, como fontes de informação para a análise de mercado.

Para além disso, para os projectos existentes as DPOPHs-DAS, em conjunto com os governos distritais e os projectos em curso, planearão a recolha de informação sobre o uso de peças sobressalentes, artesãos locais e manutenção, reparação e reabilitação dos diferentes tipos de bombas. A informação proveniente destes estudos será importante para a análise do volume de vendas de peças sobressalentes.

Identificar-se-ão os modelos mais eficientes em certas províncias e distritos, com base no mercado potencial, desenvolvimento da economia local e capacidade emergente do sector privado. A estratégia a desenhar deve identificar os factores que limitam ou favorecem a selecção de um determinado modelo, para sua selecção e revisão ao longo do Programa.

Os modelos de gestão propostos devem incluir alternativas ao modelo de gestão comunitária actualmente utilizado, e estar ligados a parcerias público-privadas e à comercialização de bombas e peças sobressalentes. De salientar que os modelos propostos devem ser mutuamente complementares e poder expandir-se gradualmente num determinado distrito, à medida que crescem a procura e a economia local.

O estudo deve também analisar a proposta apresentada pelo Projecto ASNANI sobre modelos de comercialização sustentável de peças sobressalentes, para o desenho da estratégia. Os modelos recomendados pelo ASNANI são:

a) Modelo I: comercialização de peças sobressalentes ao nível do distrito

b) Modelo II: gestão comunitária com um sistema de apoio de artesãos locais para reparações de grande porte e comercialização de peças sobressalentes por um vendedor ambulante representante dos comerciantes do distrito ou província

c) Modelo III: pacotes de negócios para gestão de fontes servindo várias comunidades, para uma entidade comercial privada individual ou colectiva, responsável por fazer a manutenção e reparação das fontes. Os serviços devem ser pagos directamente pela comunidade e sujeitos ao pagamento de uma taxa.

Existem quatro áreas potenciais de melhoramento dos três modelos:

1. Ter peças sobressalentes para bombas manuaisl num pacote integrado de negócios é mais rentável e pode ser combinado com outros produtos para água e saneamento, como prestação de serviços e manutenção de bombas manuais, venda de bidons, sabão, redes mosquiteiras, produtos de tratamento de água a preço acessível e construção de latrinas, que requerem uma abordagem mais integrada de promoção da água, higiene e saneamento. Peças sobressalentes para bicicletas e ferramentas agrícolas constituem produtos potenciais que estão estreitamente relacionados com as actividades dos mecânicos locais. Contudo, matérias-primas como o açúcar, capulanas, rádios e pilhas constituem igualmente uma fonte potencial de lucro para os comerciantes locais que pode cobrir os custos com pessoal, transporte e equipamento necessários para a venda local de peças sobressalentes.

2. Em países de economias em via de desenvolvimento como Moçambique, a permuta de mercadorias continua sendo uma forma de pagamento para as necessidades diárias dos membros da comunidade. Neste contexto a flexibilidade é um factor importante para receber cereais locais, etc., como forma de pagamento pelos produtos ou serviços de água e saneamento.

3. Para uma rede de aprovisionamento eficaz, seria mais apropriado combinar a venda de peças sobressalentes de bombas manuais com serviços de operação e manutenção, uma vez que as peças são actualmente importadas e pagam taxas aduaneiras elevadas e IVA. Os fabricantes locais indicaram que deixarão de fabricar bombas manuais e peças sobressalentes Afridev e passarão a importá-las. Os actuais regulamentos aduaneiros isentam de taxas as bombas manuais mas não as peças sobressalentes, o que desencoraja a comercialização das peças por falta de mercado.

4. O mercado actual de peças sobressalentes é pequeno, comparado com o número de bombas manuais instaladas e considerando a larga área a abranger.

A DNA será responsável por compilar e disseminar informação sobre a estratégia e por preparar o plano de acção para a sua implementação. As DPOPHs-DAS e os governos distritais serão responsáveis pela sua implementação e por assegurar a incorporação e monitoria das iniciativas locais relevantes. É importante que o governo distrital promova a criação da procura, por intermédio da criação de uma cultura de manutenção e reparação, facilitando o fluxo de informação sobre avarias e a procura de peças sobressalentes, exigindo a observação de padrões de qualidade mínimos e promovendo pacotes de negócios para a gestão, manutenção e reparação de fontes dispersas e pequenos sistemas de abastecimento de água.

A DNA, em parceria com o UNICEF e SKAT, é responsável por estabelecer um mecanismo para certificar a qualidade das bombas, quer preparando uma lista curta de fabricantes reconhecidos pela qualidade das suas bombas e peças sobressalentes, quer pela inspecção das bombas in situ.

5.3.6 Redução da dependência da planificação e implementação centralizadas

Depois de analisar os assuntos mais críticos do subsector do AASR, o PESA-ASR definiu claramente o papel do Governo Distrital como responsável pela implementação do Princípio da Procura e das actividades de manutenção e reparação visando a sustentabilidade das fontes. O Programa pretende operacionalizar a descentralização de responsabilidades por intermédio da capacitação e descentralização institucionais, abordadas nos Capítulos 3 e 6 deste documento. Esta secção descreve a interrelação entre a planificação distrital e a planificação do Programa.

Há presentemente um fraco compromisso e sentido de responsabilidade ao nível distrital em relação à promoção e manutenção das infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento rural. Por esta razão, o Programa o desenvolvimento da capacidade de elaboração de planos estratégicos distritais do AASR que dêem uma visão a longo prazo e identifiquem medidas para assegurar maior cobertura e sustentabilidade. No futuro estes planos serão a base para a elaboração dos Planos Directores Provinciais, que por sua vez serão a base da actualização do PESA-ASR.

Incluir a planificação participativa distrital como parte integrante da planificação do subsector realizada da base para o topo, tem a vantagem de encorajar o compromisso e sentido de posse ao nível do distrito, e é também um processo mais inclusivo, abrangendo actividades relacionadas com água e saneamento de outros sectores (por exemplo, saúde e educação), bem como as realizadas por organizações do sector privado e da sociedade civil.

Promover-se-á a aplicação do Princípio da Procura num contexto de descentralização, adaptando o manual social do MIPAR à planificação participativa distrital para priorizar as actividades de água, higiene e saneamento ao nível local, de acordo com a disponibilidade de fundos. Isto implica a revisão do ciclo do projecto descrito no MIPAR[51], acrescendo-lhe actividades de planificação e priorização de áreas e incluindo campanhas de perfuração e de novas abordagens do saneamento.

Para a harmonização das actividades do Programa ao nível comunitário, é necessária mais análise para obter uma visão completa do Guião para Organização e Funcionamento da Participação e Consulta Comunitária na Planificação Distrital[52], onde a responsabilidade e coordenação entre IPCCs estão claramente definidas. Esta análise será realizada por uma consultoria que harmonize o MIPAR com o processo de planificação participativa distrital.

Contudo, os Comités de Água e Saneamento (CAS) são frequentemente concebidos como uma organização isolada responsável por actividades de água e saneamento. É necessário enfatizar o papel dos CAS, como um grupo temático das Instituições de Participação e Consulta Comunitária (IPCCs)[53] em geral, e do Comité de Desenvolvimento Comunitário (CDC) em particular. O CAS deve reportar para o CDC e prestar contas das suas actividades e da gestão dos fundos provenientes de taxas de uso da água.

Do mesmo modo, com a introdução do PP no processo de planificação, os governos distritais e as organizações parceiras devem prestar contas perante as comunidades e vice-versa, ao avaliar o desempenho por comparação com os planos anuais. Isto facilita também a monitoria e a preparação do relatório do desempenho do subsector de AASR, com informação mais realista. É importante reconhecer que a colaboração e o fluxo de informação entre DNA, DPOPHs-DAS e governos distritais devem ser flexíveis, por forma a apoiar os distritos na coordenação das actividades, uma vez que algumas organizações relevantes não participam presentemente na planificação distrital.

6. Planificação, Monitoria e Gestão da Informação

6.1 Planificação, Orçamentação e Gestão Financeira do Sector Público

6.1.1 Planificação

O Plano Económico e Social (PES) do Governo e o Orçamento do Estado (OE) são elaborados com base nas políticas e prioridades definidas no Plano Quinquenal do Governo que, desde 2006, está harmonizado com e operacionalizado pelo PARPA II. A preparação do PES e do OE tem em conta as projecções financeiras do CFMP, que constitui o envelope financeiro a médio prazo para todos os programas do governo e constitui a ligação entre os planos e orçamentos a médio prazo e anuais.

O Programa apoiará a preparação dos planos distritais do AASR, a serem integrados nos planos de desenvolvimento e de investimento anuais e a médio prazo a todos os níveis. É importante que o PES e planos equivalentes a todos os níveis coloquem o enfoque no aumento da cobertura por abastecimento de água e saneamento, para atingir as metas relevantes dos ODMs, e na sustentabilidade e manutenção das instalações como vem recomendado no PESA-ASR. Os planos distritais darão insumos para a elaboração e/ou actualização dos planos directores provinciais do AASR.

O Programa apoiará também a elaboração e/ou actualização dos planos directores provinciais do AASR. Os Termos de Referência para futuros planos directores provinciais do AASR serão analisados e revistos se/quando necessário, para estarem de acordo com os princípios e abordagens do Programa. Para melhorar a exactidão e validade deste processo, a DNA, a DPOH e os governos distritais devem ser informados sobre os recursos financeiros disponíveis para priorizar e planear as actividades.

Estes processos serão participativos e inclusivos, envolvendo os actores relevantes a todos os níveis, incluindo o sector privado e a sociedade civil. Isto vai requerer instrumentos para a recolha de dados correctamente desenhados e um sistema integrado de fluxo de informação e prestação de contas entre os distritos, províncias, DNA, parceiros de desenvolvimento e outros. Este processo será conduzido da base para o topo e inclusivo, iniciando nos planos distritais de AASR, que estão ligados aos planos directores provinciais do AASR e por fim aos PIAs da DNA e ao CFMP.

6.1.2 Orçamentação

O MdF é responsável pela preparação dos orçamentos anuais e pela gestão financeira pública. Desde 2006 que o orçamento anual estatal é elaborado com base no envelope geral de recursos definido pelo CFMP, assim como na informação sobre a disponibilidade de financiamento externo. Usando esta informação, o MdF define tectos orçamentais para as componentes principais do investimento financiado internamente e a despesa corrente: salários, bens e serviços, etc. Estes tectos são definidos para cada ministério, governo provincial, administração distrital e município, sendo a base para a planificação e orçamentação a esses níveis.

Por fim o MdF compila os PES dos sectores e províncias, os quais são elaborados com base nos planos distritais de um número crescente de Distritos. Isto também afectará a forma como a DNA prepara o CFMP e os planos e orçamentos anuais. No futuro, o PES nacional e o CFMP serão informados pelos PES provinciais, que por seu turno se basearão nos PESODs distritais.

Os planos anuais serão consolidados aos vários níveis, em PES distritais, provinciais, sectoriais e finalmente no PES nacional. Os planos e orçamentos distritais e provinciais serão parte integrante do PES nacional e do Orçamento do Estado, de acordo com o princípio da universalidade do orçamento, de forma a que todas as intervenções nos níveis mais baixos estejam incluídas no PES nacional. É importante garantir que todas as actividades de AASR apoiadas ou realizadas pelos parceiros de desenvolvimento, ONGs e sector privado são captadas e incluídas nos planos e orçamentos relevantes, começando pelo nível distrital.

6.1.3 O Princípio da Procura na planificação a nível distrital e local

O Programa apoiará a aplicação do Princípio da Procura (PP) na planificação distrital e local. Como indicado no Capítulo 2, isto garantirá acções mais inclusivas e de base alargada, que melhorarão as oportunidades de participação e a qualidade dos serviços, ao mesmo tempo que enfrentando as questões de desigualdade e barreiras à participação dos pobres e dos grupos vulneráveis na planificação e gestão das actividades e instalações de AASR.

[51]MIPAR – Manual de Implementação de Projectos de Água Rural – Volume I, DNA. Diploma Ministerial n.º 23/2002 de 13 de Março.

[52]Participação e Consulta Comunitária na Planificação Distrital: Guião para Organização e Funcionamento. MAE/MADER/MPF, 2003.

[53]Instituições de Participação e Consulta Comunitária, reguladas pela LOLE e decretos complementares - Lei n.º 15/2003.

A aplicação do PP melhorará a qualidade dos planos, orçamentos e investimentos, promovendo uma melhor coordenação e diálogo que apoiarão os esforços do Governo para descentralizar a planificação e a gestão. A informação sobre a disponibilidade de recursos é um incentivo importante para uma participação significativa, especialmente para os pobres e grupos vulneráveis. Espera-se que o papel do governo distrital e dos conselhos locais na planificação, implementação e monitoria das actividades AASR promova um sentido de posse, responsabilidade e prestação de contas para serviços sustentáveis.

Haverá procedimentos explícitos para identificar e focar os pobres e grupos desfavorecidos e para avaliar o impacto das instalações melhoradas nesses grupos. Para isso, o Programa apoiará actividades específicas de mapeamento e direccionamento à pobreza durante a planificação, e indicadores de monitoria específicos para a prestação de contas e a avaliação do impacto.

O processo de selecção a nível local consiste em três etapas principais; 1) identificação das áreas prioritárias; 2) mobilização da comunidade e geração da procura; e 3) selecção final das comunidades:

- Primeiro, numa reunião geral os membros da comunidade discutem e acordam as áreas prioritárias, utilizando critérios de selecção acordados[54], incluindo o tamanho da população, disponibilidade de fontes de água, incidência de doenças com origem na água, pobreza e prevalência do HIV/SIDA. As condições que as comunidades devem reunir para serem seleccionadas, como a contribuição inicial em dinheiro ou em géneros, a formação do comité de água e saneamento, o pagamento dos custos totais de operação e manutenção, etc, também serão apresentados, discutidos e acordados;
- Será então avaliada e verificada a vontade e a capacidade de participar e contribuir para a melhoria dos seus serviços de água e saneamento;
- As comunidades que reúnam os requisitos acordados serão seleccionadas para inclusão no plano de implementação distrital anual, dependendo da disponibilidade de recursos, numa base de servir quem chegou primeiro.

Uma descrição mais detalhada destes critérios e processo de selecção é apresentada no Anexo 6.

Esta abordagem é consistente com as actuais políticas e estratégias de descentralização e com o PP, que coloca o enfoque não só na prestação de serviços, mas também na definição de regras, papéis e acções para encorajar a expressão de uma procura efectiva, assim como na garantia de maior transparência e responsabilidade na alocação dos recursos.

6.2 Monitoria e Avaliação do Desempenho

Os objectivos e indicadores do Programa nas matrizes do Quadro Lógico do Programa (QLP) (ver a Tabela 6-1 abaixo e o Anexo 2) e no Quadro de Avaliação do Desempenho (QAD) são consistentes com os do Pilar do Capital Humano do PARPA e o PESA-ASR. O sistema de monitoria e prestação de contas do Programa identificará e satisfará as necessidades de informação dos seus utilizadores, incluindo planificadores, gestore e implementadores a todos os níveis. As actividades de monitoria do Programa darão informação para a prestação de contas sobre os indicadores do QLP, QAD, PARPA II e ODM. O progresso para o alcance dos objectivos e a execução do orçamento do Programa serão monitorados por comparação com as metas aprovadas, planos, orçamentos, recomendações das revisões conjuntas e outras fontes.

Os dados de monitoria ligados aos indicadores do QLP e do QAD proporcionarão insumos para os relatórios anuais e semestrais elaborados pela DNA. Até os dados do Censo de 2007 sobre população rural e acesso ao abastecimento de água e saneamento rural estarem disponíveis, serão usados os dados da DNA como ponto de partida provisório para a planificação. Este ponto de partida será revisto usando a informação do Censo de 2007 e dos planos directores provinciais de AASR, à medida que se tornem disponíveis.

Os dados dos inquéritos periódicos do INE, como o QUIBB, o IAF e os IDS, e o MICS apoiado pelo UNICEF, serão utilizados para verificar e actualizar os pressupostos de planificação e orçamentação e as normas de cobertura. Estas relações são ilustradas na Figura 6-1 abaixo.

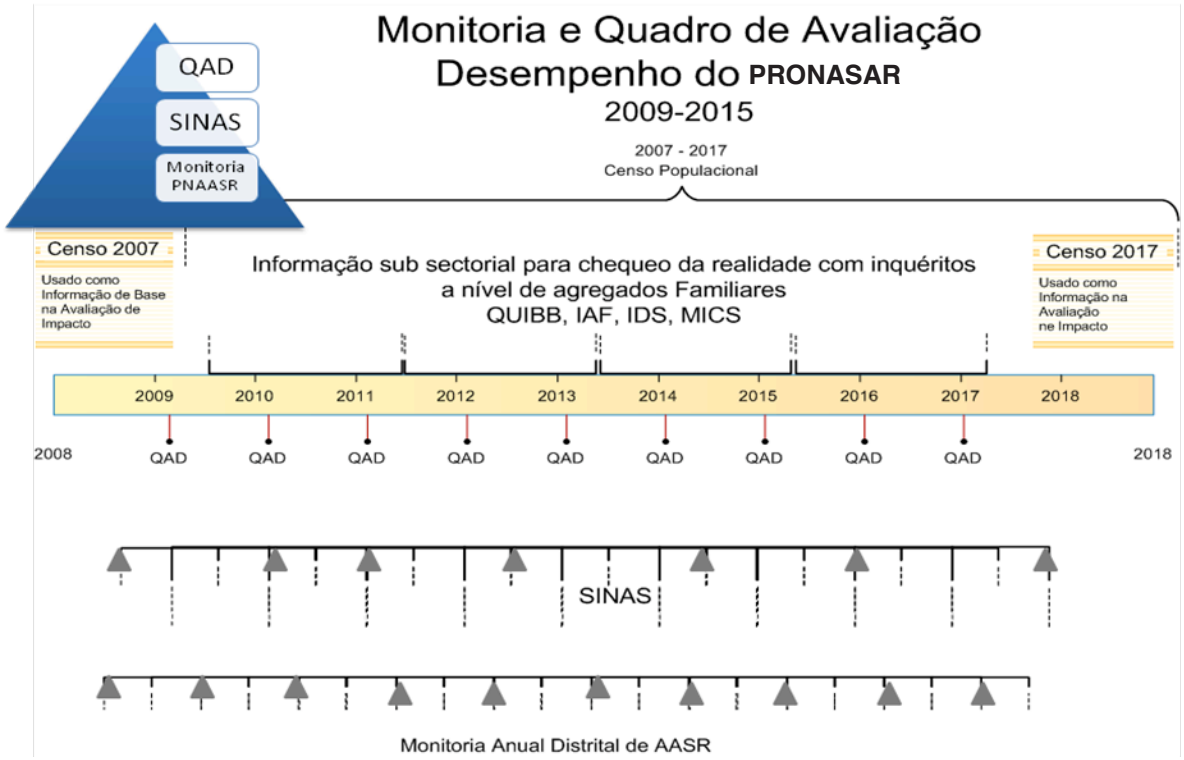
A supervisão externa do Programa será feita pelo Comité de Coordenação do Sector, pelas revisões conjuntas anuais e semestrais e revisões técnicas do sector de Águas e por auditorias da IGF, TA e empresas de auditoria externa. Os progressos nos indicadores do QAD e QPL serão reportados aos parceiros de desenvolvimento e aos membros do GAS pelo menos trimestralmente.

O Programa apoiará auditorias e análises técnicas, fiduciárias e de *procurement* periódicas, para tratar questões importantes que afectem a implementação e promover o alinhamento crescente com os sistemas nacionais. As directivas de implementação existentes e os manuais do MIPAR serão revistos, e se necessário complementados, e disseminados. Serão apoiados seminários de orientação para utilizadores dos manuais novos/revistos.

Além disso, o Programa promoverá e apoiará a documentação e disseminação de boas práticas e lições aprendidas no subsector de AASR, num relatório anual de "lições aprendidas" elaborado pela DNA.

[54]Para uma apresentação dos critérios e processos de selecção, ver o Anexo 6.

Figura 6-1 – Monitoria do PRONASAR e QAD



Indicadores e metas

Os indicadores na matriz do QLP serão usados para estabelecer pontos de partida da planificação e monitoria, para as revisões anuais e semestrais e para os estudos e avaliações do impacto. Um conjunto de "Indicadores de Ouro" servirá como Quadro de Avaliação do Desempenho (QAD) do Programa e são apresentados na Tabela 6-3 abaixo.

Os indicadores serão utilizados nos níveis provincial e distrital para avaliar o progresso dos produtos e as questões que se levantarem na implementação, para garantir a tomada de medidas atempadas para enfrentar as questões de implementação identificadas pelo sistema de monitoria. Por exemplo, o Programa promoverá e apoiará a partilha entre províncias, projectos e clientes da informação sobre custos de perfuração e outros serviços. As taxas de sucesso dos furos serão monitoradas e comparadas, assim como a capacidade de perfuração em relação às metas para fontes de água novas ou reabilitadas. As actividades do ASNANI, MCC, WSP e WASHCost e outros programas apoiarão o estabelecimento de metas e indicadores realistas a serem usados na documentação e disseminação das lições aprendidas e melhores práticas.

Tabela 6-1 – Matriz do Quadro Lógico (Resumida)

Elemento do Programa	Indicador verificável	Meio de verificação	Riscos e pressupostos
Objectivo Geral/de Desenvolvimento Contribuir para a satisfação das necessidades humanas básicas, melhorando o bem-estar e reduzindo a pobreza rural por intermédio do aumento do uso e do acesso aos serviços de água e saneamento	— % de agregados familiares (AF) que gastam menos de 30 minutos por dia a ir buscar água — Quantidade de água usada *per capita* por dia — Incidência de diarreia nas crianças com menos de cinco anos de idade — % de encarregados de crianças e confeccionadores de comida com comportamento apropriado de lavagem das mãos — Incidência da pobreza nas aldeias (número de agregados familiares pobres)	— SINAS — Inquéritos aos agregados familiares (IAF), IDS, MICS, WHS, IAF, Censo 2007	Empenho político contínuo É possível mudar o comportamento a longo prazo
Objectivo Intermédio Aumentar o uso e acesso sustentáveis à água e saneamento, para 70% e 50% da população rural até 2015 respectivamente	— % de população rural com acesso a abastecimento de água melhorado a 500 metros de distância — % de população rural com acesso a saneamento melhorado — % de fontes de água a funcionar bem — % de população a usar instalações sanitárias higiénicas	— IAF / Censo 2007 — SINAS — Inquéritos aos agregados familiares, IDS, MICS	Empenho político contínuo Capacidade institucional e técnica limitada
Objectivos Imediatos/Produtos do Programa			
1. Melhorar a qualidade e aumentar a cobertura e a sustentabilidade	— N.º de fontes de água construídas; novas e reabilitadas — N.º de pequenos sistemas canalizados construídos/ /reabilitados — N.º de escolas com instalações de água e saneamento adequadas — Nº de latrinas melhoradas construídas	— Relatórios distritais — Relatórios anuais do MEC	Empenho político contínuo
2. Alargar a gama de opções tecnológicas e de modelos de gestão	— % de comités de água com mulheres em postos importantes — % de fontes de água directamente mantidas pela comunidade com regras de gestão e normas pró-pobre — % de áreas e agregados familiares pobres com acesso à água e saneamento — N.º de Distritos com comercialização eficiente de peças sobressalentes e apoio técnico às comunidades — % de AFs com acesso sustentável a abastecimento de água melhorado	— Relatórios distritais — Resultados de estudos — Relatórios provinciais — SINAS, estudos — Relatórios da DNA — Análises	A procura de serviços dará incentivos ao sector privado Disponibilidade de informação fidedigna Compromisso contínuo para com o alinhamento e harmonização
3. Reforçar as instituições e os recursos humanos do AASR	— Actividades de AASR harmonizadas com as políticas, estratégias e planos do GdM — Fundos adequados e disponibilizados atempadamente para implementar planos de trabalho/alcançar as metas — Equipas de apoio no terreno e a funcionar, incluindo apoio pós-construção — % dos fundos do AASR gastos de acordo com o relatório de execução orçamental — % de procurement utilizando os sistemas públicos de *procurement*	— Orçamentos — Relatórios orçamentais — Análises/auditorias — Avaliações	Capacidade técnica e institucional inadequadas
4. Reforçar a planificação e o financiamento descentralizados no subsector de AASR	— SWAP do sector operacional aos níveis nacional, provincial e distrital — Pessoal dedicado ao abastecimento de água e saneamento rural a nível distrital — Actividades fora-do-plano/orçamento/SISTAFE reduzidas a todos os níveis	— Revisões — Relatórios distritais	

Monitoria participativa dos serviços e dos prestadores de serviços

O Programa apoiará a monitoria participativa a nível da comunidade. As comunidades terão a oportunidade de participar na monitoria das infra-estruturas e serviços e do desempenho de quem os presta. As comunidades serão envolvidas, por intermédio dos seus comités de água e saneamento, na planificação, inspecção e autorização das infra-estruturas de água e saneamento. Para os serviços do PEC e formação, os protocolos de monitoria e os formulários de avaliação incluirão uma avaliação do desempenho das organizações parceiras, formadores, negociantes de peças sobressalentes, fornecedores e outros prestadores de serviços. Os procedimentos e protocolos a utilizar na monitoria participativa constam do Manual de Operações.

6.3 Gestão da informação

O Programa dá muita importância à monitoria atempada e precisa, ao fluxo de informação e à criação de bases de dados para facilitar a prestação de contas e o uso da informação. O fluxo regular de informação atempada e precisa é um elemento essencial da gestão do Programa e é importante para avaliar o progresso na realização dos objectivos do Programa. Presentemente, a etrutura da base de dados do subsector do AASR e as definições dos dados não estão uniformizadas entre a DNA-DAR e todas as DPOPH-DAS. Isto também se aplica aos dados recolhidos ao nível do distrito.

A DNA, com o apoio dos Países Baixos, UNICEF, SDC e WSP, está a desenvolver um Sistema de Informação Nacional de Água e Saneamento (SINAS), para disponibilizar uma metodologia padronizada para a recolha, processamento e apresentação dos relatórios dos dados e informação do sector de Águas, incluindo a criação na DNA-GPC de uma unidade dedicada à gestão do SINAS, a formação dos utilizadores e a consolidação dos sistemas, procedimentos e instrumentos. No futuro, espera-se que a base de dados do AASR actualmente mantida pela DNA-DAR seja integrada com o SINAS.

Fluxo da informação

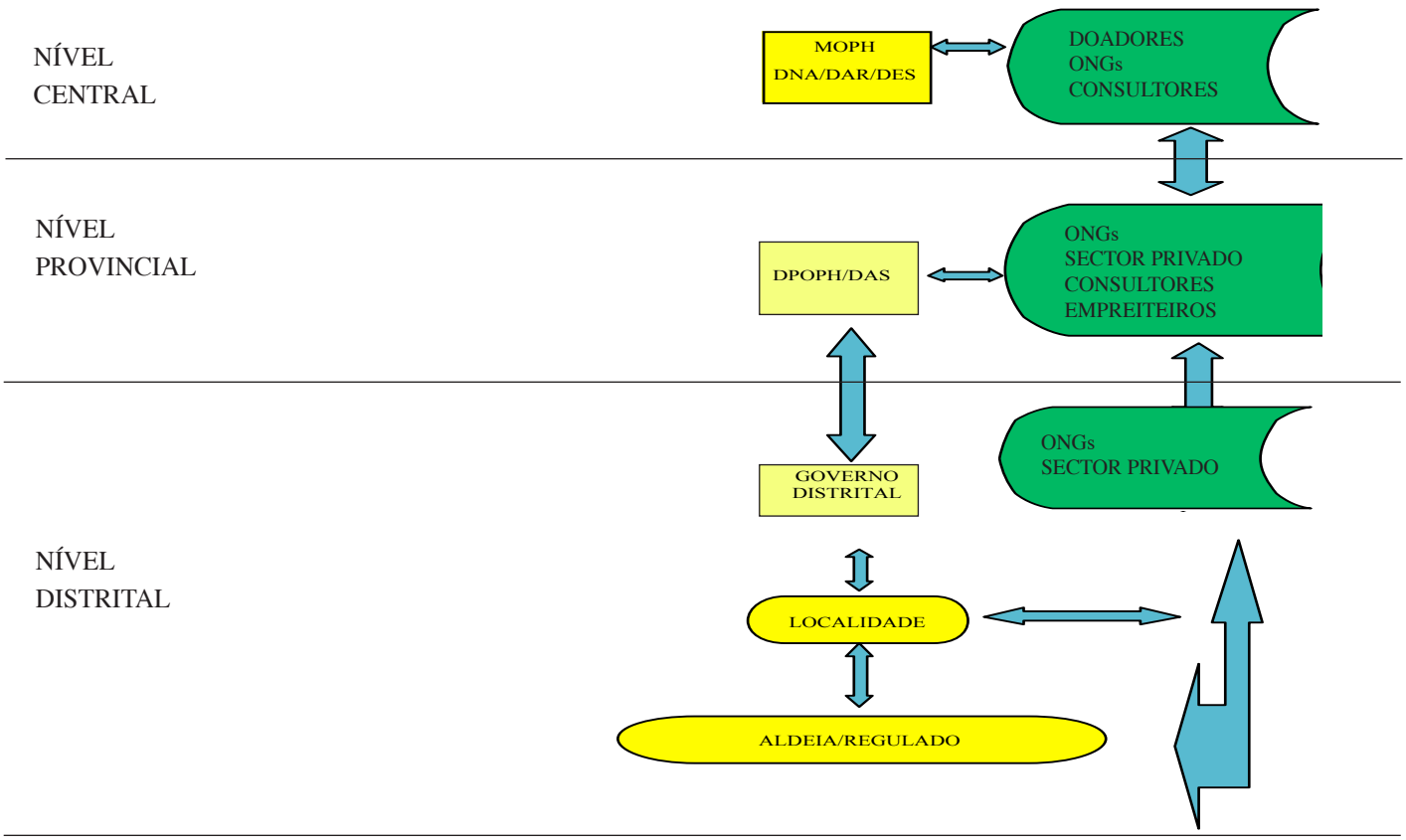
Há três níveis principais que produzem informação no subsector do AASR: 1) O nível distrital e local, que inclui o posto administrativo, a localidade e a aldeia; 2) o nível provincial; e 3) a DNA. Normalmente a informação é transmitida dos distritos para as províncias e das províncias para o nível central, na forma de relatórios mensais, trimestrais, semestrais e anuais.

Os dados ao nível do distrito são transferidos para o nível provincial tipicamente na forma de papel. Os dados são depois introduzidos electronicamente pela DPOPH-DAS ao nível prvincial e os relatórios são transmitidos para a DNA via *e-mail* ou em CD-ROM. No futuro, à medida que aumentar o número de distritos com electricidade e computadores, os dados podem ser transmitidos em formato digital. À medida que se for criando capacidade ao nível provincial e distrital, a informação também pode ser analisada e os relatórios produzidos e usados naqueles níveis. No futuro a informação pode ser trocada através de bases de dados na web, usando os *websites* da DNA, GAS e outros. No futuro, o SINAS também dará uma plataforma e o processo de recolha, análise e disseminação da informação.

Os relatórios produzidos ao nível provincial e central devem também dar retorno (*feedback*) para os níveis de onde os dados foram originalmente recebidos. A informação pode também fluir directamente entre as partes aos vários níveis, sem necessidade de passar pelas hierarquias organizacionais. Quando o *e-mail* estiver mais amplamente disponibilizado ao nível do distrito, a informação pedida com urgência pode ser transmitida directamente do nível do distrito para a DNA com cópia para a DPOPH-DAS.

Informação atempada e precisa também estará disponível para os actores fora do sector público, como o sector privado, ONGs, consultores e empreiteiros, que dão e recebem informação sobre actividades do AASR, como apresentado na figura 6-2 abaixo.

Figura 6-2 – Fluxo de Informação Indicativo no Subsector do AASR



Presentemente, as lacunas e incompatibilidades no fluxo de informação no subsector do AASR obstruem a planificação, gestão e monitoria eficazes das actividades e produtos. O Programa apoiará o desenvolvimento da capacidade a todos os níveis para recolher, gerir e analisar dados, preparar relatórios e usar a informação produzida para melhorar a aptidão para planificar, gerir e avaliar as actividades do AASR.

Cada nível terá funções e responsabilidades específicas na gestão e uso dos dados, conforme apresenta a Tabela 6.2 abaixo.

Tabela 6.2 – Responsabilidades pela gestão e transmissão dos dados

Nível	Responsabilidade/Tarefa
Central	Monitorar e avaliar a execução dos planos, programas e projectos nacionais
	Identificar, recolher, validar e codificar a informação para a base de dados nacional
	Dar directrizes às províncias e aos distritos sobre gestão de dados
	Manter, gerir e desenvolver a base de dados nacional
	Analisar e processar os dados províncias e gerar e disseminar relatórios
	Responder aos pedidos de utilizadores externos
Provincial	Monitorar a implementação dos planos, programas e projectos do nível distrital
	Compilar e manter uma base de dados ao nível provincial
	Recolher, compilar, processar, analisar e armazenar dados do nível provincial
	Validar e codificar os dados recolhidos
	Gerar e transmitir relatórios para os níveis central e distrital
Distrital	Monitorar a implementação dos planos, programas e projectos distritais
	Afectar pessoal suficiente e dedicado à recolha e apresentação dos dados
	Recolher, compilar, armazenar e transmitir a informação às províncias
	Validar a informação recolhida
	Receber, armazenar e actuar sobre dados e relatórios recebidos da província
	Contribuir para estudos e avaliações ao nível distrital

Os procedimentos para a monitorar a gestão de dados estão contidos no Manual de Operações do Programa.

6.4 Quadro de Avaliação do Desempenho

Para melhorar a gestão e o acompanhamento do progresso do PARPA II, o Governo e os Parceiros de Desenvolvimento desenvolveram o Quadro da Avaliação do Desempenho (QAD) com base nos três pilares do PARPA II - Governação, Capital Humano e Desenvolvimento Económico. O QAD para o sector de Águas e o subsector do AASR são subconjuntos do pilar do Capital Humano. O QAD para o subsector do AASR é representado por um conjunto de "indicadores de ouro" mostrados na Tabela 6.3 abaixo.

Tabela 6.3 – "Indicadores de Ouro" para o Subsector do AASR

Eficácia
% de agregados familiares (AFs) que gastam menos de 30 minutos por dia a ir buscar água
% da população rural com acesso a abastecimento de água melhorada à distância de 500 metros
% da população rural com acesso a instalações sanitárias melhoradas
% de fontes de água em boas condições de funcionamento
Eficiência
N.º de fontes de água construídas por ano, novas e reabilitadas N.º de pequenos sistemas canalizados, novos e reabilitados, por ano N.º de escolas com novas fontes de água e instalações sanitárias por ano N.º de latrinas melhoradas construídas por ano N.º de Distritos com comercialização de peças sobressalentes e assistência às comunidades, por ano
Fundos disponíveis para alcançar as metas dos ODMs, com arranjos de apoio em funcionamento
Redução do rácio de actividades do AASR no PESOD fora-do-plano/fora-do-orçamento
% dos fluxos de ajuda ao subsector do AASR reportados no relatório de execução orçamental
% da ajuda ao subsector do AASR que usa os sistemas de procurement público
Equidade
% de comités de água com mulheres em posições-chave
% de agregados familiares e áreas pobres com acesso à água e ao saneamento
% de fontes de água mantidas e reparadas pelas comunidades, com normas e regulamentos de gestão pró-pobre

As matrizes do QLP e do QAD do Programa e o processo de planificação, monitoria e revisão (PMR) estão associados para o apoio ao fluxo e uso da informação, conforme apresenta a Figura 6-3 abaixo.

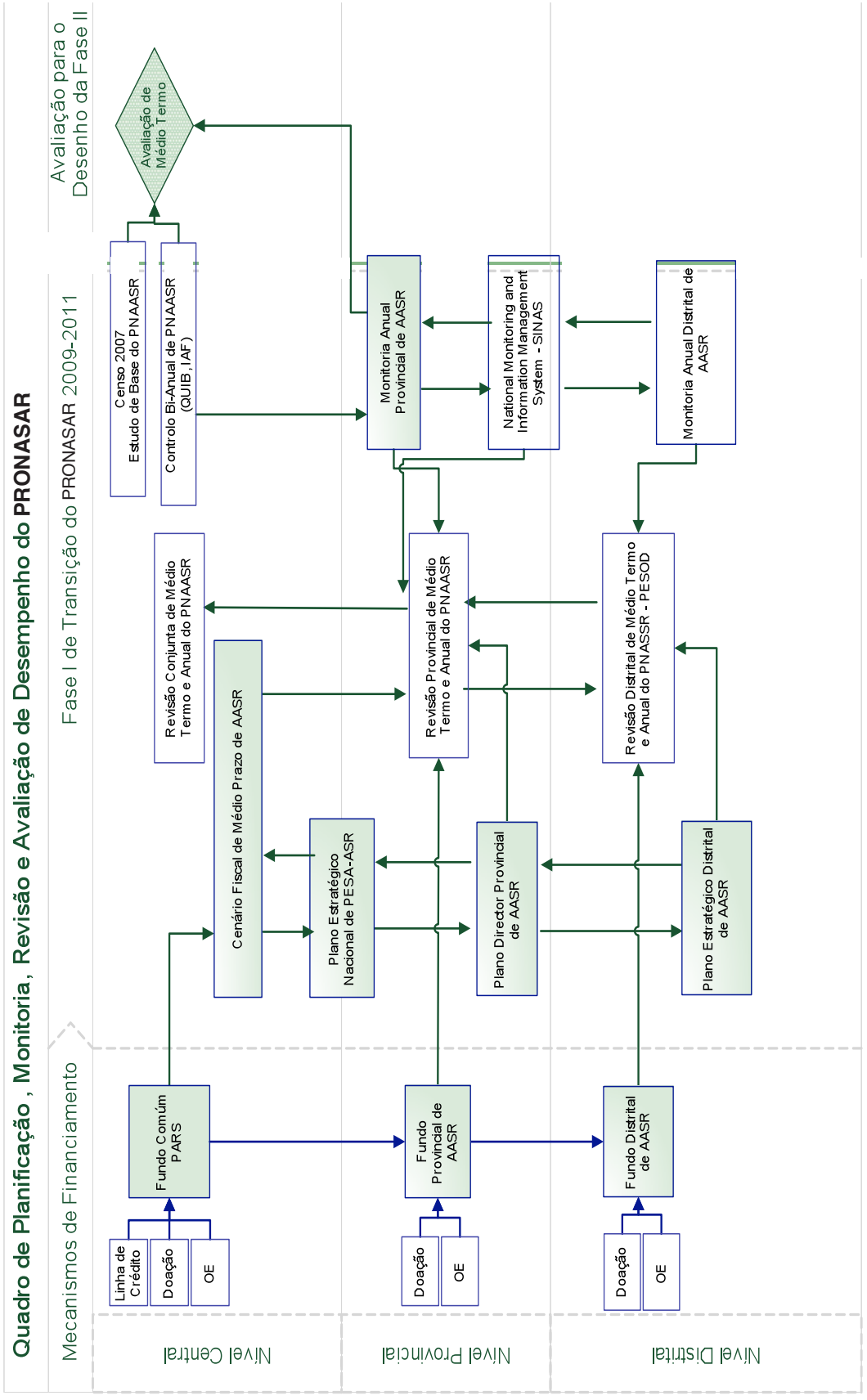

Quadro de Planificação , Monitoria, Revisão e Avaliação de Desempenho do PRONASAR
Mecanismos de Financiamento
Fase I de Transição do PRONASAR 2009-2011
Avaliação para o Desenho da Fase II
Nível Central
Nível Provincial
Nível Distrital
Linha de Crédito
Doação
OE
Fundo Comúm PARS
Doação
OE
Fundo Provincial de AASR
Doação
OE
Fundo Distrital de AASR
Cenário Fiscal de Médio Prazo de AASR
Plano Estratégico Nacional de PESA-ASR
Plano Director Provincial de AASR
Plano Estratégico Distrital de AASR
Revisão Conjunta de Médio Termo e Anual do PNAASR
Revisão Provincial de Médio Termo e Anual do PNAASR
Revisão Distrital de Médio Termo e Anual do PNASSR - PESOD
Censo 2007 Estudo de Base do PNAASR
Controlo Bi-Anual de PNAASR (QUIB, IAF)
Monitoria Anual Provincial de AASR
National Monitoring and Information Management System - SINAS
Monitoria Anual Distrital de AASR
Avaliação de Médio Termo

Figura 6-3 – Quadro de Planificação, Monitoria, Revisão e Avaliação de Desempenho do PRONASAR

7. Necessidades de Capacitação e Formação do Sub-sector do AASR

Uma fraca capacidade institucional constitui uma ameaça para o sucesso de um programa com o âmbito e a magnitude do PRONASAR. Existe, portanto, a necessidade de incrementar a capacidade tanto no sector público como no sector privado, para habilitar os actores a melhor desempenharem os papéis que lhes estão destinados no PRONASAR, bem como no sector de Águas em geral. Os maiores constrangimentos encontram-se em áreas como o *procurement* e gestão de contratos, gestão financeira e capacidade técnica aos níveis distrital e local. No sector privado, a capacidade de prestação serviços profissionais, desde consultorias a serviços do PEC, perfuração e investigação de águas subterrâneas, está puxada até aos seus limites e, em alguns casos, acima deles.

Assim, o PRONASAR apoiará o desenvolvimento de capacidades a todos os níveis dos sectores público e privado, bem como das ONGs, artesãos e organizações locais e comunitárias. Este apoio incluirá formação, tanto formal como não-formal e em trabalho, oferecendo oportunidades de negócio para o sector privado e fornecedores de serviços de formação, actividades do PEC, apoio à contratação de pessoal adicional para fins específicos, assistência técnica e equipamento, entre outras.

É importante que as actividades do Programa sejam estreitamente alinhadas e coordenadas com as actividades relevantes de capacitação institucional e formação actualmente realizadas pela DNA, as identificadas pelos planos directores provinciais, as apoiadas pelo PPFD II, bem como com os amplos esforços de descentralização do Governo, os quais incluem fundos para actividades do AASR descentralizados a partir do orçamento da própria DNA e os fundos de desenvolvimento locais.

Embora a capacitação institucional no seu sentido lato seja parte integrante de todas as componentes do Programa, conforme descrito nas secções anteriores deste documento, o enfoque do presente capítulo está nas instituições formais e nas actividades de formação que se prevê que joguem um papel importante no apoio ao PRONASAR.

7.1 Capacidade em Recursos Humanos

Os constrangimentos de recursos humanos podem enfraquecer o papel que a DNA, as DPOPH-DAS e os governos distritais devem desempenhar na implementação do presente Programa. Os recursos humanos são afectados pela migração de pessoal qualificado para outros sectores, especialmente para o sector privado, organizações internacionais e ONGs. Do ponto de vista do desenvolvimeno da capacidade do sector público este fenómeno é um sério motivo de preocupação, visto privar as organizações do sector público de pessoal qualificado e experiente.

Contudo, frequentemente esse pessoal não abandona completamente o sector, permanecendo disponível com outras funções, e pode prestar serviços como pessoal contratado ou consultores. No sector de Águas, a criação de instituições autónomas como o FIPAG, CRA, ARAs, etc., contribuiu para privar a DNA de pessoal qualificado e experiente. Esta tendência provavelmente irá continuar, à medida que forem sendo criadas outras entidades autónomas e entrarem em funcionamento novos projectos com apoio externo.

Apesar de a assistência técnica jogar um papel importante no subsector do AASR, demasiada dependência da assistência técnica poderá ser contraproducente para a criação de capacidade local e para a sustentabilidade dos sistemas, devido à duração limitada dessa assistência e ao enfoque insuficiente na transferência de conhecimentos e na formação do pessoal contraparte.

A crescente complexidade das tarefas de gestão, coordenação e comunicação no sector de Águas, incluindo o subsector do AASR, exige novas e maiores capacidades na recolha, análise e comunicação da informação, interagindo com um número crescente de partes interessadas, incluindo parceiros do desenvolvimento. O processo de descentralização em curso e o início de novos projectos no subsector representam novos desafios.

A actual falta de capacidade adequada no sector público não é só devida à falta de recursos humanos. Aspectos burocráticos e financeiros e os constrangimentos para entrar e trabalhar no sector público também jogam um papel, assim como a incapacidade de reter o pessoal por razões como as condições do serviço (salários e outros benefícios) e as perspectivas limitadas de progressão na carreira.

7.2 Formação Técnica e Profissional

O ensino superior em Moçambique sofreu grandes transformações estruturais e sistemáticas como resposta às mudanças políticas e socioeconómicas a nível nacional. O número de instituições e programas que oferecem e estudantes que recebem cresceu significativamente nos últimos anos.

Contudo, este crescimento tem sido maior nas áreas que exigem menor investimento em capital, como as ciências sociais, gestão e direito. Os cursos de ciências e engenharia, incluindo hidrogeologia, hidrologia e áreas relacionadas, ainda são muito limitados. Actualmente existem sómente três[55] instituições terciárias que oferecem cursos de engenharia civil com opção de especialização em água e saneamento. Ao nível do ensino médio só os Institutos Industriais em Maputo e na Beira[56] oferecem cursos de hidráulica/hidrologia. À excepção do CFPAS, outras instituições oferecem formação especializada em áreas específicas do sector, incluindo gestão, mas nenhuma em assuntos directamente relacionados com o abastecimento de água e saneamento rural.

Isto significa que o país tem carência de instituições de ensino em áreas técnicas relacionadas com o abastecimento de água e saneamento rural. Para satisfazer as necessidades de formação específicas do subsector do AASR, o governo criou o Centro de Formação Profissional de Água e Saneamento (CFPAS). O CFPAS está sedeado em Maputo e tem delegações em Tete, Beira e Nampula. O centro ministra formação formal e não-formal numa gama variada de assuntos relacionados com a água. Os seus cursos formais, com duração de um a três anos, produzem técnicos de nível básico e médio, enquanto a formação não--formal proporciona conhecimentos básicos sobre perfuração, mobilização social e gestão geral num mínimo de uma semana e um máximo de seis semanas.

Desde finais dos anos 1970 até recentemente o CFPAS tem desempenhado um papel importante na formação e no fornecimento de pessoal habilitado para as instituições vocacionadas para a água no país. O seu financiamento provém essencialmente do Governo e do apoio da Cooperação Suíça para o Desenvolvimento (SDC). Nos útimos 3 anos O CFPAS foi reestruturado e prevê-se para o futuro uma estratégia mais orientada para o negócio e dirigida à procura.

7.3 Instituições de Formação Nacionais

A relevância e flexibilidade dos cursos oferecidos, bem como a diversificação do tipo de instituições, oportunidades e tipos de formação, são princípios fundamentais para o desenvolvimento de capacidades que satisfaçam as necessidades em recursos humanos do subsector do AASR, presentes e futuras.

---

[55]Universidade Eduardo Mondlane, ISPU e ISCTEM.

[56]Há quatro institutos industriais de nível médio no país, em Maputo (só industrial), Beira (industrial e comercial), Chimoio (agrário), Nampula (industrial e comercial) e Moatize (situado na província de Tete, para cursos de geo-logia e minas).

Existe uma grande falta de formação orientada para o abastecimento de água e saneamento rural. A formação formal nas universidades e nos institutos de nível médio está muito orientada para as necessidades do abastecimento de água urbana. Há portanto uma necessidade urgente de mais instituições terciárias e institutos técnicos e vocacionais que forneçam formação formal em assuntos relacionados com o AASR, para criar capacidade em recursos humanos de resposta a um grande número de partes interessadas, incluindo as ONGs e o sector privado.

Dada a escassez de instituições formais e de formação para satisfazer necessidades específicas do subsector do AASR, a alternativa imediata é a oferta de acções de formação de curta duração orientadas para as necessidades. O CFPAS será chamado a desenvolver cursos de curta duração em resposta as necessidades específicas, em assuntos como abordagens participativas, *marketing* social, redes de comercialização, desenvolvimento de negócios, orçamentação e gestão e manutenção das instalações de água rural. Será disponibilizada assistência técnica para apoiar esta actividade, com recurso a especialistas nacionais, regionais e internacionais para a formação necessária.

Empresas e indivíduos com experiência em planificação e condução de programas de formação, em áreas como gestão financeira e de contratos, *procurement*, SIG e "*software*" relacionado e outros assuntos importantes para o subsector do AASR, poderão ser contratados para realizarem formação de curta duração.

A UFSA, unidade do MdF responsável pela formação em *procurement* público, será chamada para capacitar os principais actores do sector público e privado, como os governos distritais, empresas de perfuração, empreiteiros e fornecedores de bens e serviços.

Em Moçambique também existem empresas especializadas na prestação de serviços importantes para o subsector do AASR, como SIG, tecnologia e métodos de perfuração, investigação de água subterrânea e mapeamento das águas subterrâneas. Essas empresas poderão ser directamente contratadas para fornecer serviços e assim melhorar as capacidades no subsector do AASR.

7.4 Desenvolvimento de capacidades na DNA

Em 2005 foi feita na DNA uma análise dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças (SWOT) do sector público, incluindo a capacidade e recursos humanos, como parte do processo de reforma do sector público. Este exercício considerou a DNA como um todo e abrangeu todos os subsectores do sector de Águas. Os resultados deste exercício são apresentados abaixo, fornecendo um resumo das necessidades de formação da DNA em áreas importantes para o subsector do AASR.

Em anos recentes a DNA beneficiou de actividades orientadas para o desenvolvimento institucional e melhoria do desempenho do pessoal. A tabela que se segue apresenta as metas organizacionais identificadas pela DNA:

Tabela 7-1 – Marcos de Desenvolvimento - DNA

Horizonte Temporal	Meta organizacional
Actualidade	• Divulgação e implementação da Política Nacional de Águas • Implementação da descentralização • Aumento da competitividade do sector privado
2 anos	• Competências melhoradas em gestão de equipas • A DNA é um local de trabalho mais atractivo • As DPOPH-DAS têm pessoal novo e qualificado nas áreas técnicas e de gestão
5 anos	• A DNA consolidou e promove activamente a descentralização da implementação sectorial • As principais partes interessadas desempenham com eficácia as suas funções, em coordenação com a DNA
10 anos	• A DNA é uma organização dinâmica que apoia as entidades responsáveis pela gestão operacional do sector • Os principais intervenientes são capazes de desempenhar o seu papel com eficácia.

Fonte: Principais áreas de competência da DNA, Plano de Recursos Humanos a curto prazo, DNA, Dezembro 2003.

Em 2005 a DNA encomendou um Plano de Desenvolvimento dos Recursos Humanos, que incluiu a elaboração de um plano de formação identificando as competências-chave da DNA, como mostrado na figura 7.1 abaixo.

Figura 7.1 – Competências-chave da DNA

<table>
<tr><th>Área</th><th colspan="4">Competências-chave</th></tr>
<tr><td rowspan="8">Competências Específicas</td><td colspan="4">Capacitação Institucional</td></tr>
<tr><td colspan="4">Gestão de Projectos</td></tr>
<tr><td colspan="4">Monitoria, Recolha e Gestão da Informação</td></tr>
<tr><td colspan="4">Investigação e Desenvolvimento</td></tr>
<tr><td colspan="4">Negociações Internacionais</td></tr>
<tr><td colspan="4">Coordenação Intersectorial</td></tr>
<tr><td colspan="4">Regulamentação</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Competências Transversais</td><td colspan="2">Planeamento Estratégico e Operacional</td><td colspan="2">Avaliação e Relatórios</td></tr>
<tr><td>Gestão de Recursos Humanos</td><td>Gestão de TI</td><td>Admnistração e Logística</td><td>Gestão Financeira</td></tr>
</table>

Fonte: Principais Áreas de Competência da DNA, Plano de Recursos Humanos a Curto Prazo, DNA, Dez. 2003.

O Plano de Recursos Humanos identifica os requisitos para a optimização do fortalecimento organizacional, incluindo o recrutamento de 56 novos graduados dos níveis superior e médio e apoio à formação do pessoal existente na DNA. Esta formação era direccionada principalmente para cursos de ciências e tecnologia de nível básico, médio e universitário, para 100 trabalhadores, correspondentes a cerca de 75 % dos efectivos da DNA em 2005. O actual plano formação da DNA, com um orçamento proposto de USD 1,2 milhões para 2006-2010, apoia a descentralização e o desenvolvimento de competências funcionais entre o seu pessoal.

O objectivo do Plano é melhorar as ferramentas técnicas e de gestão e outras competências em áreas específicas. O plano inclui programas de formação académica e em programas de desenvolvimento institucional, como mostra a Tabela 7-2 abaixo.

Tabela 7-2 – Actividades de formação e número do pessoal envolvido – DNA (2010-2014)

Tipo	Actividade	Ano				
		2010	2011	2012	2013	2014
Formação Académica	Assuntos técnicos do AASR	1	1	1		1
	Secretariado	1				
	Politicas, gestão e administração	1	1			
	Bolsas de estudo no estrangeiro	3	3	3	3	3
	Bolsas para formação em línguas estrangeiras	18	18	18	18	18
	Bolsas de Estudo para formação em TIC	18	18	18	18	18
Desenvolvimento Institucional	Seminários internos de planificação da DNA	1	1	1	1	1
	Seminários anuais de planificação estratégica do sector de Águas	1	1	1	1	1
	Seminários de avaliação intercalar	1	1	1	1	1
	Workshops de desenvolvimento para gestores	1	1	1	1	1
	Workshops intra-departamentais para troca de exeriências	4	4	4	4	4
TOTAL		36	36	36	36	36

Fonte: Plano de Desenvolvimento dos Recursos Humanos, DNA, Dez. 2005.

O levantamento das necessidades de formação foi revisto em Janeiro de 2008 e incluiu as necessidades de formação de quadros individuais. A DNA-DRH, como parte da reforma institucional em curso para melhorar a implementação da política e estratégia do sector de Águas, encomendou uma consultoria para avaliar as competências e as lacunas de conhecimentos do pessoal da DNA e das DPOPHs. A consultoria preparará uma avaliação das necessidades de formação e um plano de formação a serem incluídos nos planos de desenvolvimento anuais e a médio prazo a esses níveis. Embora o Plano de Formação possa dar ênfase ao pessoal técnico, complementará as actividades de capacitação institucional em curso e acima descritas.

7.5 Avaliação de Capacidades

7.5.1 Nível Provincial

A descentralização no subsector do AASR é apoiada pela DNA por intermédio da descentralização financeira e do apoio à planificação e monitoria e, em algumas províncias, por projectos dom financiamento externo. Foi feita uma avaliação das capacidades com base em documentação existente, estudos anteriores, lições aprendidas e relatórios finais e de avaliação de projectos[57]. O enfoque ao nível central é na planificação e gestão, enquanto a província é o nível chave para a gestão da implementação e o distrito é o nível onde ocorrem a planificação participativa, a gestão descentralizada e algumas acções de *procurement*. O distrito é de capital importância para o PRONASAR visto ter sido definido pelo Governo como a base da planificação para actividades de desenvolvimento.

A título de exemplo, as DPOPHs da Zambézia, Tete, Manica e Sofala melhoraram a capacidade das suas Secções de Planificação e Monitoria com o apoio do ZAMWAT e de outros projectos, e espera-se que as DPOPHs nestas províncias recebam ainda ajuda e apoio adicionais do UNICEF.

Nas províncias de Niassa e da Zambézia a Water Aid está a prestar apoio financeiro e técnico às DPOPH-DAS, e nas províncias de Cabo Delgado e Nampula a CARE apoia a capacitação das DPOPH-DAS. As recentes avaliações realizadas por agências de desenvolvimento e ONGs envolvidas na capacitação institucional concluíram que a capacidade das DPOPH-DAS não é suficiente para cumprir com todas as suas responsabilidades no subsector do AASR. Os DASs foram capazes de recrutar novo pessoal, mas este pessoal requer ainda formação e apoio adicionais para ter um desempenho eficaz.

Uma avaliação realizada em Cabo Delgado e Nampula[58] concluiu que, apesar de as instituições provinciais terem já capacidade suficiente em muitas áreas para implementar aspectos técnicos de actividades de pequena e média dimenssão no âmbito do AASR, é ainda necessário apoio técnico em áreas como *procurement*, gestão e monitoria e especialmente para melhorar o fluxo de informação entre os níveis provincial, distrital e local.

Uma recente avaliação da capacidade do sector do AASR na província de Sofala[59] emanou as seguintes recomendações:

- Devem ser promovidas a capacitação institucional e a gestão melhorada do conhecimento no sector de Águas, porque estas áreas contribuem para o alcance das metas dos ODMs. Melhorar o conhecimento e incrementar o número e as capacidades das pessoas formadas em água e saneamento é essencial para a sustentabilidade dos programas de infra-estruturas;
- A DNA deve apoiar o processo de capacitação institucional e actividades de gestão do conhecimento ao nível provincial, e usar a experiência para implementar a capacitação institucional do AASR em todas as províncias;
- A capacitação institucional ao nível provincial é uma necessidade importante para o sector da água rural. A estreita colaboração com outras actividades de capacitação institucional, como por exemplo as realizadas pelo CFPAS, é importante para o uso eficiente dos recursos humanos, institucionais e financeiros;
- É recomendada a abordagem SWAP para o financiamento. Os doadores devem coordenar os seus esforços para apoiar a capacitação institucional no sector de Águas. Todos os doadores activos em capacitação institucional e investigação no sector de Águas devem coordenar os seus esforços para elaborarem, juntamente com a DNA, uma estratégia uniforme até que os fundos possam ser canalizados usando uma abordagem SWAP;
- É importante as necessidades de treino vocacional serem identificadas durante o trabalho de campo, não como uma situação estática, mas para reflectir as mudanças em curso no subsector do AASR. Portanto, as necessidades de capacitação institucional devem ser constantemente redefinidas por intermédio de um processo de resposta à procura;
- Para além da criação de procura pelas partes interessadas, mais estudos podem ser feitos para redefinir a procura usando entrevistas com as principais partes interessadas, incluindo utilizadores, comités de água, implementadores, empresas privadas, ONGs e EPARs. Isto contribuirá para um definir a procura de forma mais exacta em cada subárea do sector de Águas;
- As instituições locais relevantes devem ser envolvidas nos futuros trabalhos de capacitação institucional. Existem muitas instituições de investigação e de ensino competentes, com longa experiência e conhecimento do ambiente local. Essas instituições incluem a Universidade Eduardo Mondlane, a Ordem dos Engenheiros e o Cruzeiro do Sul, entre outras;
- Para aumentar a previsibilidade do financiamento e a sustentabilidade da capacitação institucional ao nível provincial quando termina o financiamento externo, é essencial a elaboração de um plano de capacitação institucional a longo prazo.

O Programa apoiará a inclusão de avaliações de capacidade nos planos directores provinciais de AASR, novos e actualizados, e no desenho das futuras actividades do subsector do AASR.

7.5.2 Nível distrital

A nível distrital e local a fraca capacidade limita a implementação das actividades de AASR aos níveis distrital e local. Na maior parte dos Distritos, a capacidade de planificar, gerir e monitorar as actividades de AASR é fraca. O actual PPFD e a LOLE, permitem que os Distritos empreguem técnicos com capacidades e qualificações relevantes, dentro dos limites orçamentais.

O governo distrital inclui o Serviço de Planeamento e Infra-estruturas com responsabilidades no abastecimento de água e saneamento rural. O serviço também recolhe, regista e divulga informação e faz o controlo da qualidade das obras de infraestruturas a nível distrital.

[57]Rural Water Point Installation: Institutional Review, para o MCC, Baker, 2006; Staff Training and Development Plan, Drinking Water Project, Mozambique, Vitens, 2006; SWOT Analysis, Water Sector, 2007; Mozambique Water and Sanitation Project, Feasibility Study, MCC, 2006; National Water Development Project, Relatório Trimestral, Banco Mundial, 2006; relatórios dos projectos WSUP, HAUPA, CARE; vários documentos pela WaterAid.

[58]Institutional Review and Interim Report, Rural Water Points Installation, Millennium Challenge Corporation, (MCC), Michael Baker Jr., Inc., Junho de 2006.

[59]Capacity Building and Knowledge Enhancement for Rural Water Supply and Sanitation in Sofala, Mozambique, por David Clement, University of Natural Resources and Applied Life Sciences, Viena, 2007.

Os Distritos enfrentam um certo número de desafios para gerir efectivamente as actividades do abastecimento de água e saneamento. Os recursos humanos são limitados e pobremente equipados e em alguns casos possuem capacidades técnicas e de gestão limitadas, principalmente em áreas como recolha e análise de dados, planificação e monitoria. Além disso, a formação do pessoal é feita muitas vezes de forma *ad hoc*. Crescente responsabilidade pelo *procurement* e monitoria de contratos de abastecimento de água, assim como pela gestão de fundos descentralizados, também está a ser devolvida para as administrações distritais.

Nos distritos da província de Nampula o pessoal técnico está a ser formado pela DPOPH-DAS em planificação, orçamentação e monitoria das actividades de abastecimento de água e saneamento, através do CFPAS e com apoio da CARE. A formação responde à necessidade de treinar o pessoal técnico distrital no uso dos sistemas do Governo para planificação, orçamentação, *procurement*, monitoria e prestação de contas, já que muitos dos técnicos distritais são recém-contratados com experiência de trabalho limitada.

A DNA-DRH encomendou uma consultoria para avaliar as necessidades de formação a nível distrital e identificar as capacidades do pessoal técnico do distrito. Os resultados desta consultoria serão usados para planificar futuras actividades de formação, com enfoque no pessoal técnico dos Serviços Distritais de Planificação e Infraestruturas (SDPI).

Para fortalecer a capacidade a nível distrital para planificação, fiscalização da construção e manutenção das instalações do AASR, o Programa apoiará a formação em áreas como planificação, *procurement* público, gestão financeira e de contratos, fiscalização da construção, métodos de planificação participativa, mapeamento da pobreza e monitoria/prestação de contas.

7.6 Outros Intervenientes

7.6.1 Sector Privado

O sector privado desempenha um papel importante no subsector AASR em actividades como identificar o local e abrir furos, desenhar e construir pequenos sistemas de abastecimento de água, reabilitar e reparar instalações de abastecimento de água, fornecer bombas manuais e peças sobressalentes, PEC e serviços de consultoria, entre outras. A capacidade do sector privado para realizar de forma eficaz um crescente volume de trabalho no subsector de AASR é pois crítica para a expansão e sustentabilidade dos serviços e para o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Estima-se que existem actualmente cerca de 20 empresas perfuradoras operando em Moçambique, na sua maioria pequenos negócios com uma ou duas máquinas perfuradoras. Essas empresas também desenvolvem trabalhos para clientes privados, o que ainda limita mais a sua capacidade de realizar outro trabalho. Existem também poucas empresas especializadas em investigação de água subterrânea, mapeamento e fiscalização de obras de perfuração. O Programa providenciará pacotes de oportunidades de negócio que servirão de incentivo para outros actores entrarem no mercado. As actividades de desenvolvimento de negócios do Programa identificarão e encorajarão a formação de parcerias do tipo *joint venture* entre empresas moçambicanas e com empresas estrangeiras.

Para certos contratos será considerada a utilização de concursos públicos internacionais, para alargar a gama de concorrentes potenciais. Áreas importantes para a capacitação do sector privado incluem os procedimentos de *procurement* do sector público, estudos de viabilidade, gestão de contratos, custeio e orçamentação, controle de qualidade e prestação de contas (relatórios). Ao nível local, será necessária formação para pequenos empreiteiros, em *procurement* e custeio, novas técnicas de desenho, uso de novos equipamentos e operação e manutenção das instalações de abastecimento de água. O Programa encorajará os pequenos empreiteiros a participarem em concursos para fornecimento de bens e serviços, bem como apoiará a formação de artesãos, e servirá de "mercado" para os seus serviços.

7.6.2 ONGs

Existe um número elevado de ONGs internacionais bem posicionadas e com competências para a promoção de actividades da AASR, como a CARE, Water Aid, Helvetas e Aga Khan Foundation, entre outras. Estas organizações providenciam formação, capacitação institucional e outro apoio a ONGs parceiras, assim como ao pessoal provincial e distrital, em áreas como planificação, actividades do PEC, fiscalização, monitoria, desenvolvimento de redes de comercialização, testes-piloto de alternativas de tecnologias e de comercialização de peças sobressalentes.

As ONGs também providenciam apoio técnico e outras formas de capacitação ao pessoal distrital, conselhos ao nível local, organizações comunitárias e outros intervenientes, incluindo formação aos fóruns de água e saneamento a nível distrital e local.

Visto estas ONGs tenderem a ter uma presença duradoura e uma abordagem programática em áreas específicas, estão bem posicionadas para providenciar apoio a longo prazo às actividades da AASR aos níveis provincial, distrital e local. No decorrer do programa, as ONGs serão encorajadas e apoiadas para expandir as suas áreas de intervenção para novos Distritos dentro da mesma província. As ONGs de maior relevo receberão informação e orientação sobre os princípios, abordagens, procedi-mentos, instrumentos e recursos do Programa, e serão consideradas como parceiros do Programa.

7.6.3 Comunidades

Serão criados Comités de Água e Saneamento a nível comunitário, para planificar, gerir e serem responsabilizados pela operação e manutenção das instalações de abastecimento de água concluídas, para promover e apoiar as actividades de saneamento e higiene.

A planificação também irá requerer o conhecimento e uso de métodos participativos, para identificar os agregados familiares pobres e vulneráveis, mobilizar contribuições para o custo de capital e gerar a procura de serviços melhorados. Assume-se que a maioria das organizações comunitárias necessitará de apoio extensivo e de longo prazo para se capacitarem na realização dessas funções de forma eficaz. As comunidades não só necessitarão de capacidades técnicas e de gestão, como também de conhecimentos em áreas como métodos de promoção de higiene e saneamento, planificação financeira, qualidade da água e questões ligadas com os recursos hídricos.

O programa apoiará a formação e capacitação das organizações comunitárias, através de ONGs e do sector privado. Um instrumento importante para desenvolver ou complementar a capacidade da comunidade é a selecção de um modelo apropriado de gestão para as instalações de abastecimento de água concluídas. Os modelos de gestão incluirão o envolvimento do sector privado para realizar certas funções que estão para além das capacidades das organizações comunitárias.

Para melhor desenvolver a capacidade das comunidades no desempenho do seu papel e responsabilidades, o Programa promoverá e apoiará a "legalização" das organizações

comunitárias e a formalização do seu relacionamento com as autoridades locais, por intermédio do uso das leis, regulamentos e outros instrumentos legais aplicáveis relacionados com a formação de conselhos consultivos locais, associações, autoridades comunitárias, etc. A capacidade das comunidades será monitorada com indicadores do QAD do Programa, verificados em visitas de supervisão periódicas, avaliações, auditorias técnicas e outros meios.

7.7 Plano de Formação AASR

Será preparado um plano de formação para atender as necessidades de organizações e pessoal a todos os níveis, acompanhado do seu orçamento indicativo, para guiar a planificação, implementação e monitoria da formação. O plano de formação incluirá os planos indicativos dos cursos, a avaliação da formação e formatos de relatórios. Serão apresentados no Manual de Operações do Programa um plano de formação e orçamento detalhados.

A DNA-DHR será responsável pela formação, orçamentação, coordenação, supervisão e monitoria do plano de formação do Programa. Para evitar duplicação e maximizar o impacto da formação, o Programa coordenará de perto as suas actividades de formação com as realizadas pela UTRESP/UTRAFE, UFSA, DPFP, CFPAS e outros.

8. Planos de Preparação e de Implementação do Programa e Orçamento -(FASE I)

8.1 Planos de Preparação e Implementação do Programa

Conforme explicado anteriormente, a implementação bem sucedida do Programa depende da prontidão e capacidade de os intervenientes-chave a todos os níveis contribuírem para os objectivos do Programa. O período anterior ao início do Programa, em meados de 2010, foi usado para as acções preparatórias que melhorem a "qualidade de entrada" e aumentem as oportunidades de sucesso. Essas acções preparatórias são mostradas na Figura 8-1 abaixo.

A nível central, espera-se que a DNA e os parceiros de desenvolvimento realizem diversas acções preparatórias que facilitem o arranque do Programa. Após o lançamento do Programa a nível central, haverá diversas actividades a serem realizadas aos níveis provincial e distrital, antes do início da implementação nesses níveis.

O Plano de Preparação do Programa apresentado abaixo mostra a periodicidade/calendarização aproximada das actividades e eventos que levarão ao início oficial do Programa, previsto para 2010.

Figura 8-1 – Plano Preparatório do PRONASAR até meados de 2010

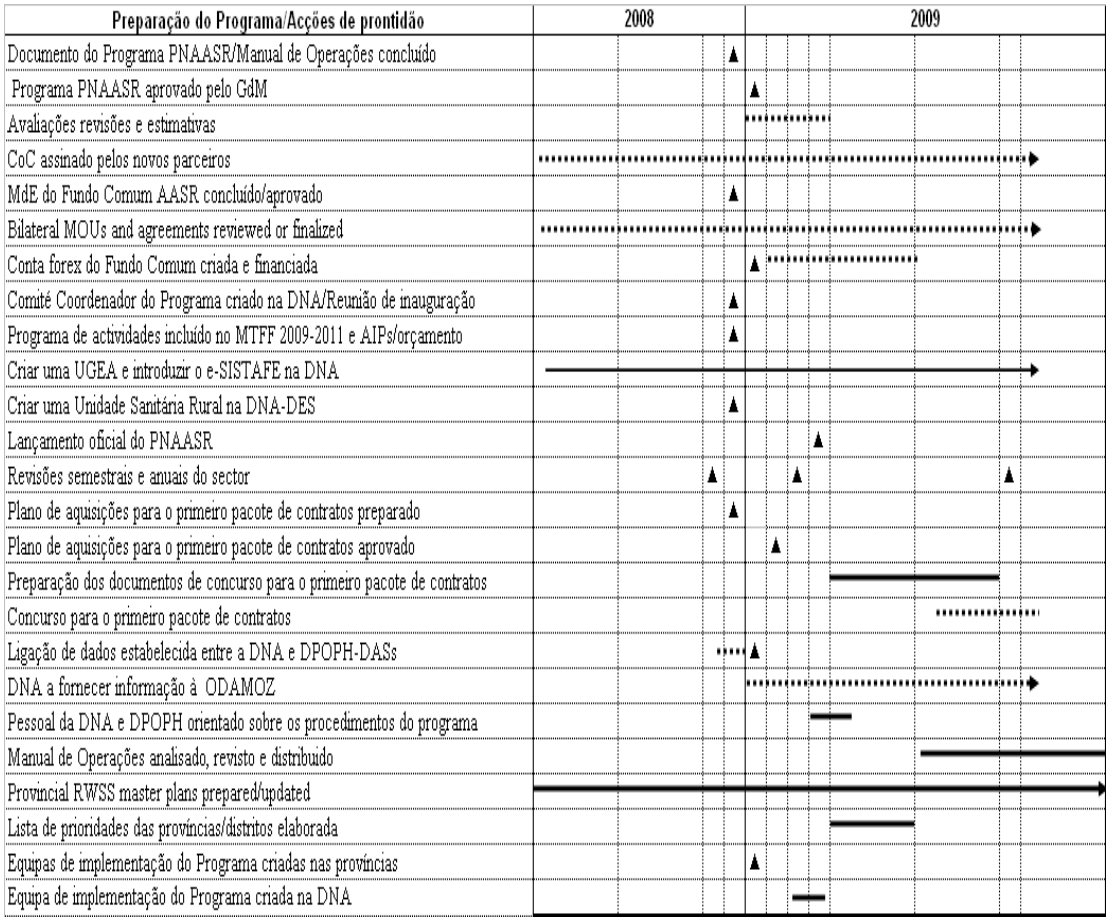
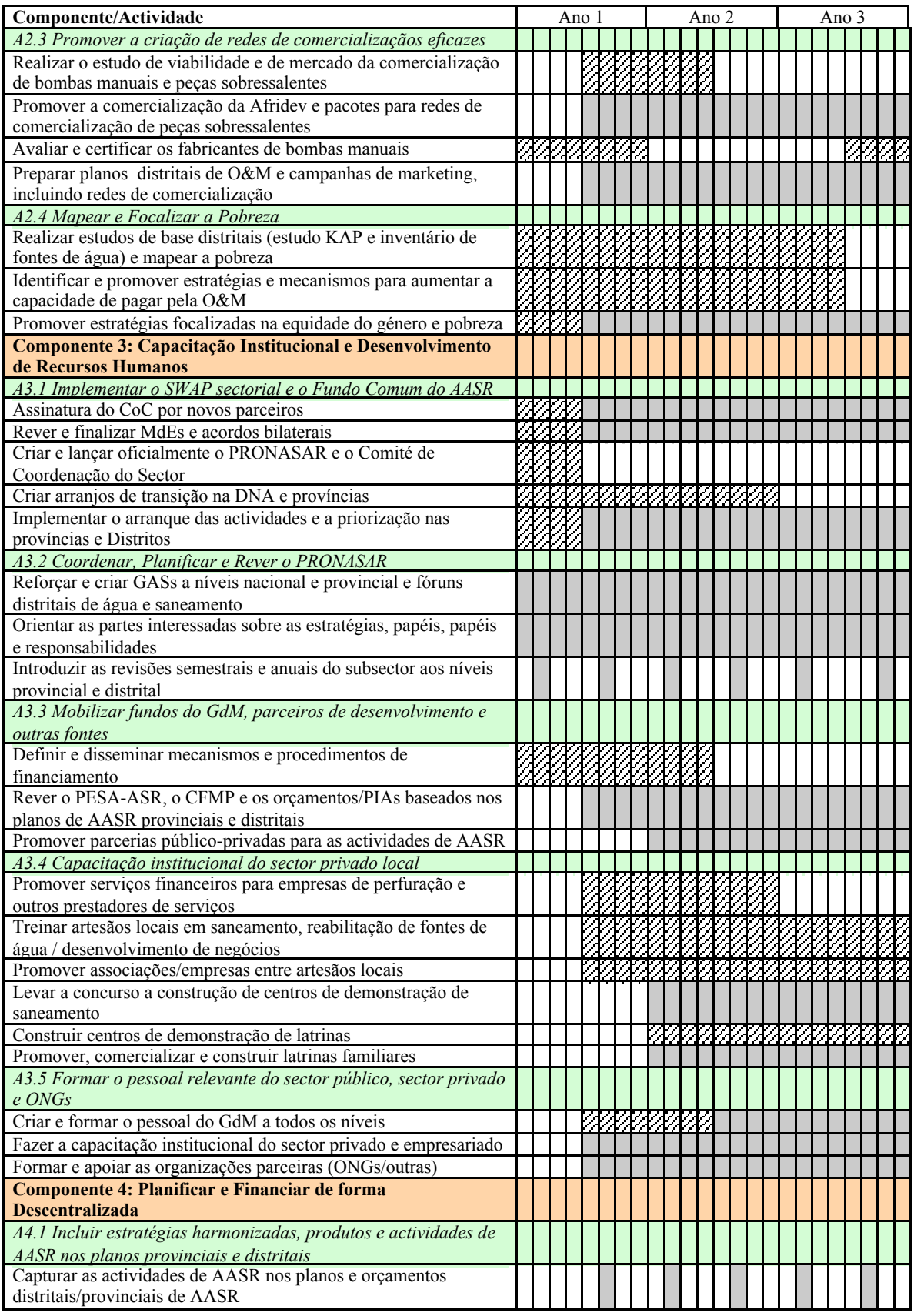

Preparação do Programa/Acções de prontidão
2008
2009
Documento do Programa PNAASR/Manual de Operações concluído
Programa PNAASR aprovado pelo GdM
Avaliações revisões e estimativas
CoC assinado pelos novos parceiros
MdE do Fundo Comum AASR concluído/aprovado
Bilateral MOUs and agreements reviewed or finalized
Conta forex do Fundo Comum criada e financiada
Comité Coordenador do Programa criado na DNA/Reunião de inauguração
Programa de actividades incluído no MTFF 2009-2011 e AIPs/orçamento
Criar uma UGEA e introduzir o e-SISTAFE na DNA
Criar uma Unidade Sanitária Rural na DNA-DES
Lançamento oficial do PNAASR
Revisões semestrais e anuais do sector
Plano de aquisições para o primeiro pacote de contratos preparado
Plano de aquisições para o primeiro pacote de contratos aprovado
Preparação dos documentos de concurso para o primeiro pacote de contratos
Concurso para o primeiro pacote de contratos
Ligação de dados estabelecida entre a DNA e DPOPH-DASs
DNA a fornecer informação à ODAMOZ
Pessoal da DNA e DPOPH orientado sobre os procedimentos do programa
Manual de Operações analisado, revisto e distribuido
Provincial RWSS master plans prepared/updated
Lista de prioridades das províncias/distritos elaborada
Equipas de implementação do Programa criadas nas províncias
Equipa de implementação do Programa criada na DNA

Figura 8-2 – Plano de Implementação do Programa - Fase I

Componente/Actividade
Ano 1
Ano 2
Ano 3
Componente 1: Aumentar a Cobertura do Abastecimento de Água e Saneamento Rural
A1.1 Aumentar a capacidade de implementação, qualidade e prestação de serviços de água e saneamento rural (AASR)
Apoiar joint ventures e pacotes de negócios de AASR
Fortalecer a capacidade financeira e de gestão por intermédio de parcerias e pacotes de negócios
Fazer procurement para serviços de pesquisa geofísica, perfuração e fiscalização
Entregar atempadamente os serviços de localização, construção e fiscalização
Encomendar o plano de correcção de defeitos
A1.2 Construir instalações sanitárias em escolas e centros de saúde
Seleccionar escolas e postos de saúde prioritários com o MEC e MISAU
Levar a concurso as instalações de água e saneamento em escolas/postos de saúde
Construir latrinas/instalações de água em escolas/postos de saúde
Promover actividades de água, saneamento e higiene nas escolas
A1.3 Reabilitar as instalações de abastecimento de água
Avaliar tecnicamente as fontes de água avariadas
Elaborar o plano distrital para reparação/reabilitação das fontes de água avariadas
Promover a O&M nas fontes de água existentes
Fazer o procurement para reabilitar as fontes de água
A1.4 Aumentar a eficiência e eficácia do PEC
Conceber e implementar a metodologia para o PEC Zonal e integração do PP na planificação distrital
Fazer o procurement do PEC Zonal para a promoção da água, higiene e saneamento
Elaborar o plano distrital, informar e mobilizar a comunidade e criar a procura
Dar formação em O&M e apoio pós-construção à gestão das fontes de água
A1.5 Promover o Saneamento Total Liderado pela Comunidade e a higiene
Fazer a planificação distrital para atingir o saneamento total
Formar os líderes e promotores comunitários
Promover actividades de água, higiene e saneamento
Monitorar a água, higiene e saneamento e dar incentivos
Componente 2: Opções Tecnológicas e de Gestão
A2.1 Experimentar, promover e adoptar tecnologias alternativas para o abastecimento de água
Mapear a água subterrânea, as opções de tecnologia e a qualidade da água
Testar tecnologias e abordagens alternativas, incluindo redes de comercialização
Expandir as tecnologias aprovadas e os sistema de comercialização eficazes
A2.2 Promover opções de manutenção e reparação sustentáveis e eficazes
Identificar e promover modelos de gestão alternativos
Promover o sector privado/ONGs para a gestão e assistência às fontes de água


Componente/Actividade
Ano 1
Ano 2
Ano 3
A2.3 Promover a criação de redes de comercializações eficazes
Realizar o estudo de viabilidade e de mercado da comercialização de bombas manuais e peças sobressalentes
Promover a comercialização da Afridev e pacotes para redes de comercialização de peças sobressalentes
Avaliar e certificar os fabricantes de bombas manuais
Preparar planos distritais de O&M e campanhas de marketing, incluindo redes de comercialização
A2.4 Mapear e Focalizar a Pobreza
Realizar estudos de base distritais (estudo KAP e inventário de fontes de água) e mapear a pobreza
Identificar e promover estratégias e mecanismos para aumentar a capacidade de pagar pela O&M
Promover estratégias focalizadas na equidade do género e pobreza
Componente 3: Capacitação Institucional e Desenvolvimento de Recursos Humanos
A3.1 Implementar o SWAP sectorial e o Fundo Comum do AASR
Assinatura do CoC por novos parceiros
Rever e finalizar MdEs e acordos bilaterais
Criar e lançar oficialmente o PRONASAR e o Comité de Coordenação do Sector
Criar arranjos de transição na DNA e províncias
Implementar o arranque das actividades e a priorização nas províncias e Distritos
A3.2 Coordenar, Planificar e Rever o PRONASAR
Reforçar e criar GASs a níveis nacional e provincial e fóruns distritais de água e saneamento
Orientar as partes interessadas sobre as estratégias, papéis, papéis e responsabilidades
Introduzir as revisões semestrais e anuais do subsector aos níveis provincial e distrital
A3.3 Mobilizar fundos do GdM, parceiros de desenvolvimento e outras fontes
Definir e disseminar mecanismos e procedimentos de financiamento
Rever o PESA-ASR, o CFMP e os orçamentos/PIAs baseados nos planos de AASR provinciais e distritais
Promover parcerias público-privadas para as actividades de AASR
A3.4 Capacitação institucional do sector privado local
Promover serviços financeiros para empresas de perfuração e outros prestadores de serviços
Treinar artesãos locais em saneamento, reabilitação de fontes de água / desenvolvimento de negócios
Promover associações/empresas entre artesãos locais
Levar a concurso a construção de centros de demonstração de saneamento
Construir centros de demonstração de latrinas
Promover, comercializar e construir latrinas familiares
A3.5 Formar o pessoal relevante do sector público, sector privado e ONGs
Criar e formar o pessoal do GdM a todos os níveis
Fazer a capacitação institucional do sector privado e empresariado
Formar e apoiar as organizações parceiras (ONGs/outras)
Componente 4: Planificar e Financiar de forma Descentralizada
A4.1 Incluir estratégias harmonizadas, produtos e actividades de AASR nos planos provinciais e distritais
Capturar as actividades de AASR nos planos e orçamentos distritais/provinciais de AASR

Componente/Actividade	Ano 1								Ano 2								Ano 3							
Preparar/actualizar e implementar planos directores provinciais e planos distritais de AASR																								
Melhorar a disponibilidade e desembolsos de fundos para satisfazer as obrigações financeiras																								
A4.2 Implementar a planificação participativa nos Distritos																								
Priorizar as áreas de maior pobreza e menor cobertura na promoção e implementação																								
Definir critérios de prontidão da comunidade no processo de planificação distrital																								
Promover a participação da comunidade, especialmente das mulheres e dos pobres, na planificação distrital do AASR																								
A4.3 O SINAS recebe informação sobre o AASR dos níveis provincial e distrital																								
SINAS desenhado, testado e disseminado																								
Realizar monitoria/auditorias técnicas e financeiras/fiscalização independentes																								
Estabelecer ligação de dados entre a DNA, INE e ODAMOZ																								
Acordar, monitorar e verificar os indicadores de ouro e do QLP/PMR do PRONASAR																								
A4.4 Análises e aprovações																								
Rever e distribuir o MIPAR e outros manuais relevantes																								
Preparar, aprovar e disseminar o Manual de Operações do PRONASAR																								
Realizar as revisões anuais e semestrais do sector																								
Rever o programa PRONASAR, documentar e disseminar as lições																								

Actividade contínua	
Actividade periódica	

8.2 Orçamento do Programa – FASE I (2010-2012)

O presente orçamento mostra os recursos financeiros necessários para a implementação da FASE I do Programa (2010-2012). O orçamento reflecte os recursos necessários para alcançar os objectivos, produtos e implementar as actividades do Programa.

O custo total do Programa na FASE I é de USD 132.1 Milhões. Durante a preparação dos planos de implementação anuais preparar-se-ão orçamentos anuais detalhados para as actividades ao nível central e para as províncias e distritos. Os orçamentos serão apresentados para aprovação ao MPD e MdF e ao Comité de Coordenação do Sector para informação.

Realizar-se-ão revisões dos orçamentos anuais em conformidade com os procedimentos governamentais. Os futuros orçamentos anuais do programa receberão informação dos planos directores provinciais de AASR assim que estes estiverem disponíveis.

Serão preparados pela DNA-DAF relatórios trimestrais e anuais de execução orçamental, os quais irão conter informação sobre a execução orçamental do subsector do AASR.

Tabela 8-1 – Custos do Programa – FASE I[1]

Necessidades de Investimento Estimadas para Fontes de Água Dispersas (Milhões de USD)

Componente/Item	Ano			Total	%
	2010	2011	2012		
Aumento Sustentável da Cobertura por AASR					
Fontes de água rural (poços e furos)	18.5	18.6	20.4	57.47	45.7
Promoção da Higiene e Saneamento	3.1	8.3	9.6	21.0	16.7
Sub-Total - Aumento Sustentável da Cobertura por AASR	**21.6**	**26.92**	**30.0**	**78.47**	**62.4**
Apoio à Planificação Descentralizada					
Planos directores provinciais de AASR	1.0	-	-	1.0	0.8
Planeamento distrital do AASR	0.6	0.6	0.8	2.0	1.6
Supervisão e Monitoria Distrital do AASR	0.4	0.9	1.6	2.9	2.3
Equipamento e veículos	2.4	2.5	2.9	7.8	0.1
Apoio técnico às Províncias e Distritos	0.03	0.03	0.03	0.1	0.1
Sub-Total Apoio à Planificação Descentralizada	**4.43**	**4.03**	**5.33**	**13.8**	**11.0**
Capacitação					
Sector público	1.33	1.737	2.42	5.5	4.4
Capacitação do sector privado	0.2	0.3	0.4	1.0	0.8
ONGs	0.1	0.4	0.5	1.0	0.8
Sub-Total de Capacitação	**1.6**	**2.4**	**3.4**	**7.4**	**5.9**
Opções Tecnológicas e Modelos de Gestão	**0.6**	**3.2**	**1.8**	**5.6**	**4.5**
Outros					
Assistência técnica	2.1	4.7	3.6	10.4	8.3
Gestão do Programa (5%)	1.5	2.1	2.2	5.8	4.6
Advocacia do Programa e Desenho de Políticas (5%)	0	0	0	0	-
Contingências/Não-alocado (3.5%)	1.1	1.5	1.6	4.2	3.3
Sub-Total Outros	**4.7**	**8.3**	**7.4**	**20.4**	**16.2**
Total de Fontes de Água Dispersas	**32.9**	**44.9**	**47.9**	**125.7**	**100**
Necessidades de Investimento Estimadas - Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água Rural (Milhões de USD					
Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água Rural	**2.6**	**1.0**	**1.1**	**4.7**	**73.2**
Outros					
Gestão do Programa (10%)	0.1	0.05	0.56	0.74	11.5
Advocacia do Programa e Desenho de Políticas (5%)	0	0	0	0	0.0
Contingências/Não-alocado (10%)	0.90	0.04	0.04	0.98	15.2
Sub-Total Outros	**1.0**	**0.1**	**0.6**	**1.7**	**26.8**
Total de Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água Rural	**3.6**	**1.1**	**1.7**	**6.4**	**100**
Sumário das Necessidades de Investimento (milhões de USD)					
Fontes de Água, Higiene e Saneamento Rural	32.9	44.9	47.9	125.7	**95.1**
Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água	3.63	1.088	1.699	6.417	**4.9**
Total	**36.5**	**46.0**	**49.6**	**132.1**	**100**

[1]Ver no Anexo 7 os pressupostos utilizados na preparação deste orçamento.
[2]Incluídos 4% taxa de inflacção anual.

Serão preparados orçamentos anuais detalhados para as actividades ao nível central e para as províncias e distritos, durante a preparação dos planos de implementação anual (PIAs) em 2010. A nível central serão submetidos orçamentos consolidados ao MOPH, MPD e MdF para aprovação e ao Comité de Gestão do Programa e Comité de Coordenação do Sector para informação e comentários.

As revisões dos orçamentos anuais serão efectuadas em conformidade com os procedimentos governamentais existentes. Os futuros orçamentos anuais serão informados pelos planos directores provinciais e pelo CFMP 2009-2011 revisto, assim que estiverem disponíveis.

Relatórios sectoriais de execução orçamental serão preparados trimestral e anualmente pela DNA-DAF e submetidos ao Comité de Gestão do Programa e ao Comité de Coordenação do Sector, para informação e comentários.

Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural

ANEXOS

Anexo 1 Quadro da Política e da Planificação Sectorial e Nacional

Quadro da Política do Sector

A anterior Lei Nacional de Águas foi aprovada em 1995 e define as competências e princípios gerais do uso dos recursos hídricos do país. A Política Nacional de Águas (PNA)[1] foi também aprovada em 1995. Em 2007, a PNA foi revista no contexto dos ODMs e das experiências de dez anos de reforma do sector, tornando-se na Política de Águas (PA). Para o abastecimento de água e saneamento rural, a PA reforça a maioria dos princípios estabelecidos na sua anterior versão:

- Implementação do Princípio da Procura, através da participação dos consumidores finais no processo de tomada de decisão, com atenção especial para a participação da mulher, a contribuição para os custos do capital, a cobrança de taxas pela água para cobrir o operação, manutenção, reparação e custos de substituição das instalações de água.
- O nível mínimo de serviço para a cobertura por abastecimento de água rural é uma fonte de água protegida para 500 habitantes fornecendo um mínimo de 20l/pessoa/dia. As tecnologias aceitáveis para fontes de água protegidas são: furos ou poços cavados à mão apetrechados com bombas manuais; sistemas de captação da água da chuva; nascentes protegidas; e pequenos sistemas de água canalizada para comunidades rurais pequenas. A selecção da opção tecnológica é uma decisão informada, tomada pelos utilizadores finais com base na sua capacidade e vontade de pagar pelos custos de capital e de funcionamento;
- O nível mínimo de serviço para a cobertura por saneamento rural é a latrina melhorada. O custo de construção é da responsabilidade dos agregados familiares. Os recursos do Sector estão concentrados na promoção da água, higiene e saneamento, assim como na criação de capacidade entre artesãos locais para construírem latrinas melhoradas ao nível da comunidade.

Adicionalmente, a nova PA abre a possibilidade de novos mecanismos de apoio, tais como:

- O envolvimento do sector privado local ou de indivíduos, seleccionados pelos utilizadores finais, para gerirem os serviços da água como solução alternativa aos sistemas de gestão comunitária;
- A descentralização delega para o distrito as responsabilidades pela planificação, fiscalização e monitoria das fontes de água novas ou reabilitadas e pela promoção da higiene e do saneamento. O nível distrital também é responsável por garantir a sustentabilidade dos serviços, promovendo a manutenção e a reparação das instalações ao nível da comunidade. É ainda responsável pela promoção do envolvimento dos vendedores privados locais e pela criação de capacidade dos artesão locais para a gestão e reparação das bombas manuais, a construção de latrinas e a comercialização de peças sobressalentes;
- O uso dos recursos do sector para apoiar redes de comercialização aos níveis provincial, distrital e local. A comercialização de bombas manuais e peças sobressalentes nas zonas rurais deve envolver iniciativas locais, incluindo vendedores privados e organizações comunitárias locais;
- O Governo promove a pesquisa do uso de tecnologias alternativas de baixo custo para o AAS que sejam adequadas às condições das diferentes partes do país.

Estratégias e Directrizes Operacionais do Sector

Foram aprovadas os seguintes instrumentos para tornar a PNA operacional: em 1997 o Plano de Transição da Água Rural e, em 2002, o Manual de Implementação de Projectos de Abastecimento de Água Rural (MIPAR)[2]. Também na fase final de aprovação estão os Manuais do Saneamento Rural (Directrizes Técnicas e Sociais para o Saneamento Rural)[3].

Como um instrumento normativo e regulador para a implementação de projectos de abastecimento de água rural usando o Princípio da Procura, o MIPAR dedica atenção às políticas e estratégias, aos aspectos sociais da sua implementação e às especificações técnicas das infra-estruturas. O MIPAR está alinhado com o actual processo de descentralização de responsabilidades para o nível do distrito.

Os Manuais do Saneamento Rural (DNA, 2006) definem a missão e a visão para o subsector e apresentam um conjunto de directrizes para a implementação do Programa do Saneamento Rural, incluindo a promoção da saúde e da higiene. Também apresentam opções tecnológicas de saneamento, a ser seleccionadas pelos beneficiários dependendo das suas necessidades e capacidades financeiras.

Quadro Legal

A Lei dos Órgãos Locais do Estado (LOLE) e seus regulamentos dão o quadro legal, as normas, funções e responsabilidades das organizações locais, assim como os mecanismos e processos para a boa governação ao nível subnacional e com a participação activa da população.

O governo do distrito engloba um certo número de Serviços, sendo os Serviços de Ação Social, Saúde e Mulher (SASSM) responsáveis pela promoção da higiene e do saneamento. O abastecimento de água é da responsabilidade dos Serviços de Planificação e Infra-estruturas (SDPI).

A Lei do SISTAFE estabelece normas de planificação, controlo e desembolso, regulamentos, contabilidade e auditoria interna baseados em padrões internacionais, para todas as instituições governamentais e fundos públicos. Os regulamentos relacionados com esta Lei são o Regulamento do SISTAFE e o Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado.

O Decreto do Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado é o ponto de entrada para a descentralização das actividades do subsector, para promoção do sector privado local, das associações de artesãos locais e micro-empresas rurais ao abrigo do Programa de Desenvolvimento da Economia Local, para apoiar a criação de mecanismos de manutenção ao nível local e garantir a sustentabilidade das instalações de água. Os distritos devem pois desenvolver a capacidade para contratar e fiscalizar a construção das obras públicas, incluindo instalações de abastecimento de água rural.

É importante que o subsector do AASR fortaleça a sua experiência nas seguintes áreas:

- Harmonização do Princípio da Procura e da planificação participativa distrital para a preparação do Plano Económico e Social e Orçamento Distrital (PESOD);

[1]Política Nacional de Águas (PNA), aprovada em 1995, e Política de Águas (PA), aprovada em 2007.

[2]Manual de Implementação de Projectos de Abastecimento de Água Rural (MIPAR), DNA.

[3]Manuais do Saneamento Rural: Directrizes Técnicas e Sociais para o Saneamento Rural, DNA.

- A necessidade de mecanismos de planificação sectorial mais inclusivos e da base para o topo, para apoiar a planificação anual e a médio prazo, incluindo a negociação do apoio ao orçamento a médio e longo prazos para implementar os Planos de Desenvolvimento Distrital e o PESOD;
- Concepção de uma estratégia a longo prazo para descentralizar as responsabilidades para o nível do distrito, apoiada por capacitação institucional e afectação de recursos adequados;
- Coordenação das actividades do sector ao nível do distrito, para incluir as actividades de abastecimento de água e saneamento governamentais e não-governamentais no plano anual e no sistema de monitoria.

Estrutura de Planificação e Orçamento

O Plano Quinquenal do Governo (2005-2009) desenvolve a experiência de implementação dos planos quinquenais anteriores e apoia a luta contra a pobreza ao promover um desenvolvimento social e económico sólido. Também promove o acesso aos serviços básicos como contribuição para a redução da pobreza. Estabelece objectivos, metas e prioridades, alinhados com os ODMs relevantes, para aumentar a cobertura da água e saneamento rural e para promover a sustentabilidade da cobertura existente e do uso de água e práticas de higiene e saneamento melhoradas. Também promove a coordenação intersectorial para alcançar os seus objectivos.

A implementação e monitoria do Plano Quinquenal baseia-se nos mecanismos de planificação existentes. O processo de planificação a médio e longo prazos baseia-se nos planos estratégicos sectoriais como o PESA-ASR e no PARPA II, bem como na disponibilidade e priorização de recursos no Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP).

A planificação anual tem sido tradicionalmente do topo para a base, mas com o fortalecimento dos distritos, a planificação ao nível central basear-se-á de forma crescente nos planos distritais, provinciais e sectorial. O PESOD distrital dará informação para a preparação do PES Provincial, o qual por sua vez será usado na preparação do PES, CFMP e outros planos nacionais.

A informação sobre o apoio dos parceiros de desenvolvimento também é usada para preparar planos anuais de implementação dos sectores e subsectores, cujos orçamentos fazem parte do PES do subsector, e é eventualmente incluída no Plano Económico e Social (PES) e no Orçamento do Estado (OE) nacionais.

O Plano de Acção para a Redução da Pobreza. 2006 – 2009 – (PARPA II)[4] articula a visão estratégica do Governo para a redução da pobreza, promovendo o aumento da produtividade e o melhoramento das capacidades e oportunidade para todos os Moçambicanos. O PARPA II, 2006-2009, concentra-se em três pilares principais: governação, capital humano e desenvolvimento económico. O PARPA II concentra-se no desenvolvimento ao nível do distrito e define a pobreza humana como sendo a falta de satisfação das necessidades humanas básicas, incluindo a água e o saneamento.

O PARPA II é implementado através do Plano Económico e Social (PES) anual, o qual é avaliado de acordo com indicadores de desempenho acordados[5].

O Plano Estratégico para Água e Saneamento Rural (PESA-ASR) 2006-2015[6] é parte integrante do Plano Estratégico Nacional para o Sector das Águas e o primeiro de três planos subsectoriais (isto é, Abastecimento de Água e Saneamento Rural, Água e Saneamento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos) e dois planos transversais: (1) Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos; e (2) Investimento. O PESA-ASR operacionaliza a visão a médio e longo prazos para o subsector de AASR ao definir os objectivos, metas, estratégias e necessidades de investimento.

O PESA-ASR descreve a divisão de responsabilidades entres os diferentes actores e a tendência destas a médio e a longo prazo no contexto da descentralização e da privatização. O PESA-ASR apresenta vários cenários de desenvolvimento possíveis para o abastecimento de água e saneamento rural até 2015, identificando os recursos financeiros para cada um deles. Também identifica medidas a curto prazo para implementar o plano.

Cenário Fiscal de Médio Prazo – CFMP (2007-2009) é um instrumento de planificação e orçamentação do sector público, actualizado de três em três anos. O CFMP é revisto e aprovado anualmente em planos anuais e seus respectivos orçamentos. Actualmente está ser actualizado para o próximo período trienal, 2010-2012.

No subsector do AASR a DNA prepara o CFMP usando a informação recebida das DPOPHs ao nível provincial, do MPD, do MdF e dos principais parceiros de desenvolvimento. Futuramente, o CFMP usará informação dos planos directores provinciais do AASR e dos Planos de Desenvolvimento Distritais. O CFMP contém informação sobre a população, as necessidades estimadas de novas fontes de água e instalações sanitárias e as necessidades em investimento para alcançar objectivos importantes, como os do Plano de Desenvolvimento Quinquenal do Governo que inclui os ODMs.

Os CFMPs sectoriais orientam a preparação dos Planos Anuais de Implementação (PIAs) e orçamentos dos ministérios e departamentos e baseiam-se na disponibilidade de fundos e na priorização de actividades e projectos. Os CFMPs sectoriais recebidos das províncias são consolidados pelos respectivos ministérios e submetidos ao MPD e ao MdF para priorização e inclusão no CFMP consolidado, para a aprovação pela Assembleia da República.

Mecanismos de Coordenação e Análise do Desempenho

A Parceria de Apoio ao Programa (PAP) visa garantir o financiamento da redução da pobreza, ligado de forma clara e transparente ao desempenho, através do Orçamento de Estado. Está no centro do programa de apoio ao orçamento, alinhado com os sistemas de gestão do país para melhorar a apropriação e a responsabilidade, a capacidade de implementação e a transparência como um resultado de uma planificação e gestão financeira melhoradas.

No sector de Águas, existe um grupo de coordenação do Quadro de Avaliação do Desempenho (QAD) presidido pelos Responsáveis da Cooperação e constituído por representantes dos grupos de trabalho do sector relevantes para a avaliação dos planos e desempenho do QAD. Revisões sectoriais, representando os pilares do PARPA, informam as revisões conjuntas da PAP, a revisão anual e a revisão semestral. As revisões anuais normalmente realizam-se em Março-Abril, a seguir à produção do relatório de monitoria do PES. As reuniões semestrais realizam-se em Agosto-Setembro, antes da apresentação do PES e do OE à Assembleia da República.

O Código de Conduta (CdC) do Sector de Águas foi assinado em Março de 2008 pelo MOPH, e um certo número de parceiros de desenvolvimento. A intenção do CdC é promover os princípios da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda apropriação, harmonização, alinhamento, resultados e responsabilidade e servir de base comum para a cooperação no sector de Águas em Moçambique. Os signatários do CdC estão empenhados em apoiar a criação e implementação de SWAP no sector de Águas que, para além do subsector de AASR, incluirá a água urbana e a gestão dos recursos hídricos, a ser conduzido pela DNA. Também existe um compromisso por parte de alguns parceiros de desenvolvimento em mudar para o apoio ao orçamento sectorial e para fundos comuns, dependendo das avaliações da planificação, gestão financeira e capacidade de implementação no sector.

Para apoiar a implementação dos princípios da Declaração de Paris, o CdC promove o uso crescente das políticas, estratégias e sistemas do Governo para a planificação, orçamentação, gestão financeira, monitoria e prestação de contas, incluindo o PARPA II, o PESA-ASR, o CFMP, os orçamentos anuais e os planos de implementação.

Uma versão draft do Memorando de Entendimento (MdE) para o Fundo Comum do AASR foi elaborado em 2007[7], como um desenvolvimento das intenções expressas no CdC do sector de Águas. A versão draft do MdE é pela criação de um Fundo Comum para apoiar o PNAASR. O Fundo Comum do AASR proposto, alinhado com os sistemas nacionais, pode transformar-se no futuro em apoio ao orçamento subsectorial, um desenvolvimento que tem sido encorajado pelo Governo.

A versão draft do MdE apresenta objectivos e procedimentos para a planificação, implementação, monitoria e avaliação do desempenho do subsector. Como indicado pela experiência da implementação do Apoio Sectorial ao Sector de Águas (ASAS) desde 2002, nem todos os PAPs querem presentemente canalizar a ajuda através de um Fundo Comum. Alguns parceiros de desenvolvimento preferem *pooled funds* e apoio directo às províncias e distritos, como a CIDA, Ajuda Irlandesa, CARE e Water Aid, enquanto que outros, como o MCC, UNICEF, UE e JICA, dão muito do seu apoio através de arranjos paralelos de financiamento.

O Core Group (troika) do sector de Águas é composto por doadores importantes do sector, ONGs e o GdM/DNA. A Troika presta contas à PAP, que apoia e monitora o PARPA/programa de apoio ao orçamento. Reúne-se várias vezes ao ano e orienta as revisões anuais e semestrais do sector de Águas.

[4]II Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II).

[5]Balanço do Plano Económico e Social (BdoPES).

[6]Plano Estratégico do Sector de Águas para Água e Saneamento Rural - PESA-ASR, 2006.

[7]MdE para o Estabelecimento de um Fundo Comum para o Programa Nacional de Água e Saneamento Rural - PNASR, Versão 8.0, Fevereiro de 2009.

O Grupo de Água e Saneamento (GAS) está operacional há mais de dez anos e de forma contínua desde 2000. O GAS funciona como um subgrupo técnico para o grupo mais alargado de coordenação dos doadores, que serve como um fórum para o governo e os parceiros do desenvolvimento discutirem os assuntos importantes do sector. O GAS é presidido pela DNA e inclui representantes dos sector da Saúde, projectos, ONGs, sector privado e, ocasionalmente, representantes dos governos provinciais. As reuniões do GAS são mensais e realizam-se normalmente em Maputo, com uma ou duas reuniões por ano realizadas nas províncias.

O GAS tem um plano de trabalho anual que inclui temas importantes como a coordenação e comunicação entre as partes interessadas do sector, desenvolvimento de políticas e estratégias, e monitoria e avaliação. O GAS formou grupos de trabalho para tratar de assuntos específicos importantes.

Anexo 2 – Matriz do Quadro Lógico – Sumário Narrativo

Elemento do Programa	Indicador verificável	Meios de verificação	Riscos e Pressupostos
Objectivo de Desenvolvimento Contribuir para a satisfação das necessidades humanas básicas, para a melhoria do bem-estar e a luta contra a pobreza rural, através do aumento do uso e acesso aos serviços de água e saneamento	— % de agregados familiares que demoram menos de 30 minutos por dia a ir buscar água — Quantidade de água usada per capita por dia — Incidência de diarreia nas crianças com menos de cinco anos de idade — % de encarregados de crianças e confeccionadores de comida com comportamento de lavagem de mãos adequado	— SINAS — Inquéritos aos agregados familiares, IDS, MICS, WHS — IAF/Censo 2007	
Objectivo Intermédio Aumentar o uso e acesso sustentáveis ao abastecimento de água e saneamento, respectivamente para 70% e 50% da população rural em 2015	— % de população rural com acesso a abastecimento de água melhorado, num raio de 500 metros — % de população rural com acesso a instalações sanitárias melhoradas — % de fontes de água em bom funcionamento — % de população a usar instalações sanitárias higiénicas	— IAF / Censo 2007 — SINAS — Inquéritos aos agregados familiares, IDS, MICS e WHS	O AASR tem alta prioridade na agenda política Mudança de comportamento a longo prazo
Objectivos Imediatos	— N.º de novas fontes de água construídas; N.º de fontes de água reabilitadas		
1. Melhorar a qualidade e aumentar a cobertura e a sustentabilidade	— N.º de novos pequenos sistemas de água canalisada; n.º de pequenos sistemas de água canalisada reabilitados; n.º de escolas com instalações de água e saneamento; n.º de latrinas melhoradas construídas — % de comités de água com mulheres em postos importantes	— Monitoria distrital anual — Relatórios distritais trimestrais/anuais — Relatórios provinciais trimestrais/anuais — Informação do SINAS — Relatórios anuais da DNA e MEC — Revisões e auditorias do Programa	AASR com apoio político contínuo A procura de serviços dará incentivos ao sector privado Disponibilidade de informação fidedigna Capacidade técnica e institucional limitadas
2. Alargar o leque de opções tecnológicas e modelos de gestão	— % de fontes de água directamente mantidas e reparadas pela comunidade, com regras e normas de gestão pró-pobre — % de agregados familiares pobres com acesso à água e saneamento — N.º de distritos com comercialização eficiente de peças sobressalentes e apoio técnico às comunidades		
3. Descentralizar e reforçar as instituições e os recursos humanos do AASR	— Actividades de AASR harmonizadas com as estratégias e processos do GdM — Fundos disponíveis para atingir as metas dos ODM, com arranjos de apoio existentes e a funcionar — % de ajuda dos PAPs reportada no relatório da execução orçamental — % de ajuda dos PAPs que utiliza sistemas públicos de *procurement*		
4. Reforçar a relação entre a planificação, o financiamento e a descentralização	— Capacidade de implementação e gestão aos níveis provincial e distrital — SWAP operacional aos níveis nacional, provincial e distrital — Iniciativas do AASR fora-do-plano/fora-do-orçamento reduzidas no PE-SOD		

Elemento do Programa	Indicador verificável	Meios de verificação	Riscos e Pressupostos
Actividades do Programa			
1. Melhorar a qualidade e aumentar a cobertura e a sustentabilidade			
1.1 Aumentar a capacidade, qualidade e conclusão atempada das perfurações e serviços relacionados, através de contratação global e *joint ventures* com fornecedores de bens e serviços do sector privado local, para construir até 17.000 fontes de água rural melhoradas	– N.º de fontes de água construídas ou reabilitadas por ano – Ratio de fontes de água positivas/negativas por contrato – N.º de contratos concluídos (perfuração, fiscalização) satisfazendo os padrões de qualidade e prazos estabelecidos – N.º de MdEs assinados com ONGs e EA /pacotes de negócios implementados, satisfazendo os padrões de qualidade e a responsabilidade financeira das actividades do PEC, *marketing* social e promoção da higiene – Redução do custo médio *per capita* das novas fontes de água	Monitoria distrital anual Relatórios distritais trimestrais/anuais Relatórios provinciais trimestrais/anuais Informação do SINAS Modelos de documentos de concurso, contratos, MdEs e formatos de relatórios pre-parados	Distorções do mercado e barreiras ao desenvolvimento de negócios relacionadas com a redução das actividades de água e saneamento Subsídios utilizados para criar um ambiente favorável e apoiar a criação de capacidade da sociedade civil A procura de serviços dará incentivos ao sector privado
1.2 Construir instalações sanitárias nas escolas e centros de saúde	– % de escolas e centros de saúde com água, instalações sanitárias e para lavagem das mãos correctamente utilizadas – Desenho de guidelines e materiais de promoção da higiene para escolas		
1.3 Reparar/reabilitar as instalações viáveis de abastecimento de água existentes, de acordo com os planos distritais	– N.º de pacotes de negócios para a manutenção implementados pelo sector privado local – N.º de instalações recuperáveis de abastecimento de água existentes reparadas ou reabilitadas – N.º de fontes de água abandonadas que não são recuperáveis – Ratio de fontes de água operacionais/não operacionais por distrito		
1.4 Promover o Saneamento Total Liderado pela Comunidade para atingir um mínimo de 493.000 latrinas melhoradas construídas e promover mudanças de comportamento a nível dos agregados familiares	– N.º de Centros de Demonstração promovendo activamente a construção de latrinas – N.º de agregados familiares com lavatórios para as mãos e latrinas melhoradas construídas pelo sector privado local e pagas pelos agregados familiares		
1.5 Aumentar a eficiência e a eficácia do PEC, para garantir uma O&M eficaz, a cobrança de taxas de água, e as abordagens de promoção da higiene e do marketing social	– N.º de comunidades com fontes de água funcionais mais de 80% do tempo – N.º de comunidades com saneamento total – N.º de comités de água a funcionarem correctamente, com pelo menos uma mulher num posto de tomada de decisão – N.º de comunidades com fundos usados para O&M e saneamento total		

Elemento do Programa	Indicador verificável	Meios de verificação	Riscos e Pressupostos
2. Alargar o leque de opções tecnológicas e modelos de gestão			
2.1 Testar, promover e adoptar tecnologias de abastecimento de água alternativas para níveis de água pouco profundos e profundos	— N.º de desenhos de bombas alternativas testados e aprovados como apropriados para níveis mais profundos de água, com uma rede de comercialização testada e disseminada — Bomba de corda aprovada e certificada, aumentada a capacidade de produção e distribuição e estabelecida uma rede de comercialização — Desenhos de bombas para poços pouco profundos testados, aprovados, e a sua capacidade de produção e distribuição disseminada — N.º de opções técnicas eficazes e sustentáveis aprovados para diferentes condições hidrogeológicas, com abastecimento de peças sobressalentes confiável	Informação da monitoria distrital Relatórios distritais trimestrais/anuais Relatórios provinciais trimestrais/anuais	Subsídios utilizados para criar um ambiente favorável e apoiar o aumento da capacidade da sociedade civil
2.2 Disponibilizar opções eficazes e sustentáveis de manutenção e reparação, para garantir a operação sustentável das bombas manuais	— N.º de modelos de gestão desenvolvidos de acordo com as condições locais de mercado e o desempenho das partes interessadas — N.º de fontes de água delegadas pelas comunidades ao sector privado local para manutenção e serviços de reparação — N.º de opções técnicas, custeio e modelos de gestão desenhado com a participação activa dos utilizadores finais, especialmente mulheres, pobres e os grupos mais vulneráveis — Medidas de tratamento de água de emergência e directrizes desenhadas e implementadas para formação e envolvimento das comunidades no período pós-emergência, para responder a emergências e garantir a sustentabilidade das instalações de água e saneamento	Relatórios nacionais trimestrais/anuais	Reduzidas as distorções do mercado e barreiras ao desenvolvimento de negócios relacionados com as actividades de água e saneamento
2.3 Promover a criação de redes de comercialização para bombas manuais, peças sobressalentes e serviços de reparação, incluindo apoio técnico pós construção para as comunidades	— N.º de comunidades com acesso a apoio técnico para grandes reparações e a peças sobressalentes para bombas manuais — N.º de distritos/províncias com um sistema de comercialização eficiente de bombas manuais certificadas — N.º de empresas nacionais e estrangeiras fabricantes de bombas manuais certificadas para utilização de bombas manuais em Moçambique		
2.4 Priorizar a implementação nos distritos e localidades com menor cobertura e maior índice de pobreza	— N.º de comunidades com fundos para O&M a apoiarem o uso produtivo da água para garantir que os mais vulneráveis possam pagar as taxas de água — % de comunidades com mecanismos internos para garantir que as crianças, mulheres e agregados familiares chefiados por idosos têm acesso à água — N.º de comunidades em áreas com alta prevalência do HIV com acesso a água potável — N.º de crianças, mulheres e agregados familiares chefiados por idosos e pessoas que vivem com HIV com acesso a instalações melhoradas de água e saneamento		Segurança da subsistência dos agregados familiares não é afectada pela degradação ambiental e outros desastres

Elemento do Programa	Indicador verificável	Meios de verificação	Riscos e Pressupostos
3. Descentralizar e reforçar as instituições e recursos humanos do AASR			
3.1 Implementar no subsector do AASR o cenário do SWAP e do Fundo Comum aos níveis nacional, provincial e distrital, com procedimentos comuns de acordo com a política, estratégias e planos do GdM	— Estrutura e processos de gestão do Programa acordados e operacionais — Assinaturas adicionais do CdC / Fundo Comum do AASR operacional — e-SISTAFE e UGEAs operacionais na DNA — Recursos apoiam a planificação distrital	MdE e CdC assinados Aprovações ministeriais	As actividades do AASR têm alta prioridade na agenda política Capacidade de angariar fundos internos e externos a todos os níveis e uma variedade de partes interessadas Nem todos os doadores apoiam inicialmente o Fundo Comum do AASR
3.2 Coordenar, partilhar informação e promover a participação das partes interessadas, incluindo a sociedade civil, nas revisões sectoriais anuais e semestrais, na planificação e implementação a todos os níveis	— Planos sectoriais anuais e semestrais e revisões realizados — N.º de reuniões dos fóruns distritais do AASR, participação e acções tomadas — N.º de reuniões dos GASs provinciais e nacional, participação e acções tomadas — Documentos partilhados — Responsabilidades partilhadas entre as partes interessadas do sector	Revisões anuais e semestrais do sector Aide mémoires Minutas do GAS Planos e análises anuais distritais/provinciais OE Decretos Ministeriais MdEs Sistema distrital de monioria anual Relatórios trimestrais/ anuais nacionais, provinciais e distritais	
3.3 Advogar para a mobilização de fundos do GdM e dos parceiros de desenvolvimento	— Acordos com os parceiros do sector negociados regularmente — % do orçamento sectorial anual ao nível nacional e % dos orçamentos provinciais e distritais alocadas ao AASR — Acordos de parceria público-privada implementados, para financiamento, pesquisa, e implementação — Base de dados da capacidade técnica e de financiamento para emergências actualizada		
3.4 Aumentar a capacidade do sector privado local para a construção de instalações sanitárias e fontes dispersas	— N.º de associações/empresas rurais aprovadas para construção/reabilitação das infraestruturas de água e saneamento — N.º de associações/micro empresas rurais a oferecerem serviços de construção de latrinas aos agregados familiares da comunidade — N.º de Centros de Demonstração de Saneamento financeiramente viáveis estabelecidos a nível distrital		
3.5 Formar continuamente a todos os níveis, em particular aos níveis distrital e local, o sector privado e a sociedade civil	— Pessoal de saneamento afectado a nível provincial e distrital — Sector público e privado formado em directivas de *procurement* da UFSA — ONGs a seguirem as directivas com desempenho melhorado		

Elemento do Programa	Indicador verificável	Meios de verificação	Riscos e Pressupostos
4. Reforçar a relação entre a planificação, o financiamento e a descentralização			
4.1 Aprovar e implementar planos distritais anuais, com recursos financeiros reais, disponíveis aos níveis distrital e provincial, do Fundo Comum e de outras actividades do AASR governamentais e não governamentais	— N.º de distritos integranado todas as actividades do AASR, governamentais e não governamentais, nos seus planos anuais e harmonizadas a nível distrital através de processos de planificação e análise — PES nacional e provincial inclui todas as actividades do AASR, governamentais e não governamentais, resultando de um processo da base para o topo iniciado ao nível distrital — Entrega atempada de fundos e pagamentos de contratos de prestação de serviços a todos os níveis	PESOD; PES provinciais e do subsector Planos de AASR a nível provincial e distrital aprovados Planos e revisões anuais distritais/provinciais/ nacionais Revisões e avaliações da descentralização Planos anuais distritais/provinciais/ nacionais -Aide Mémoires -Relatórios	Retenção do pessoal com capacidades técnicas e de gestão a nível subnacional Fraca capacidade a nível subnacional Processos participativos não transparentes Informação de monitoria e relatórios inadequados
4.2 Aprovar, partilhar e implementar os planos de AASR provinciais e distritais	— N.º de províncias e distritos com planos directores de AASR aprovados, alinhados com o PESA-ASR, PARPA II e ODMs — Financiamento claro a longo prazo, negociado por província e por distrito — Base de dados da capacidade técnica e de mobilização de fundos para resposta à emergência pelas partes interessadas a nível provincial		
4.3 Implementar a planificação distrital participativa	— Mapeamento da pobreza a nível distrital e de localidade definido, e as localidades mais pobres definidas, no quadro da planificação distrital participativa para promover o PP e os princípios do Programa — N.º de distritos a usarem a planificação participativa para o desenho do PESOD — N.º de comunidades a participarem activamente nos conselhos locais — Mulheres, pobres e grupos vulneráveis a participarem na tomada de decisões		
4.4 SINAS operacional e a receber regularmente informação dos níveis central, provincial e distrital	— N.º de distritos a monitorarem anualmente as fontes de água operacionais, as instalações sanitárias em funcionamento e as práticas de higiene — Indicadores comuns do QAD e sistemas de recolha harmonizados com os PAPs e INE implementados aos níveis nacional, provincial e distrital		
4.5 Realizar revisões conjuntas do sector	— MIPAR, *marketing* social para a promoção da higiene e directrizes do saneamento revistos/aprovados e partilhados — Fundo Comum monitorado nas revisões anuais e semestrais — Ciclo e estratégias do Programa revistos através de monitoria, lições aprendidas e melhores práticas		

Anexo 3

Assuntos Relevantes do Subsector de AASR

Introdução

Apesar de um progresso significativo no investimento e cobertura no sector, em anos recentes, existe um certo número de assuntos não resolvidos que ameaçam o impacto a longo prazo dos investimentos no sector. Entre esses assuntos figuram a sustentabilidade das instalações de água concluídas, a fragmentação das actividades do sector, sistemas complicados de planificação e *procurement*, a capacidade das instituições do sector, sistemas de informação díspares, fraca capacidade e qualidade dos serviços prestados pelo sector privado, fraca eficiência do mercado para *inputs*, entre outros.

Sustentabilidade

As instalações de abastecimento de água rural sofrem de arranjos de gestão das fontes e acompanhamento após a entrega inadequados, resultando que até 35% das instalações de água rural em algumas províncias não funcionam e precisam de reparação em alguma ocasião[8].

A sustentabilidade também pode ser afectada por escolhas erradas de tecnologia ou má aplicação das tecnologias de bombas manuais disponíveis, falta ou má qualidade das investigações geofísicas, resultando num número elevado de furos negativos e fraco desempenho dos furos. A falta de formação adequada, incluindo reciclagem, e de apoio pós-construção aos gestores, mecânicos e responsáveis, ameaçam também a sustentabilidade e limitam os benefícios das fontes de água melhoradas.

As ameaças acima descritas são exacerbadas pela ausência de uma rede eficaz de comercialização que possa produzir e fornecer as componentes necessárias, tais como ferramentas, peças sobressalentes, serviços de reparação e outros inputs necessários nas áreas rurais dispersas, de uma forma atempada e acessível.

A falta de um mecanismo de monitoria eficaz, para rastear o desempenho das instalações construídas e fazer um diagnóstico atempado das razões para as falhas, também ameaça a sustentabilidade e impacto das instalações de água concluídas.

A sustentabilidade das fontes de água rurais também pode ser afectada pela variação climática, chuva, eventos climáticos extremos e desastres naturais, que são um importante risco externo para as actividades do programa.

Fragmentação das actividades do sector

O sector ainda reflecte um legado histórico de diversidade de abordagens, requisitos de gestão e prestação de contas, arranjos de financiamento e prioridades institucionais.

Para além das divisões institucionais tradicionais, entre gestão dos recursos hídricos e abastecimento de água, os programas e projectos implementados em várias partes do país empregam abordagens diferentes em áreas críticas como escolha de tecnologias, contribuições da comunidade, arranjos de gestão, indicadores de monitoria e procedimentos de prestação de contas, dando origem a ineficiências administrativas, custos de transacção acrescidos e quebras da capacidade.

Presentemente, o sector caracteriza-se por procuras divergentes de vários doadores e instituições financeiras no que respeita ao *procurement* e gestão financeira, monitoria e prestação de contas. As exigências das diversas agências de financiamento aumentam os custos de transacção e contribuem para atrasos na aprovação e implementação de acordos financeiros, desembolsos e despesas, auditorias e acções relacionadas.

Numa iniciativa recente, o MCA tem as suas próprias directivas para *procurement* e gestão financeira e contratou os serviços de entidades privadas para executar a gestão financeira e o *procurement* das suas actividades no sector de Águas. É preciso verificar em que medida estas entidades contratadas usarão os sistemas e procedimentos nacionais para a planificação, monitoria e prestação de contas aos níveis central, provincial e distrital.

Capacidade das instituições do subsector do AASR

A necessidade de capacitação institucional a todos os níveis no subsector foi sublinhada pelo GdM e pelos parceiros de desenvolvimento como uma prioridade urgente e importante do subsector de AASR. A capacidade inadequada de planificar e implementar programas, tanto quanto o financiamento inadequado, podem contribuir para fracos produtos, desempenho e impacto.

O Relatório de Conclusão da Implementação do PNDA II[9] identificou a baixa qualidade na entrada como um constrangimento significativo e causa de atrasos no processamento e implementação do projecto. Capacidade institucional limitada conduz a uma fraca capacidade de absorção e baixos desembolsos. Diversos programas e projectos tiveram gastos inferiores em resultado do *procurement* longo e complicado e de exigências e procedimentos de gestão financeira. Isto é ainda exacerbado pelas dificuldades de pagamento no que respeita aos fundos de contrapartida e às questões relacionadas com o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

O GdM e os parceiros de desenvolvimento tentaram resolver estas questões. A DNA e os maiores doadores[9] acordaram em enveredar por um SWAP para o subsector do AASR. Esta abordagem contribuirá para harmonizar a planificação, o financiamento, a implementação e a monitoria, assim como para melhorar a eficácia das modalidades de ajuda e dos fluxos da ajuda, com base nos princípios da Declaração de Paris.

Sistemas de informação e bases de dados

Actualmente, existem diversas bases de dados e sistemas de prestação de contas separados a funcionar no sector, que requerem integração e ligações à informação demográfica do INE e à informação sobre recursos hídricos mantida pelas ARAs. Também é preciso gerar dados para validar e aperfeiçoar os critérios de planificação e cobertura, como o número de utilizadores por fonte, para identificar áreas com taxas elevadas de pobreza absoluta para melhorar o direccionamento das actividades, os custos dos *inputs*, etc.

É também preciso harmonizar e reconciliar os dados, definições de indicadores, formatos e procedimentos de prestação de contas, entre iniciativas como o censo nacional, o Programa de Monitoria Conjunta (*Joint Monitoring Program*), os inquéritos periódicos aos agregados familiares, estudos de base de projectos específicos, estudos de impacto e as bases de dados da própria DNA.

Também é necessário utilizar a informação, para além da planificação anual e a médio prazo, para resolver activamente e de forma atempada os problemas e deficiências observados, e dar *feedback* aos que recolhem e fornecem a informação.

A exactidão da norma actual de uma fonte de água rural servindo uma média de 500 pessoas ou cerca de 100 agregados familiares a uma distância a pé de 500 metros é muito questionada, com um consenso de opinião de que a actual cobertura é significativamente mais baixa.

[8] Project Appraisal Document, Water Services and Institutional Support Project (WASIS), Banco Mundial, 2007.

[9] Implementation Completion Report, NWDP II, Banco Mundial, 2007.

A questão de estabelecer uma norma fiável de cobertura é composta pelos actuais pressupostos respeitantes à proporção de fontes inoperacionais, definições do que constitui uma fonte de água "*potável*" e distribuição das fontes de água em relação à densidade populacional.

Capacidade do sector privado e ineficiências do mercado

Diversas organizações reportam fraco desempenho e/ou atrasos significativos dos prestadores de serviços do sector privado, principalmente os empreiteiros de perfurações. Os constrangimentos de capacidade também são reportados em serviços relacionados, como pesquisas geofísicas, testagem da qualidade da água e, mais importante, serviços de reparação de furos e bombas manuais. Estes factores contribuem para o baixo resultado, elevadas taxas de furos negativos e aumento dos custos dos *inputs* e serviços.

O desempenho geral do sector é negativamente afectado pelas ineficiências do mercado de *inputs*, devidas em parte ao número limitado de fornecedores desses *inputs* em relação à procura crescente, aos impostos e taxas de importação, e à falta de partilha atempada de informação sobre preços e de actividades orientadas de promoção de investimentos, para mencionar algumas causas.

Uma vez que o novo programa irá provavelmente aumentar a procura de *inputs* como pesquisas geofísicas, perfuração, testagem da qualidade da água, monitoria e mapeamento das águas subterrâneas, inspecção e garantia da qualidade e serviços relacionados, é provável que este constrangimento assuma maiores proporções se não forem tomadas medidas para aumentar o número de empreiteiros e a qualidade dos seus serviços prestados ao sector.

Anexo 4

Acções Preparatórias do PRONASAR

As acções preparatórias ou de "prontidão" apresentadas abaixo terão lugar principalmente aos níveis provincial e distrital e serão executadas pela DNA, parceiros do desenvolvimento e/ou DPOPHs.

Acções pelo GdM/DNA/DPOPH

— Consultas aos parceiros completadas aos níveis nacional e provincial;
— Programa aprovado pela, MOPH, MPD, MdF e DPOPHs;
— Revisões conjuntas e avaliações do Programa completadas com sucesso;
— Plano de Implementação Anual (PIA) e orçamento para 2009 ajustados para incluírem as acções e recursos do Programa e aprovados pelo MPD e MdF;
— MdE do Fundo Comum do AASR assinado pelo GdM e parceiros do desenvolvimento que participam;
— Alocações anuais e de médio prazo ao sector acordadas com os parceiros do desenvolvimento;
— Coordenador do Programa identificado e em funções na DNA;
— Comité de Coordenação Sectorial e secretariado estabelecidos e reunião inaugural realizada;
— Comité de Gestão do Programa estabelecido e reunião inaugural realizada;
— Os novos MdE/acordos bilaterais com parceiros são consistentes com as abordagens do Programa;
— Os acordos bilaterais existentes revistos e onde possível emendados, para consistência com as abordagens do Programa;
— Criação da UGEA na DNA progressivamente implementada;
— E-SISTAFE operacional na DNA-DAF, com acesso pelos outros departamentos enquanto utilizadores;
— Contabilista afectado ao DES;
— Unidade de Saneamento Rural criada no DES ao nível central e nos DAS ao nível provincial;
— Plano para desenvolvimento do SINAS aprovado e progressivamente implementado;
— Documento do Programa e Manual de Operações do PRONASAR impresso e distribuído aos parceiros relevantes aos níveis nacional, provincial e distrital.

Acções pelos parceiros do desenvolvimento

— Avaliações conjuntas do Programa completadas com resultados positivos;
— Avaliações/revisões conjuntas fiduciárias/do *procurement* completadas;
— Programa PRONASAR apresentado e discutido pelo Core Group do sector de Águas;
— Programa PRONASAR aprovado;
— Código de Conduta do sector de Águas assinado pelos parceiros do desenvolvimento que participam;
— MdE do Fundo Comum do AASR finalizado e aprovado pelo GdM e parceiros que participam;
— Alocações anuais e a médio prazo acordadas com o GdM;
— Novos MdEs e acordos bilaterais consistentes com os princípios e abordagens do Programa;
— MdEs bilaterais existents revistos, para consistência com as abordagens e procedimentos do Programa, e ajustados quando possível.

Anexo 5

Acções de Prontidão da Implementação

Uma vez completadas as acções preparatórias, ou substancialmente completadas, o Programa será considerado em vigor. As acções seguintes a serem completadas relacionam-se com a prontidão para iniciar a implementação a todos os níveis. Estas acções realizar-se-ão em dois cenários: (1) para "novas" províncias, distritos/áreas/localidades, onde não há grandes actividades de implementação, e (2) distritos/áreas/localidades com actividades de AASR em curso ou planificadas.

Uma vez realizado o seminário inaugural e revistos e distribuídos os manuais de operações e de implementação, outras actividades de prontidão da implementação terão simultaneamente lugar nas províncias e distritos. Em áreas com actividades em curso ou já planificadas que se estendam para além de meados de 2009, para não perturbar estas actividades as acções de prontidão abaixo descritas serão consideradas como objectivos a serem substancialmente executados até meados de 2010. Para novas áreas onde a planificação começa depois do início do Programa, estas acções aplicam-se de imediato.

As despesas com actividades para além das já planeadas/ /orçamentadas, que sejam necessárias para completar os critérios de prontidão do Programa, podem ser realizadas com os recursos do Programa.

Acções ao Nível Central

Preparação

— Seminário inaugural realizado com as partes interessadas ao nível nacional e representantes das províncias;
— Manuais relevantes revistos, para assegurar a consistência com as abordagens do Programa, e disseminados;

— A DNA avalia/verifica a prontidão das províncias para a implementação do Programa, de acordo com os critérios acordados (ver abaixo as acções do nível provincial).

Libertação de Fundos/*Procurement*

— Plano de procurement para o primeiro pacote de mercadorias, obras e serviços preparado e aprovado;

— Modelos/padrões de contratos para estudos geofísicos, perfuração, fornecimento de bombas manuais, promoção da higiene e saneamento, PEC, assistência técnica e serviços associados, aprovados pela DNA, DPOPH e, quando necessário, pelos parceiros do desenvolvimento;

— Documentos de concurso preparados para o próximo pacote de contratação de mercadorias, obras e serviços, incluindo assistência técnica, e pedidas as expressões de interesse;

— Conta *Forex* do AASR, CUT multi-moeda e linhas orçamentais para o AASR a nível provincial estabelecidas e operacionais;

— Os parceiros do Programa libertam a primeira tranche de fundos, usando os procedimentos e mecanismos de financiamento acordados;

— Primeira tranche de fundos libertada e disponível na DNA e DPOPHs e distritos relevantes, para satisfazer as despesas e obrigações contratuais nos próximos seis meses.

Acções ao Nível Provincial

Preparação e Planificação

— Seminário inaugural realizado com as partes interessadas ao nível provincial/distrital;

— Os novos MdEs com parceiros do desenvolvimento relevantes são consistentes com as abordagens, papéis e requisitos do Programa;

— Os MdEs/acordos existents são revistos, para consistência com as abordagens e requisitos do Programa, e emendados quando possível;

— Planos Directos Provinciais do AASR completados/actualizados e revistos/aceites pela DNA e parceiros do desenvolvimento relevantes;

— Actividades do Programa incluídas nos orçamentos anuais e fundos alocados para o primeiro ano, de acordo com os procedimentos acordados descritos no Manual de Operações do Programa e MdEs relevantes;

— Pessoal relevante da DPOPH-DAS formado no uso do Manual de Operações do Programa e manuais de implementação revistos, incluindo planificação, *procurement*, gestão financiera, monitoria e prestação de contas;

— Acordos com os distritos participantes, definindo funções e responsabilidade na implementação das actividades;

— Avaliado/verificado o cumprimento pelos distritos dos critérios de prontidão para a implementação.

Libertação de Fundos/*Procurement*

— Orçamento e plano de *procurement* anuais aprovados

— Fundos requisitados e recebidos, para cobrir as despesas e obrigações contratuais dos próximos 6 meses

— Documentos de concurso preparados e aprovados para o primeiro pacote de contratos;

— Expressões de Interesse para o fornecimento de bens e serviços para o primeiro pacote de *procurement* anunciadas e recebidas, e avaliada a capacidade dos fornecedores de serviços.

Acções ao nível distrital

Preparação e Planificação

— Assinados MdEs/acordos de implementação com a DPOPH-DAS e os parceiros de desenvolvimento, incluindo ONGS, especificando funções e responsabildades, incluindo gestão e apoio técnico pós-construção e arranjos para redes de comercialização. Este acordo inclui um compromisso para apoiar e promover contribuições para o custo de capital das instalações e taxas de água que cubram pelo menos os custos de operação e manutenção[10];

— Actividades e custos do Programa incluídos nos planos e orçamentos anuais e de médio prazo;

— Avaliado/verificado o cumprimento pelas localidades/aldeias dos critérios de prontidão para a implementação;

— Assinados acordos de implementação com as localidades/aldeias seleccionadas, de acordo com os procedimentos e usando os formulários do Manual de Operações do Programa.

Libertação de Fundos/*Procurement*

— Orçamento e plano de *procurement* anuais aprovados e incluindo actividades do AASR;

— Fundos solicitados e disponíveis para cobrir as despesas e obrigações contratuais esperadas para os próximos 6 meses;

— Pessoal relevante formado e capaz de usar as directrizes do *procurement* público;

— Documentos de concurso preparados e aprovados para o primeiro pacote de contratos;

— Expressões de Interesse para o fornecimento do primeiro pacote de serviços, obras e mercadorias anunciadas, respostas recebidas e avaliada a capacidade dos respondentes.

Recursos Humanos

— Nomeado um contabilista/financeiro para ser responsável pelos fundos do AASR;

— Nomeado um técnico, de entre o pessoal existente, para ser responsável pela fiscalização da construção;

— Pessoal relevante do distrito formado em procedimentos de implementação, incluindo planificação, orçamentação, *procurement*, fiscalização, gestão financeira, monitoria e prestação de contas.

Localidades/Aldeias

— Assinado acordo com a Administração distrital, incluindo princípios para as contribuições para os custos de capital e taxas de água, acesso ao local das obras durante os estudos e a construção, libertando terra para as instalações de abastecimento de água e, quando necessário, estabelecendo uma zona de protecção à volta das fontes de água vulneráveis;

— Participação e aprovação do plano de implementação das actividades de AASR. incluindo escolha de tecnologia, localização das instalações, modelos de gestão e arranjos de redes de comercialização;

[10]Estes requisitos aplicar-se-ão também às instalações de água existentes, começando antes ou na data em que a posse destas instalações é formalmente conferida.

— Assinado contrato/acordo para fornecimento de ferramentas, equipamento, peças sobressalentes e serviços de reparação não-rotineiros;

— Mobilizada e paga a contribuição para os custos de capital das instalações de abastecimento de água;

— Formadas organizações comunitárias e eleitos os responsáveis, de acordo com os procedimentos descritos no Manual de Operações do Programa;

— Identificados artisãos/responsáveis/mecânicos para serem formados;

— Adoptado um plano e orçamento de operação e manutenção, incluindo taxas de água que cubram todos os custos de O&M, usando os princípios e procedimentos descritos no Manual de Operações do Programa e actualizando-as pelo menos uma vez ao ano para reflectirem os custos reais.

Anexo 6

Modelo de Alocação de Recursos/ Critérios de Selecção

Garantir a Prontidão para Implementação

O PRONASAR visa reduzir as ineficiências do sector que resultam de: fraco direccionamento dos recursos, iniciar acordos de programa/projectos antes de pôr em funcionamento a capacidade e os instrumentos necessários, iniciar a implementação antes de as questões de planificação estarem adequadamente resolvidas, resultando na dispersão das tarefas de planificação ao longo da implementação, avarias de fontes devido à fraca avaliação dos recursos hídricos e, o mais importante, tentar "implementar" em lugares com falta de capacidade de planificar, implementar e gerir as actividades e produtos pretendidos.

De forma a melhorar a eficiência e o direccionamento da implementação, garantindo ao mesmo tempo que os participantes no programa a todos os níveis estão realmente "prontos" para assumir a implementação efectiva (também referido como qualidade-à- entrada), será necessário maior rigor na planificação, aplicando um conjunto de critérios ou "gatilhos" explícitos para orientar a planificação e implementação das actividades do programa. A aplicação destes critérios durante a fase de planificação do programa maximizará a probabilidade de sucesso da implementação e a sustentabilidade e impacto dos benefícios do programa, reduzindo ao mesmo tempo os riscos de falha programática.

Estes critérios e processo de selecção podem ser apresentados nas seguintes etapas:

1. Identificar distritos na província X que não têm programas ou projectos de AASR em curso/planificados;
2. Classificar esses distritos "não servidos" em termos de cobertura de água, da mais baixa à mais alta, utilizando a informação do Plano Director Provincial de AASR;
3. Os cinco distritos com menor cobertura são então classificados segundo o índice de pobreza, do mais alto para o mais baixo. A lista resultante é a lista de distritos prioritários para o AASR;
4. Esses distritos "prioritários" serão então contactados e informados sobre a lista de prioridades e os critérios de prontidão que determinarão a selecção para a implementação propriamente dita;
5. Os distritos são então avaliados de acordo com os critérios de selecção. O(s) pri-meiro(s) distrito(s) a satisfazer(em) todos os critérios de selecção será(ão) então "seleccionado(s)" para a implementação;
6. As necessidades de investimento em AAS para o(s) distrito(s) seleccionado(s) serão obtidas a partir do Plano Director Provincial do AASR e incluídas no CFMP da Província X;
7. Essa informação será enviada à DNA-DAR para ser incluída no CFMP;
8. As primeiras X localidades nos distritos seleccionados que satisfaçam todos os critérios de "prontidão" para localidades "qualificar-se-ão" para a implementação e serão incluídas no Plano de Desenvolvimento Distrital anual;
9. Serão então realizados estudos de base/estudos de viabilidade nas localidades qualificadas, para identificar a disponibilidade/acessibilidade da água e os custos e necessidades reais de AAS;
10. Os custos de investimento estimados serão então incluídos no orçamento distrital anual e enviados à DPOH para inclusão no orçamento anual provincial para o AASR.

A DPOPH agregará as necessidades de investimento de todos os distritos/localidades e encaminhá-las-á para a DNA-GPC, para inclusão no plano anual de AASR.

Anexo 7

Pressupostos do Orçamento – Fase I

Orçamento do Programa

O orçamento do Programa apresenta o custo da implementação das actividades de AASR durante a Fase I do Programa (2009-2011). O orçamento baseia-se na população rural projectada e nas necessidades de instalações melhoradas de água e saneamento para 2009-2011. Os recursos internos e externos disponíveis durante o mesmo período são apresentados abaixo e utilizados para determinar o fosso de financiamento ao subsector de AASR na Fase I.

Cobertura por Abastecimento de Água e Saneamento Rural

O Governo estabeleceu metas faseadas para atingir os ODMs para o abastecimento de água e saneamento rural, como mostra a Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Metas de cobertura do AASR (%)

Período	Abastecimento de Água	Saneamento
Fim de 2007	48.5	39
2008 – 2010	58.7	42
2011 – 2015	70	50

Fonte: PESA-ASR (2006-2015); Balanço Anual do PES da DNA-DAR, 2007.

Projecções da população

As projecções da população no PESA-ASR foram utilizadas para estimar as necessidades futuras de instalações de abastecimento de água e saneamento. Na altura da concepção do PRONASAR, os dados do Censo 2007 ainda não estavam totalmente disponíveis. Contudo, comparando as projecções agregadas de população do Censo 1997 e os dados preliminares do Censo 2007 há uma variação mínima (de 4%) a nível nacional, sabendo-se que há variações maiores ao nível provincial. Por isso, e até que a informação do Censo 2007 sobre a população rural esteja completamente disponível, será utilizada a informação sobre população do PESA-ASR 2006-2015 para estimar as necessidades futuras e os correspondentes custos e metas para a Fase I do PRONASAR. A população rural projectada para 2008--2015 é apresentada na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – População rural projectada, por província (2008-2015)

Província	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Niassa	846,403	866,282	886,496	907,053	927,979	949,213	970,688	992,362
C. Delgado	1,493,009	1,518,796	1,544,542	1,570,432	1,596,633	1,623,117	1,649,845	1,676,743
Nampula	3,058,663	3,206,241	3,274,894	3,257,354	3,327,529	3,399,734	3,473,881	3,549,854
Zambézia	3,406,176	3,466,060	3,525,824	3,585,493	3,644,966	3,704,146	3,763,058	3,821,601
Tete	1,449,667	1,484,757	1,520,608	1,557,037	1,593,877	1,631,111	1,668,666	1,706,436
Manica	1,053,176	1,079,565	1,106,144	1,132,736	1,159,403	1,186,112	1,212,758	1,239,279
Sofala	1,015,111	1,031,191	1,047,176	1,062,758	1,077,780	1,092,195	1,105,976	1,119,082
Inhambane	1,219,835	1,241,242	1,262,610	1,283,756	1,304,706	1,325,414	1,345,735	1,365,558
Gaza	1,045,408	1,060,620	1,075,848	1,090,873	1,105,604	1,119,913	1,133,616	1,146,610
Maputo	339,611	332,852	325,435	316,276	305,522	293,057	278,752	262,336
TOTAL	**14,927,059**	**15,287,607**	**15,569,576**	**15,763,769**	**16,043,999**	**16,324,012**	**16,602,975**	**16,879,861**

Fonte: DNA, PESA-ASR (2006-2015)

Instalações de abastecimento de água rural

Tal como mostra a Tabela 3 abaixo, em geral o número de fontes de água novas ou reabilitadas por ano aumentou significativamente nos últimos sete anos, com um forte aumento em 2007.

Tabela 3 – Fontes de Água Construídas/Reabilitadas (2001-2007)

Província	Fontes de Água						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Niassa	118	126	211	147	175	160	254
C. Delgado	163	94	59	74	55	75	175
Nampula	62	107	74	92	308	370	486
Zambézia	103	272	229	37	191	200	609
Tete	74	126	103	92	13	75	165
Manica	59	33	45	11	125	130	173
Sofala	144	107	84	86	95	100	207
Inhambane	150	169	299	240	104	110	219
Gaza	145	30	36	14	66	70	69
Maputo	153	38	64	85	75	75	85
Total	**1,171**	**1,102**	**1,204**	**878**	**1,207**	**1,365**	**2,442**

Fonte: PESA-ASR (2006-2015); Relatórios Anuais de Balanço PES da DNA-DAR, 2006 e 2007

A tabela acima mostra um grande aumento das fontes dispersas de água construídas em 2007. A informação do Relatório Anual de 2007 de Balanço do PES indicou que houve um aumento nos recursos disponíveis, bem como nos resultados das actividades de construção. Além disso a DNA reportou que 423 fontes de água novas/reabilitadas construídas por outros actores, representando 17% do número total de instalações. Este resultado sublinha a importância da planificação e monitoria inclusivas, para captar as realizações de todas as origens.

A estimativa de fontes novas/reabilitadas baseia-se nos relatórios das reuniões anuais com pessoal dos distritos, províncias e nível central, realizadas em Quelimane e Nampula em 2007. A capacidade de implementação aumentou nos últimos anos, como resultado da melhoria dos concursos, contratação, gestão dos contratos e aumento dos recursos de actividades como o Projecto ASNANI, Iniciativa Um Milhão (UNICEF), JICA, WaterAid, HAUPA, Fundação Aga Khan e outros.

O número total de fontes de água foi reduzido anualmente em 15%, assumindo que 5% de todas as fontes de água atingem o fim da sua vida efectiva anualmente e que 10 % de todas as fontes construídas/reabilitadas se tornam inoperacionais antes do fim do período de garantia por várias razões, incluindo os defeitos de construção e problemas com a qualidade da água.

Usando o pressuposto acima descrito, 7.675 fontes de água novas/reabilitadas, incluindo furos novos e reabilitados e novos poços, precisam de ser construídos durante o período 2009-2011. A reabilitação de poços pouco profundos não será promovida, devido ao custo relativamente elevado e baixa fiabilidade e procura.

O PESA-ASR e o Relatório Anual de 2007 de Balanço do PES e do PESA-ASR confirmam que o pressuposto de 80% de fontes de água novas e 20% de fontes de água reabilitadas, baseando em 3.577 fontes de água não operacionais, ainda é válido. Contudo, quando se tornar disponível informação mais actualizada e detalhada dos planos directores provinciais de AASR, este pressuposto pode ser ajustado para reflectir as variações provinciais.

Como um resultado dos Planos Directores, uma análise de perto dos poços e furos não operacionais pode ser usada para determinar o número de fontes não operacionais que podem ser reabilitadas e as que devem ser classificadas como irrecuperáveis.

Foi reduzido para 15% o pressuposto do PESA-ASR de 25% de poços escavados à mão, devido ao custo unitário relativamente elevado, fiabilidade e pouca aceitação pela comunidade. Em 2007, apenas 6% das fontes de água construídas foram poços cavados à mão.

O número estimado de fontes de água a serem construídas ou reabilitadas é apresentado na Tabela 4 abaixo.

Tabela 4 – Fontes de Água Necessárias por Tipo (2009-2015)

Tipo	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	%
Furos	1,277	1,415	1,556	1,663	1,831	1,987	1,989	**11,718**	83.5
Novos	1,022	1,132	1,245	1,330	1,465	1,588	1,831	**9,613**	68.5
Reabilitados	255	283	311	333	366	399	158	**2,105**	15.0
Poços	235	250	275	293	323	352	404	**2,132**	15.0
PSAAs	14	17	20	24	29	35	42	**181**	1.3
Total	**1,526**	**1,682**	**1,851**	**1,980**	**2,183**	**2,374**	**2,435**	**14,031**	

Fonte: Estimativa baseada no PESA-ASR e dados actualizados da DNA de Dezembro de 2007.

Custos Unitários – Abastecimento de Água Rural

Os custos unitários do PESA-ASR foram usados para a preparação da primeira versão do orçamento. Contudo, informação recente do *procurement* de projectos mostra um incremento dos custos unitários de uma média de USD 6.393 em 2005 para aproximadamente USD 7,300 em 2008, representando 14% de inflacção durante este período.

Para a estimativa de orçamento para a Fase I 2009-2011, o custo unitário inicial de USD 7,300 foi usado em 2009, com uma taxa de inflação anual de 4%. Embora o Programa apoie o aumento da qualidade da contratação e operações de perfuração, espera-se durante a Fase I um impacto limitado nos custos de 2% ao ano, reduzindo de 5% para 4% o aumento anual dos custos. Maior impacto é esperado para a Fase II, reduzindo o aumento anual dos custos de 5% para 2% devido a melhor gestão dos contratos, menor número de furos negativos e contratos a longo prazo.

Para estimar os custos do PEC Tradicional, foi aplicada a norma do PESA-ASR de 30 % do custo de novos furos foi aplicada aos poços e furos reabilitados, uma vez que as actividades do PEC são semelhantes. Para calcular os custos do PEC zonal, foi usado 50% do custo médio de USD 110,000/distrito/ano para actividades de água e saneamento.

Tabela 5 – Custos Unitários das Fontes de Água

Custos Unitários das Fontes de Água por Tecnologia, com o PEC Tradicional

Item	Furos		Poços Manuais Novos
	Novos	Reabilitados	
Perfuração, incluindo bomba manual	7,300[1]	3,200[1]	4,500
Garantia de Qualidade/Fiscalização	1,095	480	675
Supervisão	730	320	450
Gestão do Contrato	730	320	450
PEC: Organização Comunitária e Formação em O&M	2,200	2,200	2,200
Custo Total	**12,055**	**6,520**	**8,275**

Fonte:

[1]Custo médio do PESA-ASR por furo, USD 6,393 em 2005 mais 10% de inflação e aumento do preço do combustível, em concordância com os preços actuais de 2008 (UNICEF).

[2]Os termos "garantia de qualidade", "supervisão" e "gestão do contrato" são equivalentes respectivamente aos termos "fiscalização", "custos institucionais" e "custos de gestão" usados no PESA-ASR.

[3]O custo do PEC Tradicional baseia-se em 30 % do custo da infra-estrutura.

Custos Unitários das Fontes de Água por Tecnologia, com o PEC Zonal

Item	Furos		Poços Manuais Novos
	Novos	Reabilitados	
Perfuração, incluindo bomba manual	7,300[1]	3,200[2]	4,500
Garantia de Qualidade/Fiscalização	1,095	480	675
Supervisão	730	320	450
Gestão do Contrato	730	320	450
PEC: Organização comunitária e Formação em O&M	1,400[3]	1,400	1,400
Custo Total	**11,255**	**5,720**	**7,475**

Fonte:

[1]Custos médios do PESA-ASR por furo, USD 6,393 em 2005 mais 10% de inflação e aumento do preço do combustível, em concordância com os preços actuais de 2008 (UNICEF).

[2]Os termos "garantia de qualidade", "supervisão" e "gestão do contrato" são equivalentes respectivamente aos termos "fiscalização", "custos institucionais" e "custos de gestão" usados no PESA-ASR.

[3]Os custos do PEC Zonal baseia-se em 50 % do custo anual de USD 110,000/distrito/ano para água e saneamento.

Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água

Calcula-se que durante a Fase I sejam construídos em média 17 pequenos sistemas em cada ano. Foi utilizado o custo unitário do PESA-ASR, incluindo os custos com estudos de viabilidade e garantia da qualidade. O DAR será responsável apenas pela gama mais baixa dos pequenos sistemas de água canalizada (Categoria I) e a AMU assumirá os sistemas médios e grandes (Categorias II e III). Os custos do PEC e de formação são estimados em 10 % dos custos de construção. Os custos resultantes são apresentados na Tabela 6 abaixo.

Tabela 6 – Custos Unitários – Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (PSAA)

Item	Norma	Custo (USD)
Custos de construção (inclui estudo de viabilidade/projecto executivo, desenho técnico e fiscalização)	450,000[1]	495,000[2]
Supervisão	10%[1]	49,500
Gestão do contrato	10%[1]	49,500
Actividades do PEC, formação e custos relacionados	10%	99,000
TOTAL		**693,000**

[1]Estimativa do PESA-ASR.

[2]Estimativa do PESA-ASR, mais 10% de acréscimo devido à inflação.

Saneamento rural

No Relatório Anual de 2007 do Balanço do PES, a cobertura do saneamento rural era de 39%, o que está de acordo com as projecções do PESA-ASR. As metas para a Fase I são de 161.519 latrinas familiares e 16.152 latrinas de demonstração.

Atingir estas metas de cobertura requer um aumento médio de 3.858 latrinas por distrito por ano durante a Fase I. O Programa atingirá 20 novos distritos por ano. As ONGs e empreiteiros serão contratados para fazerem *marketing* social e construir latrinas de demonstração. A Tabela 7 abaixo mostra as metas gerais, anuais e distritais para o saneamento rural.

Tabela 7 – Metas do Saneamento Rural (2009-2011)

Item/Tipo de Latrina	Agregado Familiar	Demonstração
Latrinas[1]	161,519	16,152
Latrinas por ano	53,840	5,384
Latrinas por distrito	2,692	269
Distritos por ano[2]	20	

[1]PESA-ASR.

[2]Estimativa utilizando campanhas intensivas a nível distrital.

Custos – Saneamento Rural

Os custos unitários para o saneamento rural são apresentados na Tabela 8 abaixo. O custo unitário é em media de USD 92 por latrina, com base no Plano Director do AASR de Sofala[11]. O custo médio para as latrinas de demonstração baseia-se em 4 latrinas melhoradas e 1 eco-latrina para 500 pessoas, equivalente a 10% do número de latrinas planificado, o que é consistente com as estimativas do PESA-ASR.

O custo total de criação de centros de demonstração é de USD 4,000 por centro e 12 centros por distrito.

O custo estimado do PEC Zonal é de 50 % do custo médio de USD 110,000/distrito/ano para as actividades de água e saneamento, incluindo *marketing* social e formação de artesãos locais e promotores comunitários. A monitoria distrital e os incentivos para as comunidades são estimados em USD 10,000 por distrito.

A divisão dos custos das actividades de saneamento é de 55 % para o GdM e projectos e 45% vindos das comunidades/agregados familiares.

Tabela 8 – Custos do Saneamento Rural (2009-2011)

Item/Tipo de Latrina	Custo Unitário	Unidades	Total	%
Construção de 5 Latrinas de Demonstração por Centro	92	269	1,485,000	9.7
Equipamento para associações de artesãos locais	10,000	1	600,000	3.9
Construção de Centros de Demonstração para Água e Saneamento (por distrito)	4,000	240	2,880,000	18.8
Marketing Social: promoção da higiene e saneamento por distrito, incluindo formação dos promotores comunitários durante 2 anos	110,000	20	3,300,000	21.5
Prémios às comunidades	10,000	20	600,000	3.9
Latrinas familiares (incluindo material e mão-de-obra)	40	2,692	6,461,000	42.2
Total			**15,326,000**	**100**

Fontes/Notas:

Plano Director do AASR de Sofala, DNA, Março de 2007, incluindo materiais e trabalho.

Plano Estratégico de Água e Saneamento Rural 2006-2015 (PESA-ASR), DNA, 2007.

Custo médio por conjunto de 5 latrinas de demonstração (4 latrinas melhoradas a USD 40/latrina mais 1 eco-latrina a USD 300/latrina. Custos do Plano Director do AASR de Sofala.).

Custo estimado por distrito do *marketing* social e promoção da água, saneamento e higiene, na forma de PEC Zonal (estimativa do Consultor).

Apoio à Implementação do Programa

Para além do apoio à construção de instalações de abastecimento de água e saneamento, o Programa dará apoio à planificação, gestão e monitoria descentralizadas aos níveis provincial e distrital. Este apoio inclui a preparação de planos de AASR, monitoria, equipamento e veículos e apoio à articulação.

Os custos unitários para apoiar a planificação, gestão e monitoria aos níveis provincial e distrital são apresentados na Tabela 9 abaixo.

Tabela 9 – Custos Unitários para Apoio às Províncias e Distritos

Item	Custo Unitário
Planos Directores Provinciais do AASR	200,000
Planos distritais do AASR	16,000
Monitoria e prestação de contas do AASR distrital	12,000
Equipamento (valor global)	2,864,000
Apoio anual à articulação e estágios (valor global)	4,159,800

Apoio à Articulação

A Tabela 10 abaixo mostra os custos anuais detalhados do apoio à articulação aos níveis central, provincial e distrital.

[11]Plano Director Provincial de Abastecimento de Água e Saneamento Rural na Provincia de Sofala, DPOPH-Sofala, Maio de 2008.

Tabela 10 – Apoio aos Recursos Humanos

Descrição	DNA	Províncias	Distritos	Custo Unitário (USD/year)	Total (USD)
Salário de 1 ano para enquadrar Técnicos de Nível Médio	0	0	256	2,200	563,200
Salário de 1 ano para enquadrar Técnicos de Nível Superior	0	20	0	4,400	88,000
Salário de 1 ano para enquadrar Técnicos de Nível Superior	5	0	0	10,900	54,500
Subtotal – Salários de Enquadramento	5	20	256		**705,700**
Estágio de 6 meses para Técnicos de Nível Médio	–	–	256	11,100	2,841,600
Estágio de 6 meses para Técnicos de Nível Superior	–	20	–	12,500	250,000
Outra formação, visitas de estudo, conferências, etc.	6	20	–	17,400	452,400
Subtotal – Estágios e outras actividades de RH	6	40	256		**3,544,000**
Total					**4,249,700**

Equipamento

Será fornecido equipamento à DNA, DPOPH-DAS e serviços distritais responsáveis pelo AASR. O tipo, distribuição e custo unitário deste equipamento é apresentado na Tabela 11 abaixo.

Tabela 11 – Distribuição e Custos do Equipamento

Descrição	DNA	Províncias	Distritos	Custo Unitário (USD/year)	Total (USD)
Veículos	0	20	128	45,000	**6,660,000**
Motorizadas	0	0	128	6,500	**832,000**
Equipamento de GPS	5	10	128	900	**129,000**
Kits para testar a qualidade da água	5	10	128	7,000	**1,001,000**
Computadores/impressoras	20	10	128	2,500	**395,000**
Licenças de *software*	1	0	0	10,000	**10,000**
Licenças de antivírus	20	10	128	500	**79,000**
Total					**9,106,000**

Desenvolvimento dos Recursos Humanos

Formação Formal

O Programa apoiará a formação do pessoal relevante da DNA, DPOPHs e pessoal do AASR nos distritos. Esse apoio consistirá num número limitado de cursos de longa duração e de curta duração, sobre assuntos de relevância para o desenvolvimento futuro do subsector de AASR em Moçambique.

O tipo e o número dos cursos é apresentado na Tabela 12 abaixo.

Tabela 12 – Apoio ao DRH[1]

Curso	Número
Curta Duração	520
Nível Médio	0
Universitário/Técnico superior	20
Mestrado	0
Visitas de estudo	10
Conferências	10

[1]Alguns cursos de longa duração podem ultrapassar 2011.

Custos Unitários - Formação

Os custos unitários para as actividades de formação são apresentados na Tabela 13 abaixo. Estão previstos para cada província 4 cursos para o sector privado e 3 para as ONGs. Os custos para o equipamento/ferramentas iniciais dos artesãos locais também estão incluídos

Tabela 13 – Custos Unitários para actividades de DRH (por formando)

Grupo Alvo	Custos Unitários (USD)
Sector Público	
Cursos de curta duração	2,000
Cursos de nível médio	3,000
Cursos universitários / técnico superior	7,000
Mestrados	20,000
Troca de visitas	8.000
Conferências	5,000
Sector Privado	
Apoio à rede de comercialização de bombas manuais/peças sobressalentes	2,000
Garantia de Qualidade	2,000
Gestão de contratos	2,000
Formação de artesãos locais/certificação	8,000
ONGs	
PP, manuais sociais e de saneamento	2,000
Promoção da higiene e saneamento	2,000
Gestão do projecto e de contratos	2,000

Testagem de Tecnologias e Abordagens

O Programa apoiará testes-piloto de modelos de gestão alternativos para instalações de abastecimento de água e arranjos de comercialização de bombas manuais e peças sobressalentes. Serão testadas três bombas de água manuais diferentes, com um total de 100 bombas por tecnologia, e três opções de latrina com 200 latrinas por tecnologia, para avaliar o potencial de expansão a nível nacional.

Custos Unitários

Os custos unitários para testagem de tecnologias alternativas de abastecimento de água incluem o custo dos furos novos e bombas manuais apresentados na Tabela 5 acima. O custo das latrinas utiliza o custo médio apresentado na Tabela 8 acima.

Tabela 14 – Custos Unitários para Abordagens e Tecnologias Experimentais

Item	Custos Unitários (USD)
Bombas de água manuais	12,100
Latrinas	92
Modelos de gestão	110,000
Rede de comercialização de peças sobressalentes e serviços	200,000

Assistência Técnica

Será prestada assistência técnica aos níveis central, provincial e distrital, assim como consultorias de curta e longa duração. A Tabela 15 abaixo mostra os custos anuais da AT a nível nacional e provincial, para além dos 6 meses por membro da Assistência Técnica Estratégica, como foi explicado no Capítulo 3.

Tabela 15 – Custos Anuais – Assistência Técnica

Item	Custos (USD)
AT (níveis nacional e provincial)	100,000
Outra AT (valor global - 6 meses)	267.000

Uma lista indicativa da AT e custos unitários associados para a fase I (3anos) é apresentada na tabela 16 abaixo. Está incluído um montante para TA não alocada

Tabela 16 – Custos de Assistência Técnica (USD)

Item	Custos Unitários	Períodos	Total
Serviços de *procurement* (8%)	200.000	2 anos	200,000
Monitoria externa	200.000	1 ano	200,000
Estudo de Valor-pelo-Dinheiro/Auditorias/Revisão	200.000	Anual	600,000
Gestão de contratos	150.000	1.º ano	150,000
Gestão Financeira	150.000	1.º ano	150,000
Gestão do *procurement*	150.000	1.º ano	150,000
Planificação descentralizada	150.000	1.º ano	150,000
Mapeamento da água subterrânea	900.000	1.º ano	900,000
Opções tecnológicas e Redes de Comercialização	150.000	2 anos	300,000
Análise e revisão de manuais	150.000	1.º ano	150,000
Mapeamento da pobreza	150.000	1.º ano	150,000
Mobilização e participação comunitária	150.000	1.º ano	150,000
AT não-alocada	150.000	3.º ano	150,000
Total			**3,400,000**

Apresenta-se a seguir o orçamento consolidado para as Fases I e II:

Componente/Item	Unidade	2009			2010			2011			Total Fase I	%	Total Fase II
		Custo Unitário	Nº	Total	Custo Unitário	Nº	Total	Custo Unitário	Nº	Total			
Aumentar a Cobertura Sustentável por AASR													
Fontes de Água (poços e furos)													
Furos novos com PEC Tradicional	Pontos de água	12,100	204	2,468,400	12,600	340	4,284,000	13,100	407	5,331,700	12,084,100	7.9	10,771,200
Furos novos com PEC Zonal	Pontos de água	11,200	816	9,139,200	11,600	816	9,465,600	12,100	816	9,873,600	28,478,400	18.5	73,807,200
Poços novos com PEC Tradicional	Pontos de água	8,280	45	372,600	8,600	75	645,000	9,000	90	810,000	1,827,600	1.2	1,633,500
Poços novos com PEC Zonal	Pontos de água	7,380	180	1,328,400	7,700	180	1,386,000	8,000	180	1,440,000	4,154,400	2.7	10,692,000
Furos reabilitados com PEC Tradicional	Pontos de água	6,520	51	332,520	6,800	85	578,000	7,100	102	724,200	1,634,720	1.1	1,458,600
Furos reabilitados com PEC Zonal	Pontos de água	5,620	204	1,146,480	5,800	204	1,183,200	6,100	204	1,244,400	3,574,080	2.3	9,225,900
Sub Total – Fontes Dispersas de Água Rural				14,787,600			17,541,800			19,423,900	51,753,300	33.6	107,588,400
Saneamento Rural													
Promoção da Higiene e Saneamento	Distrito	65,000	20	1,300,000	67,600	40	2,704,000	70,300	40	2,812,000	6,816,000	4.4	6,984,000
Centros de Demonstração e Associações de Artesãos Locais	Distrito	83,000	20	1,660,000	86,300	40	3,452,000	89,800	40	3,592,000	8,704,000	5.7	8,919,000
Investimento das famílias em melhoramento das latrinas	Latrinas	40	26,920	1,076,796	40	53,840	2,153,592	40	80,760	3,230,388	6,460,777	4.2	9,300,000
Sub-total – Saneamento Rural				4,036,796			8,309,592			9,634,388	21,980,777	14.3	25,203,000
Sub-total – Aumentar Cobertura Sustentável por AASR				**18,824,396**			**25,851,392**			**29,058,288**	**73,734,077**	**47.9**	**132,791,400**

Componente/Item	Unidade	2009			2010			2011			Total Fase I	%	Total Fase II
		Custo Unitário	N.º	Total	Custo Unitário	N.º	Total	Custo Unitário	N.º	Total			
Planos Directores Provinciais de AASR	Província	200,000	2	400,000	208,000	3	624,000	216,000	-	-	1,024,000	0.7	2,388,000
Planos Distritais de AASR	Distrito	16,000	39	624,000	17,000	39	663,000	17,000	50	850,000	2,137,000	1.4	2,444,800
Supervisão e monitoria distrital do AASR	Distrito	12,000	39	468,000	12,000	78	936,000	13,000	128	1,664,000	3,068,000	2.0	1,830,400
Equipamento para o nível central, províncias e distritos													
Nívl Central													
GPS	Unidade	900	5	4,500	900	-	-	1,000	-	-	4,500	0.0	5,500
Kit para testar a qualidade da água	Unidade	7,000	5	35,000	7,300	-	-	7,600	-	-	35,000	0.0	42,000
Computadores com impressoras	Unidade	20	20	400	-	-	-	-	-	-	400	0.0	-
Licença para o ArcGIS	Unidade	10,000	1	10,000	10,400	-	-	10,800	-	-	10,000	0.0	11,900
Licenças de software	Unidade	500	20	10,000	500	20	10,000	500	20	10,000	30,000	0.0	48,000
Sub-total – Nível Central				**59,900**			**10,000**			**10,000**	**79,900**	**0.1**	**107,400**
Nível Provincial													
Veículos 4x4	Unidade	45,000	20	900,000	46,800	-	-	48,700	-	-	900,000	0.6	1,074,000
Equipamento de GPS	Unidade	900	10	9,000	900	-	-	1,000	-	-	9,000	0.0	11,000
Kit para testar a qualidade da água	Unidade	7,000	10	70,000	7,300	-	-	7,600	-	-	70,000	0.0	84,000
Computadores com impressoras	Unidade	2,500	10	25,000	2,600	-	-	2,700	-	-	25,000	0.0	30,000
Licenças de software	Unidade	500	10	5,000	500	10	5,000	500	10	5,000	15,000	0.0	6,000
Sub-total – Nível Provincial				**1,009,000**			**5,000**			**5,000**	**1,019,000**	**0.7**	**1,205,000**

Componente/Item	Unidade	2009			2010			2011			Total Fase I	%	Total Fase II
		Custo Unitário	N.º	Total	Custo Unitário	N.º	Total	Custo Unitário	N.º	Total			
Nível Distrital													
Veículos 4x4	Unidade	45,000	78	3,510,000	46,800	78	3,650,400	48,700	100	4,870,000	12,030,400	7.8	6,873,600
Motorizadas	Unidade	6,500	78	507,000	6,800	78	530,400	7,000	100	700,000	1,737,400	1.1	998,400
GPS	Unidade	900	78	70,200	900	78	70,200	1,000	100	100,000	240,400	0.2	140,800
Kit para testar a qualidade da água	Unidade	7,000	78	546,000	7,300	78	569,400	7,600	100	760,000	1,875,400	1.2	1,075,200
Computadores com impressoras	Unidade	2,500	78	195,000	2,600	78	202,800	2,700	100	270,000	667,800	0.4	384,000
Licenças de software	Unidade	500	78	39,000	500	78	39,000	500	100	50,000	128,000	0.1	76,800
Sub Total – Nível Distrital				4,867,200			5,062,200			6,750,000	16,679,400	10.8	9,548,800
Subtotal – Equipamento para províncias e distritos				5,936,100			5,077,200			6,765,000	17,778,300	11.6	10,861,200
Pessoal													
Salário de 1 ano para enquadrar Técnicos de Nível Médio	Ano	2,200	78	171,600	2,300	78	179,400	2,400	100	240,000	591,000	0.4	-
Salário de 1 ano para enquadrar Técnicos de Nível Superior	Ano	4,400	20	88,000	4,600	-	-	4,800	-	-	88,000	0.1	-
Salário de 1 ano para enquadrar Técnicos de Nível Superior	Ano	10,900	5	54,500	11,300	-	-	11,800	-	-	54,500	0.0	-
Estágio de 6 meses para Técnicos de Nível Médio	6 meses	11,100		-	11,500	128	1,472,000	12,000	128	1,536,000	3,008,000	2.0	
Estágio de 6 meses para Técnicos de Nível Superior	6 meses	12,500		-	13,000	13	169,000	13,500	13	175,500	344,500	0.2	
Outra formação, visitas de estudo, conferências, etc. em Moçambique	Valor total	17,400		-	18,100	2	36,200	18,800	2	37,600	73,800	0.0	
Subtotal - Pessoal				314,100			1,856,600			1,989,100	4,159,800	2.7	
Subtotal – Apoiar a Planificação Descentralizada				**7,742,200**			**9,156,800**			**11,268,100**	**28,167,100**	**18.3**	**17,524,400**

Componente/Item	Unidade	2009			2010			2011			Total Fase I	%	Total Fase I
		Custo Unitário	%	Total	Custo Unitário	%	Total	Custo Unitário	%	Total			
Capacitação Institucional													
Pessoal do Governo													
Formação de curta duração	Formando/ /curso	2,000	170	340,000	2,100	170	357,000	2,200	230	506,000	1,203,000	0.8	1,368,000
Treino de competências específicas – técnicos distritais	Formando/ /curso	3,000	20	60,000	3,100	20	62,000	3,200	20	64,000	186,000	0.1	216,000
Treino de competências específicas – técnicos provinciais	Formando/ /curso	20,000	5	100,000	20,800	5	104,000	21,600	5	108,000	312,000	0.2	358,500
Formação do pessoal ao nível central	Formando/ /curso	7,000	40	280,000	7,300	40	292,000	7,600	40	304,000	876,000	0.6	1,008,000
Visitas de estudo(internacionais)	Visita	8,000	10	80,000	8,300	10	83,000	8,600	10	86,000	249,000	0.2	288,000
Conferências (internacionais)	Conferênc.	5,000	10	50,000	5,200	10	52,000	5,400	10	54,000	156,000	0.1	180,000
Subtotal – pessoal do Governo				910,000			950,000			1,122,000	2,982,000	1.9	3,418,500
Capacitação do sector privado													
Garantia de Qualidade	Formando/ /curso	2,000	60	120,000	2,100	60	126,000	2,200	80	176,000	422,000	0.3	480,000
Gestão de Contratos	Formando/ /curso	2,000	60	120,000	2,100	60	126,000	2,200	80	176,000	422,000	0.3	480,000
Formação e acreditação de artesãos locais	Formando/ /curso	8,000	60	480,000	8,300	60	498,000	8,600	80	688,000	1,666,000	1.1	1,920,000
Sub-total – Capacitação do Sector Privado				720,000			750,000			1,040,000	2,510,000	1.6	2,880,000
Capacitação das ONGs													
PP, Manuais Sociais, Manuais de Saneamento	Formando/ /curso	2,000	60	120,000	2,100	60	126,000	2,200	80	176,000	422,000	0.3	480,000
Promoção da Higiene e Saneamento	Formando/ /curso	2,000	60	120,000	2,100	60	126,000	2,200	80	176,000	422,000	0.3	480,000
Gestão de contratos	Formando/ /curso	2,000	60	120,000	2,100	60	126,000	2,200	80	176,000	422,000	0.3	480,000
Subtotal – Capacitação das ONGs				360,000			378,000			528,000	1,266,000	0.8	1,440,000
Subtotal - Capacitação				**1,990,000**			**2,078,000**			**2,690,000**	**6,758,000**	**4.4**	**7,738,500**

Componente/Item	Unidade	2009			2010			2011			Total Fase I	%	Total Fase II
		Custo Unitário	Nº	Total	Custo Unitário	Nº	Total	Custo Unitário	Nº	Total			
Testar Opções Tecnológicas													
Testar Bombas Manuais Alternativas	Pontos de água	12,100	-	-	12,600	200	2,520,000	13,100	100	1,310,000	3,830,000	2.5	4,320,000
Testar Latrinas Alternativas	Latrinas	92	-	-	100	2,000	200,000	100	1,000	100,000	300,000	0.2	300,000
Testar Modelos de Gestão Alternativos													
Avaliação e proposta de opções	Estudo	80,000	1	80,000	83,200	-	-	86,500	-	-	80,000	0.1	95,500
Testar modelos de gestão	Modelos	30,000	-	-	31,200	4	124,800	32,400	6	194,400	319,200	0.2	358,000
Sub-total – Testar Modelos de Gestão Alternativos	Estudo			80,000			124,800			194,400	399,200	0.3	453,500
Testar Redes de Comercialização Alternativas													
Avaliação e proposta de opções	Estudo	200,000	1	200,000	208,000	-	-	216,300	-	-	200,000	0.1	238,800
Testar modelos de redes de comercialização	Província	30,000	-	-	31,200	4	124,800	32,400	6	194,400	319,200	0.2	358,000
Sub-total – Testar modelos de Redes de Comercialização Alternativas				200,000			124,800			194,400	519,200	0.3	596,800
Sub-total – Testar Opções Tecnológicas				**280,000**			**2,969,600**			**1,798,800**	**5,048,400**	**3.3**	**5,670,300**
Outros													
Assistência Técnica e Consultoria													
Nível nacional	Por ano	100,000	4	400,000	104,000	4	416,000	108,200	4	432,800	1,248,800	0.8	477,600
Nível provincial	Por ano	100,000	10	1,000,000	104,000	10	1,040,000	108,200	10	1,082,000	3,122,000	2.0	1,194,000
Assistência técnica	c-m/ano	44,500	6	267,000	46,300	6	277,800	48,200	6	289,200	834,000	0.5	
Serviços de consultoria de curta duração													
Outsourcing de services de procurement (8% do total)	Serviços	200,000	1	200,000	208,000	-	-	216,300	-	-	200,000	0.1	-

Componente/Item	Unidade	2009			2010			2011			Total Fase I	%	Total Fase II
		Custo Unitário	N.º	Total	Custo Unitário	N.º	Total	Custo Unitário	N.º	Total			
Outsourcing da monitoria externa e QAD	Serviços	200,000	1	200,000	208,000	1	208,000	216,300	1	216,300	624,300	0.4	1,194,000
Análise/Auditoria anual externa do Valor-pelo-Dinheiro	Serviços	200,000	1	200,000	208,000	1	208,000	216,300	1	216,300	624,300	0.4	1,194,000
Consultoria sobre Gestão de Contratos	Estudo	150,000	1	150,000	156,000		-	162,200	-	-	150,000	0.1	179,100
Gestão financeira e alocação de fundos	Estudo	150,000	1	150,000	156,000		-	162,200	-	-	150,000	0.1	179,100
Consultoria sobre gestão do procurement	Estudo	150,000	1	150,000	156,000		-	162,200	-	-	150,000	0.1	179,100
Opções tecnológicas e pacotes de negócios	Estudo	150,000	1	150,000	156,000	1	156,000	162,200	-	-	306,000	0.2	179,100
Consultoria não-alocada	Estudo	150,000	1	150,000	156,000		-	162,200	-	-	150,000	0.1	179,100
Mapeamento da água subterrânea	Estudo	900,000	1	900,000	936,000		-	973,400	-	-	900,000	0.6	1,074,800
Opções tecnológicas e redes de comercialização	Estudo	150,000	1	150,000	156,000	1	156,000	162,200	-	-	306,000	0.2	179,100
Análise e revisão de manuais	Estudo	150,000	1	150,000	156,000		-	162,200	-	-	150,000	0.1	179,100
Mapeamento da pobreza	Estudo	150,000	1	150,000	156,000		-	162,200	-	-	150,000	0.1	179,100
Integração do PP na planificação distrital	Estudo	150,000	1	150,000	156,000		-	162,200	-	-	150,000	0.1	179,100
Sub-total – Serviços de Consultoria de Curta Duração				2,700,000			884,000			594,800	4,178,800	2.7	5,074,700
Sub-total – AT e Serviços de Consultoria				4,367,000			2,617,800			2,398,800	9,383,600	6.1	6,746,300
Gestão do Programa (10%)	%	33,203,596	10%	3,320,360	42,673,592	10%	4,267,359	47,213,988	10%	4,721,399	12,309,118	8.0	17,047,090
Advocacia do Programa e elaboração de políticas (5%)	%	33,203,596	5%	1,660,180	42,673,592	5%	2,133,680	47,213,988	5%	2,360,699	6,154,559	4.0	8,523,545
Contingências/Não-alocado (10%)	%	33,203,596	10%	3,320,360	42,673,592	10%	4,267,359	47,213,988	10%	4,721,399	12,309,118	8.0	17,047,090
Sub-total - Outros				**12,667,900**			**13,286,198**			**14,202,297**	**40,156,395**	**26.1**	**49,364,025**
Total – Pontos de Água e Promoção da Higiene e Saneamento				**41,504,496**			**53,341,990**			**59,017,485**	**153,863,972**	**100**	**213,088,625**

Estimativa do Investimento Necessário para Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (USD)

Componente/Item	Unidade	Custo Unitário[1]	2009			2010			2011		Total Fase I	%	Total Fase II	%
			N.º	Total	Custo Unitário	N.º	Total	Custo Unitário	N.º	Total				
Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água (PSAA)	Sistema		14	9,702,000	720,700	17	12,107,760	749,500	20	15,109,920	36,919,680	80.0	107,474,334	80.0
Outros														
Gestão do Programa (10%)	%	9,702,000	10%	970,200	12,107,760	10%	1,210,776	15,109,920	10%	1,510,992	3,691,968	8.0	10,747,433	8.0
Advocacia do Programa e elaboração de políticas (5%)	%	9,702,000	5%	485,100	12,107,760	5%	605,388	15,109,920	5%	755,496	1,845,984	4.0	5,373,717	4.0
Contingências/Não-alocado (10%)	%	9,702,000	10%	970,200	12,107,760	10%	1,210,776	15,109,920	10%	1,510,992	3,691,968	8.0	10,747,433	8.0
Sub-total - Outros				**2,425,500**			**3,026,940**			**3,777,480**	**9,229,920**	20.0	**26,868,584**	**20.0**
Total – Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água				**12,127,500**			**15,134,700**			**18,887,400**	**46,149,600**	**100**	**34,342,918**	**100**

Resumo das Necessidades de Investimento em AASR (USD)

Total – Fontes de Água e Promoção da Higiene e Saneamento				41,504,496			53,341,990			59,017,485	153,863,972	**76.9**	213,088,625	**61.0**
Total – Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água				12,127,500			15,134,700			18,887,400	46,149,600	**23.1**	134,342,918	**39.0**
Total Geral				**53,631,996**			**68,476,690**			**77,904,885**	**200,013,572**	**100**	**347,431,543**	**100**

[1]Foi usada uma taxa de inflacção anual de 4.0% no cálculo dos custos unitários.

Anexo 8

Análise do Fosso Financeiro

A análise do fosso financeiro foi feita com base nas alocações indicativas dos parceiros de desenvolvimento em Março de 2009 e é mostrada nas Tabelas 1 e 2 abaixo.

Adicionalmente, os recursos internos foram estimados com base nas alocações do Orçamento do Estado (OE) de 2007 e 2008 e no cálculo da contribuição das comunidades e projectos das ONGs, estando apresentados nas Tabelas 3 e 4 abaixo.

Recursos Externos

As alocações na tabela abaixo são apresentadas na moeda original e em USD, por origem dos fundos e modalidade de financiamento. Todas as quantias estão sujeitas à confirmação ou revisão por parte das respectivas organizações.

Tabela 1 Compromissos de Financiamento Indicativos – Fontes Externas (Fase I)

1A Fundo Comum do AASR (milhões de unidades da moeda externa)

Origem	Ano				Total[1] (USD)
	2009	2010	2011	2009 – 2011	
Países Baixos	€ 2.0	€ 4.0	€ 5.0	€ 11.0	14.0
DFID (confirmado)	GBP 0.25	GBP 0.25	GBP 0.25	GBP 0.75	1.0
DFID (pedido)	GBP 0.25	GBP 2.25	GBP 2.25	GBP 4.75	6.6
UNICEF	USD 0.7	USD 0.7	USD 0.7	USD 2.1	2.1
CIDA/Irlanda	USD 0.3	USD 0.5	USD 0.5	USD 1.3	1.3
SDC	CHF 0.4	CHF 0.4	CHF 0.4	CHF 1.2	1.0
Subtotal					**25.9**

[1]Baseado em taxas de câmbio de 10/3/09.
Fonte: base de dados ODAMOZ, Reunião dos CdC de 13/6/08 e comunicação pessoal.

1B Financiamento de Projectos (milhões de unidades da moeda externa)

Origem	Actividade	2009	2010	2011	Total	Total (USD)
UNICEF	Programa WASH	USD 10.0	USD 10.0	USD 10.0	USD 30.0	USD 30.0
MCC	Abastecimento de Água Rural	USD 2.97	USD 2.97	USD 2.97	USD 8.9	USD 8.9
Países Baixos	HAUPA	€ 2.0	€ 2.0	€ 2.0	€ 5.9	€ 5.9
CE/Itália	PSAA de Inhambane	€ 1.3	€ 1.3	€ 1.3	€ 3.8	€ 3.8
CIDA/Irlanda	Projecto de Inhambane	USD 2.5	USD 0.5	USD 0.5	USD 3.5	USD 3.5
Suíça	Governo Local/Projecto de AASR	CHF 1.2	CHF 1.2	CHF 1.2	CHF 3.6	CHF 3.6
USAID	Programa de Saúde	USD 1.0	USD 1.0	USD 1.0	USD 3.0	USD 3.0
Suíça	WaterAid	CHF 0.8	CHF 0.8	CHF 0.8	CHF 2.4	CHF 2.4
Áustria	Projecto PAARSS	USD 0.7	USD 0.7	USD 0.7	USD 2.1	USD 2.1
CE	Fundação Aga Khan	€ 1.3	€ 0.0	€ 0.0	€ 1.3	€ 1.3
Suíça	Projecto Aquasan	CHF 0.8	CHF 0.6	CHF 0.5	CHF 1.9	CHF 1.9
JICA	Projecto da Zambézia	JPY 60.8	JPY 70.7	JPY 30.8	JPY 162.3	JPY 162.3
Subtotal – Financiamento de Projectos						**70.1**
Linha de Crédito						
Índia (Nampula e Zambézia)		5.00	5.00	5.00	15.0	15.0
Subtotal – Linha de Crédito						**15.0**
Total						**85.1**

[1]Baseado em taxas de câmbio de 10/3/09.
Fonte: base de dados ODAMOZ, Reunião dos CdC de 13/6/08 e comunicação pessoal.

A disponibilidade de fundos externos e a estimativa da sua distribuição anual estão resumidas na Tabela 2 abaixo. A média de fundos externos disponíveis durante a Fase I é de aproximadamente USD 37 milhões por ano. Há presentemente uma alocação indicativa de USD 25.9 milhões dos parceiros de desenvolvimento para o Fundo Comum do AASR, durante o período trienal 2009-2011.

Tabela 2 – Financiamento Externo Disponível por Modalidade e Ano

Modalidade	2009	2010	2011	Total (milhões de USD)
Fundo Comum do AASR	3.5	10.5	11.9	25.9
Financiamento de Projectos	26.2	22.2	21.7	70.1
Linhas de Crédito	5.0	5.0	5.0	15.0
Total	**34.7**	**37.7**	**38.6**	**111.0**

Recursos Internos

A estimativa dos recursos internos disponíveis inclui o orçamento da DNA para o DAR e o DES e uma estimativa da despesa das DPOPHs e dos distritos com o AASR. As contribuições dos utilizadores foram calculadas com base em 2% do custo de capital das fontes de água e pequenos sistemas de canalização. No caso do saneamento, a contribuição dos utilizadores/famílias foi calculada em USD 40 por latrina.

Em 2007 a contribuição das ONGs foi de 17% do número total dos pontos de água novos ou reabilitados[12]. Assume-se que esta contribuição diminuirá para 5.9%, à medida que aumenta o investimento total no subsector. É também necessário excluir a contribuição de ONGs financiadas por outros parceiros cuja contribuição está já incluída na Tabela 1 acima.

Tabela 3 – Projecção de Recursos Internos – Fase I (milhões de USD)

Origem/Item/Nível	2009	2010	2011	Total	%
Orçamento do Estado (OE) Fontes de Água					
Nacional	4.0	2.8	2.8	9.6	29.8
Provincial	0.9	0.9	0.9	2.7	8.4
Distrital	0.7	0.7	0.7	2.1	6.5
Subtotal – Fontes de Água	5.6	4.4	**4.4**	14.4	44.7
Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água Rural	**0.3**	**0.5**	0.7	**1.5**	**4.7**
Nacional	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Provincial	0.0	0.4	0.6	1.0	3.1
Distrital	0.3	0.9	1.3	2.5	7.8
Subtotal - *small pipe systems* Utilizadores/Famílias	**0.3**	**0.3**	**0.4**	**1.0**	**3.1**
Fontes de água	1.1	2.2	3.2	6.5	20.2
Saneamento	0.2	0.2	0.4	0.8	2.5
Pequenos sistemas canalizados	1.6	2.7	4.0	8.3	25.8
Subtotal - Utilizadores/Famílias ONGs	1.6	2.3	3.1	7.0	21.7
Total	**9.1**	**10.3**	**12.8**	**32.2**	**100**

Fosso Financeiro

O fosso financeiro está estimado em **USD 56,8 milhões**, o que representa 28.4% do financiamento total necessário para a Fase I. Os recursos internos e externos cobrem 71.6% dos fundos necessários na Fase I, dos quais 16.1% provêm de fontes internas e 55.5% de fontes externas, como mostrado na Tabela 4 abaixo.

[12]Relatório Anual da DNA, 2007.

Tabela 4 – Sumário do Fosso de Financiamento – Fase I (milhões de USD)

Fundos	Pontos de Água e Saneamento	Pequenos Sistemas Canalizados Rurais	Total	%
Necessários	153.9	46.1	200.0	100
Projectados				
Internos	28.9	3.3	32.2	16.1
Externos	105.7	5.3	111.0	55.5
Total projectado	**134.6**	**8.6**	**143.2**	71.6
Fosso	**19.3**	**37.5**	**56.8**	28.4

As Tabelas 5 e 6 abaixo mostram a tentativa de alocação dos fundos por modalidade de financiamento, para os pontos de água e pequenos sistemas canalizados da Fase I.

Tabela 5 – Estimativa de Fundos Disponíveis para Pontos de Água Rural, por Origem – Fase I (milhões de USD)

Item	Nível Central			Nível Provincial e Distrital					Total	Necessidades	Fosso Financeiro
	Fundo Comum	OE[1]	Sub-total	Projectos	OE	ONGs	Utilizadores	Sub-total			
Pontos de água[2]	0.0	0.0	**0.0**	45.1	0.0	4.1	1.0	**50.2**	**50.2**	51.7	1.5
Promoção da higiene e saneamento	0.0	0.0	**0.0**	12.6	0.0	2.2	6.5	**21.3**	**21.3**	22.0	0.7
Fundos descentralizados	15.2	3.0	**18.2**	7.0	0.0	0.0	0.0	**7.0**	**25.2**	28.2	3.0
Capacitação institucional	0.5	1.2	**1.7**	4.9	0.0	0.2	0.0	**5.1**	**6.8**	6.8	0.0
Opções tecnológicas	0.0	0.5	**0.5**	4.4	0.0	0.1	0.0	**4.5**	**5.0**	5.0	0.0
Assistência técnica	6.5	0.0	**6.5**	1.5	0.0	0.2	0.0	**1.7**	**8.2**	9.4	1.2
Gestão do Programa	1.8	1.9	**3.7**	0.0	4.8	0.0	0.0	**4.8**	**8.5**	12.3	3.8
Advocacia e elaboração de políticas	0.4	3.0	**3.4**	2.8	0.0	0.2	0.0	**3.0**	**6.4**	6.4	0.0
Contingências/ Não-alocado	0.1	0.0	**0.1**	2.9	0.0	0.0	0.0	**2.9**	**3.0**	12.1	9.1
Total	**24.5**	**9.6**	**34.1**	**81.2**	**4.8**	**7.0**	**7.5**	**100.5**	**134.6**	**153.9**	**19.3**

[1]OE-Orçamento do Estado.
[2]Implementado com fundos descentralizados.

Tabela 6 – Estimativa de Fundos Disponíveis para Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água Rural, por Origem – Fase I (milhões de USD)

Item	Nível Central			Provincial and District Level				Total	Necessidades	Fosso Finan-ceiro
	Fundo Comum	OE[1]	Sub-total	Projectos	ONGs	Utiliza-dores	Sub-total			
Pequenos sistemas canalizados	1.2	2.2	**3.4**	3.9	0.0	0.8	**4.7**	**8.1**	36.9	28.8
Gestão do Programa	0.1	0.1	**0.2**	0.0	0.0	0.0	**0.0**	**0.2**	3.7	3.5
Advocacia e elaboração de políticas	0.1	0.2	**0.3**	0.0	0.0	0.0	**0.0**	**0.3**	1.8	1.5
Contingências/ Não-alocado	0.0	0.0	**0.0**	0.0	0.0	0.0	**0.0**	**0.0**	3.7	3.7
Total	**1.4**	**2.5**	**3.9**	**3.9**	**0.0**	**0.8**	**4.7**	**8.6**	**46.1**	**37.5**

[1]OE – Orçamento do Estado

Anexo 9
Plano de Procurement do Ano 1

Apresenta-se a seguir o plano de *procurement* proposto para o primeiro ano (12 meses de calendário) do Programa.

	Item	Lotes	Cliente	Concorrente		Valor por lote ('000 USD)	Emissão dos Docs do Concurso	Concurso Submetido/ Avaliado	Contrato		
				Tipo	Método				Assinado	Início	Fim
Componente 1: Aumento sustentável da cobertura por abastecimento de água e saneamento											
Acções preparatórias e Início do Programa:											
A	**Pessoal**										
1	Um ano de salário de transição para Técnicos Médios	78	DG	Cons	NCB	2.2					
2	Um ano de salário de transição para Técnicos Superiores	20	DPOPH	Cons	NCB	4.4					
3	Um ano de salário de transição para Técnicos Superiores	5	DNA	Cons	NCB	10.9					
B	**Assistência Técnica de Longa Duração**										
1	AT de longa duração – DNA	4	DNA	Cons	ICB	100.0					
2	AT de longa duração – Nível provincial	5	DNA	Cons	ICB	100.0					
3	AT de curta duração – DNA	1	DNA	Cons	ICB	267.0					
C	**Equipamento e viaturas**										
1	Computadores e equipamento de escritório	12	DNA/ DPOPH	GE	LS	2.5					
2	Software de GIS	1	DNA	GE	LS	10.0					
3	Veículos 4WD	7	DPOPH	GE	NCB	90.0					
4	Veículos 4WD	3	DPOPH	GE	NCB	675.0					
5	Licenças de software	12	DNA	GE	LS	0.5					
6	Equipamento de GPS	1	DNA	GE	LS	83.7					
7	Equipamento e consumíveis para qualidade da água	1	DNA	GE	LS	651.0					

Legenda:

ICB	Concurso público internacional	**LS**	Compra local
NCB	Concurso público nacional	**CW**	Obras públicas
SLB	Concurso dirigido a uma lista curta	**GE**	Bens e equipamento
QCBS	Selecção baseada no custo/qualidade	**Cons**	Consultoria/serviços

Item		Lotes	Cliente	Concorrente		Valor por lote ('000 USD)	Emissão dos Docs do Concurso	Concurso Submetido/ Avaliado	Contrato		
Componente 1: Aumento sustentável da cobertura por abastecimento de água e saneamento											
B	**Abastecimento de Água e Saneamento Institucional**										
1	Inventário de Escolas e Postos/Centros de Saúde	3	DPOPH	Cons	SLB	20.0					
C	**Planos Distritais de Reparação/Manutenção**										
1	Inventário e avaliação das necessidades de reparação	39	DG	Cons	SLB	5.0					
2	Preparação de documentos de concurso e especificações para reparações, pacotes de gestão e modelos de contrato	1	DNA	Cons	SLB	20.0					
D	**Promoção da Água, Higiene e Saneamento**										
1	Estudos distritais de base e sobre a pobreza	39	DPOPH	Cons	NCB	5.0					
E	**Capacitação para o PEC**										
1	Preparação de documentos de concurso e especificações para pacotes de negócios do PEC e modelos de contrato para o PEC Tradicional, PEC Zonal e PEC para as Escolas	1	DNA	Cons	NCB	20.0					
Componente 2: Testes-piloto e expansão das alternativas de opções tecnológicas e modelos de gestão											
A	**Tecnologias**										
1	Avaliação/revisão dos desenhos de furos e especificações de bombas e identificação de pacotes de negócios e modelos de contratos	1	DNA	Cons	ICB	150.0					
2	Mapeamento da água subterrânea	1	DNA	Cons	ICB	936.0					
3	Certificação de bombas manuais e de fabricantes locais e internacionais	1	DNA	Cons	QCBS	200.0					
B	**Gestão/Redes de Comercialização**										
1	Desenho de redes de comercialização e modelos de gestão	1	DNA	Cons	QCBS	200.0					
C	**Enfoque na Pobreza**										
1	Análise e mapeamento da pobreza	1	DNA	Cons	NCB	50.0					
2	Apoio a mulheres, pobres e grupos vulneráveis	1	DNA	Cons	NCB	100.0					
Componente 3: Fortalecimento das instituições e recursos humanos											
A	**Tecnologias**										
1	Avaliação/revisão dos desenhos de furos e especificações de bombas - preparação de pacotes de negócios e modelos de contratos	1	DNA	Cons	ICB	150.0					
2	Mapeamento da água subterrânea	1	DNA	Cons	ICB	936.0					

Item		Lotes	Cliente	Concorrente		Valor por lote ('000 USD)	Emissão dos Docs do Concurso	Concurso Submetido/ Avaliado	Contrato		
3	Certificação de bombas manuais e de fabricantes locais e internacionais	1	DNA	Cons	QCBS	200.0					
B	**Gestão/Redes de Comercialização**										
1	Desenho de redes de comercialização e modelos de gestão	1	DNA	Cons	QCBS	200.0					
C	**Selecção da Pobreza**										
1	Análise e mapeamento da pobreza	1	DNA	Cons	NCB	50.0					
2	Apoio a mulheres, pobres e grupos vulneráveis	1	DNA	Cons	NCB	100.0					
Componente 4: Fortalecimento do planeamento, gestão e monitoria descentralizados											
A	**Planificação Descentralizada**										
1	Planos Directores Provinciais de AASR	2	DPOPH	Cons	NCB	200.0					
2	Apoio à planificação distrital do AASR	3	DPOPH	Cons	NBC	17.0					
B	**Sistemas de Informação e Comunicação**										
1	Sistema de monitoria e desenho do estudo de base	1	DNA	Cons	ICB	200.0					
2	Desenvolvimento da base de dados/página da internet	1	DNA	Cons	NBC	100.0					
3	Impressão de materiais de formação, manuais, etc.	1	DNA	GE	NBC	50.0					
C	**Revisões Conjuntas e Aprendizagem sobre AASR**										
1	Revisão de manuais	1	DNA	Cons	SLB	100.0					
2	Impressão de materiais de formação, manuais, etc.	1	DNA	GE	SLB	50.0					
3	Estudo do Valor-pelo-Dinheiro	1	DNA	Cons	ICB	200.0					

Preço — 44,00 MT

IMPRENSA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.